

Atlas
das
Representações Literárias
de Regiões Brasileiras

Sertões Brasileiros I

volume 2

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Atlas
das
Representações Literárias
de Regiões Brasileiras

Sertões Brasileiros I

volume 2

Rio de Janeiro
2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3888-8 (obra completa)

ISBN 978-85-240-4074-0

© IBGE. 2009

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Capa

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Atlas das representações literárias de regiões brasileiras / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2006-
nv.

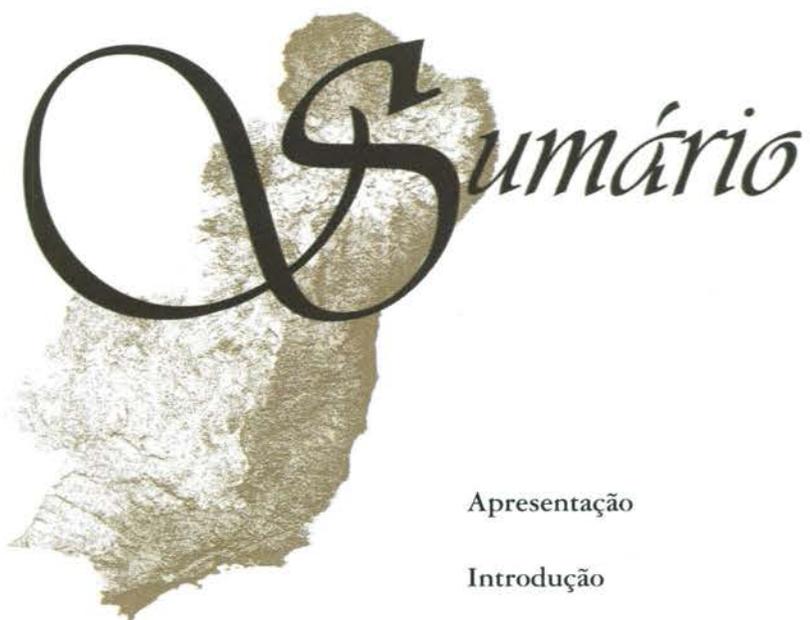
Conteúdo: v. 1. Brasil meridional – v. 2. Sertões brasileiros I
Inclui bibliografia e glossário.
ISBN 85-240-3888-8 (obra completa)

1. Geografia na literatura. 2. Espaço e tempo na literatura. 3. Geografia humana – Brasil, Sul. 4. Geografia humana – Brasil, Nordeste. 5. Geografia regional. I. IBGE. Coordenação de Geografia.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2006-04(rev. 2009)

CDU 91:869.0(81)
GEO

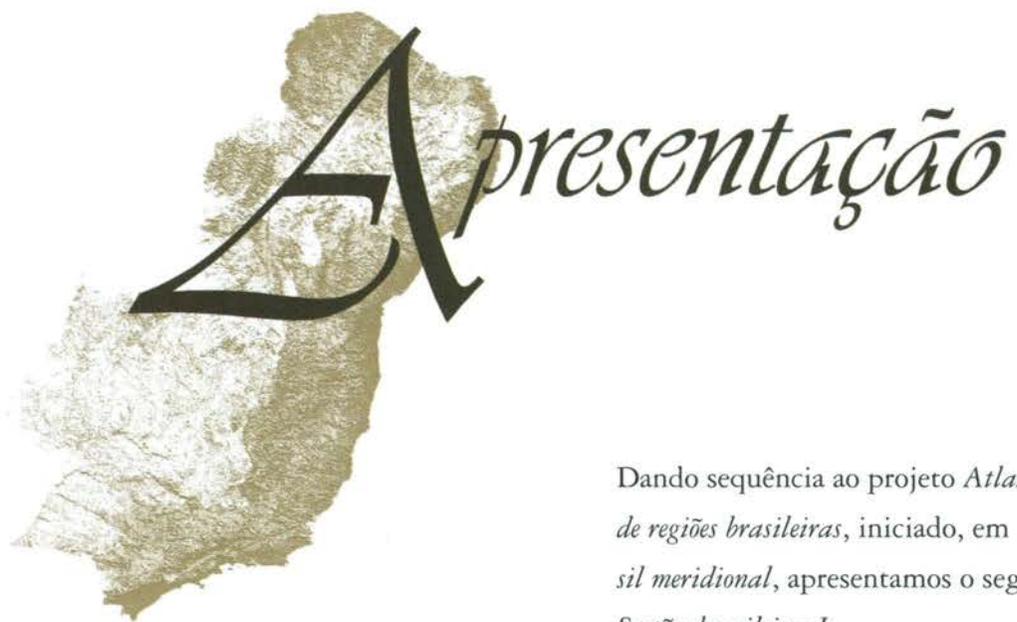
Impresso no Brasil / Printed in Brazil



Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Sertões do Leste	
<i>Por Angelo Alves Carrara</i>	19
Minas e currais	20
Matos proibidos, Sertões do Leste, Zona da Mata	20
As zonas da Mata	21
Regiões do vale do Paraíba, da Zona da Mata mineira e do vale do Rio Doce	25
Na Geografia	
A partir da costa sudeste: o desbravamento dos Sertões do Leste	29
A expansão do café sobre o vale do Paraíba do Sul, a Zona da Mata mineira e o vale do Rio Doce	35
O legado da economia do café na organização das regiões do vale do Paraíba do Sul, da Zona da Mata mineira e do vale do Rio Doce	38
Na Literatura	
Região e Romance	43

Sertões do Ouro e Sertões dos Currais	53
Das Minas e Currais às Minas Gerais	58
A região das Minas Gerais na Geografia	62
A região das Minas Gerais na Literatura	66
Região e Romance	71
A região dos Currais da Bahia na Geografia	76
Currais da Bahia na Literatura	78
Região e Romance	83
A região de Curral d'El Rei e entorno na Geografia	87
A região de Curral d'El Rei e entorno na Literatura	90
Região e Romance	94
Sertão de Cima	99
A Chapada Diamantina na Geografia	101
Sertão de Cima na Literatura	105
Região e Romance	108
Sertões Nordestinos	115
Sertões Nordestinos: Literatura e retórica da paisagem <i>Por Caio Augusto Amorim Maciel</i>	115
Cariri Cearense, Sertão do Pajeú e Cariri Paraibano	121
Os Sertões Nordestinos na Geografia	122
A pecuária e a ocupação dos planaltos e pediplanos	125
Cariri Paraibano	126
O incremento da agricultura e o povoamento de novas áreas – as serras úmidas	128
Cariri Cearense	129
Sertão do Pajeú	132
Os Sertões Nordestinos na Literatura	133
Região e Romance	137
Referências	143
Glossário	147



Apresentação

Dando sequência ao projeto *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, iniciado, em 2006, com o volume *Brasil meridional*, apresentamos o segundo volume da coleção, *Sertões brasileiros I*.

Nesse novo trabalho, o IBGE apresenta algumas das regiões que se formaram ao longo do processo de ocupação do Território Nacional e, particularmente, em segmentos aos quais, por alguma razão, como se verá, foi atribuída um dia a condição de sertão. Estão nele representadas as regiões do vale do Paraíba, da Zona da Mata mineira e do vale do rio Doce – os *Sertões do Leste* no Século XVIII; a região das Minas, dos Currais da Bahia e do Cural d'El Rei e entorno – os *Sertões do Ouro* em fins do Século XVII e os *Sertões dos Currais* ao longo do Século XVIII, respectivamente; a região da Chapada Diamantina – dentro de vasta

área denominada *Sertão de Cima* no Século XVIII; e, finalmente, as regiões do Cariri Paraibano, do vale do Pajeú e do Cariri Cearense, que compõem parte dos *Sertões Nordestinos* no Século XX. Confirmando a proposta de trabalho assumida desde o primeiro volume da coleção, o recorte territorial proposto nesse projeto não está orientado pelas divisões político-administrativas, nem mesmo pelas Grandes Regiões geográficas brasileiras.

As regiões aqui apresentadas, ainda que as sejam numa perspectiva contemporânea de um processo que se desenvolveu num passado já de nós muito distante, têm suas características e extensões definidas a partir das dinâmicas econômica, populacional, cultural e ambiental que lhes deram origem.

Ainda que seja atinente ao escopo de suas atividades propor e analisar regionalizações do Território Nacional, por se tratar de uma regionalização pregressa, é de se notar que o IBGE não poderia realizar sozinho esse projeto.

De fato, a visível expansão recente dos programas de pós-graduação e, de resto, da própria instituição universitária em nosso País, tem permitido vir a público o resultado de importantes pesquisas sobre a história e a geografia de nossa construção territorial. Esse projeto é tributário desse esforço e deseja ser um veículo de divulgação e visibilidade dessa importante produção de pesquisadores e instituições nacionais.

Queremos, nessa oportunidade, homenagear todos aqueles que dedicam e dedicaram suas vidas à tarefa de nos ajudar a conhecer nosso País.

À memória do professor Manuel Correia de Andrade.

Eduardo Pereira Nunes
Presidente do IBGE



Introdução

Num País de dimensões continentais, o estudo de regiões com identidades fortemente marcadas e presentes no imaginário nacional precisa, a um só tempo, contemplar a vastidão do território e captar os fatos e processos que concorreram para o surgimento de cada uma delas. É preciso perceber e identificar sempre o geral e o específico, dinâmicas que envolveram vastas porções do território durante décadas e até séculos, e processos locais que deram feições diferenciadas a essas mesmas dinâmicas e geraram, assim, regiões cujas identidades marcaram época e permaneceram no imaginário nacional.

Os grandes recortes territoriais assumidos na proposta que norteia o projeto *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* buscam captar os aspectos mais representativos desses processos.

A opção pelo termo sertão para designar porções do território brasileiro está associada à compreensão de que há dinâmicas diferenciadas em sua ocupação, e elas estão relacionadas tanto à configuração desse território quanto às conjunturas política e econômica do mundo europeu dos Séculos XVI, XVII e XVIII, que influenciaram profundamente os rumos de sua apropriação.

De fato, devido à presença de solos propícios à cultura da cana-de-açúcar, a ocupação e a fixação se deram a partir do litoral e a ele estiveram limitadas durante muito tempo. Era indispensável a Portugal não só explorar a cultura da cana mas também garantir a posse da nova terra, o que implicava na manutenção de cidades costeiras que protegessem o território. Tal era o caso de Olinda, Recife, Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, Rio de Janeiro e São Vicente. Assim, a concentração de população no litoral tornou-se marca do povoamento do Brasil.

O apelo à interiorização, contudo, estava colocado desde o início, alimentado pela busca por prata e ouro, e os cursos dos rios foram os caminhos naturais desse processo. Uma bacia hidrográfica, em especial, exerceu forte influência no avanço da ocupação – a do rio Amazonas. Por outro lado, há toda uma extensão que ficou marcada pela forma direcionada do povoamento: as regiões de colônias do Sul do Brasil. Com isso, temos que os volumes da coleção foram definidos como: *Brasil meridional* (já publicado), *Sertões brasileiros I* (que ora se lança), *Sertões brasileiros II*, *Costa brasileira e Amazônia*.

Não se supõe, com isso, que apenas aquelas regiões incluídas nos dois volumes de *Sertões brasileiros* abarcam ou abarcaram áreas que um dia foram identificadas como sertão. Sertão é, na verdade, uma palavra de significação

ampla e movediça na língua portuguesa, o que faz com que diferentes segmentos do território, em vários momentos históricos, tenham recebido a alcunha de sertão. Até mesmo parcelas da região Amazônica já foram assim identificadas. A lógica dos recortes assumidos para cada um dos volumes procura contemplar os aspectos mais marcantes no processo de ocupação. As grandes marcas da região Amazônica são, sem dúvida alguma, a bacia hidrográfica e a floresta, do mesmo modo que a ocupação da costa brasileira foi marcada pela condição de área de defesa, com o estabelecimento de fortes marcando as primeiras instalações, seguidas das atividades de extração do pau-brasil e da cultura de cana-de-açúcar.

Entre os significados que a palavra sertão recebeu no Brasil, o primeiro aconteceu logo à chegada dos portugueses. Os primeiros ocupantes europeus que tocaram o solo brasileiro, ao fazerem-no a partir do litoral, nomearam as terras que se estendiam para além de seus acampamentos como sertão, como se pode constatar pelo texto da carta de Pero Vaz de Caminha:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. [...] De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. *Pelo sertão* nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa (CAMINHA, 2007, grifo nosso).

Assim, a ideia de sertão esteve, desde os primórdios de nossa história colonial, associada ao interior, às terras distantes da costa – ainda que essa percepção de distância tenha variado ao longo do tempo. Por isso, a opção por nomear *Sertões* os volumes que tratam regiões apartadas da costa, de povoamento antigo e não pertencentes à região Amazônica.

O presente volume, *Sertões brasileiros I*, abarca regiões dos atuais Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Como primeiro passo na abordagem do tema, cumpre esclarecer os possíveis significados da palavra *sertão* presentes neste volume e, a partir daí, identificar as regiões que se formaram em áreas que, um dia, por alguma razão, foram identificadas como sertões.

Sertão, sertões

Há uma multiplicidade de estudos que procuram captar o significado da palavra sertão. Eles abordam tanto a discussão da origem etimológica do termo quanto os significados que a ele foram sendo atribuídos ao longo do tempo. O segundo caso é o que melhor se adequa ao nosso estudo. De qualquer forma, cabe uma ligeira abordagem das possíveis origens de sertão.

Há, basicamente, duas vertentes interpretativas das origens etimológicas de sertão. Uma atribui a origem do termo à palavra africana mulcetão, que designava terras distantes da costa, mediterrâneas, e ao ser incorporada à língua portuguesa assumiu a forma certão, mais tarde sertão (BARROSO apud GALVÃO, 2001, p. 16; NEVES; MIGUEL, 2007, p. 9). A outra vertente duvida da evolução do termo mulcetão para sertão e considera mais provável que a palavra tenha origem em “*sertanus*”, advinda de *sertum*, particípio passado de *sero*, *serui*, *serere*, que se traduziria por “entrelaçar”, “enrançar”, com o sentido de “o que está entrelaçado”, numa alusão à “vegetação contínua” (MEYER-LÜBKE apud NEVES; MIGUEL, 2007, p. 10).

De qualquer forma, como se viu anteriormente, o primeiro documento em língua portuguesa que descreve o território brasileiro – a carta de Pero Vaz de Caminha – utiliza o termo sertão para referir-se a terras distantes do litoral. Neves e Miguel (2007, p. 10) reforçam esse argumento citando ainda as cartas de doação das capitanias hereditárias, onde o termo aparece com o mesmo sentido.

Ao longo do processo de ocupação acontece a evolução para outros significados. O que, inicialmente, designava terras distantes do litoral assumiu novos conteúdos à medida que as estruturas do poder metropolitano se estabeleciam no território, criando a diferenciação de áreas.

Como a ocupação se firmava no litoral e a interiorização implicava a penetração em terras densamente florestadas, acidentadas e povoadas por índios (quase sempre tidos como bárbaros pelos europeus), ao sentido primeiro foi adicionado o de terra ignota, desconhecida, perigosa. A diferenciação evoluiu para o que está colonizado, o litoral, e o que ainda não foi incorporado pelo colonizador, o sertão.

Mais que a distância em relação ao litoral, o que passa a definir o termo é a condição de ainda não incorporado à *região colonial*, definida como *espaço preenchido pelo colonizador* (MADER, 1995 apud LIMA, 1999). Ainda segundo Mader (1995), a região colonial: “Constitui-se no mundo da ordem, estabelecida por duas instâncias de poder: a Igreja e o Estado” (MADER, 1995 apud LIMA, 1999, p. 57). A ideia de sertão será então o contraponto da região colonial, caracterizando-se como:

[...] o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo.

Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial (MADER, 1995 apud LIMA, 1999, p. 58).

Uma nova concepção de sertão se esboça no Século XVIII, quando a atividade mineradora atrai grande contingente populacional para as vertentes da serra do Espinhaço. Ela basicamente irá diferenciar as áreas densamente povoadas e controladas pela Coroa portuguesa – as *minas*, no dizer de Carrara (2007) – daquelas em que a rarefação de população e o conflito entre diferentes agentes pelo controle do território serão as determinantes para que a ideia de sertão esteja associada à ausência da lei e da ordem – os *currais*, novamente de acordo com Carrara (2007).

Essa percepção de sertão como uma porção do território em que a atividade econômica não se faz acompanhar da presença soberana do Estado (MORAES, 2000) terá longa vida. Até meados do Século XX, certamente até a década de 1930 pelo menos, eram definidas como sertão áreas em que a “ordem” instituída era a dos coronéis, em geral latifundiários que exerciam direito de vida e morte sobre aqueles que habitavam em suas terras ou eram seus empregados.

Acompanha esse processo uma percepção de que o sertão se contrapõe ao litoral, esse sendo o lugar do “copismo” e aquele o do Brasil autêntico (LIMA, 1999).

Por fim, e mais recentemente, o sertão assume as feições às quais estamos familiarizados – a de um lugar árido ou semiárido.

O presente volume pretende viajar por todas essas acepções da palavra, através de regiões que ora se constituíram

concomitantemente à percepção do termo sertão – como é o caso dos *currais da Bahia* – ora desenvolveram-se num período posterior e o fizeram numa área que, um dia, por alguma razão, foi percebida como sertão – como é o caso do vale do Paraíba.

Estrutura do volume

A ideia de sertão como lugar do desconhecido e do perigo está presente na caracterização dos Sertões do Leste, primeiro capítulo deste volume. Toda a extensa área da Mata Atlântica e das serras do Mar e da Mantiqueira que dominam grande parte do Sudeste brasileiro foi assim identificada ao longo dos Séculos XVI e XVII e parte do Século XVIII. A descoberta de ouro no ribeirão do Carmo, em 1694, no Sabará-buçú e na serra do Ouro Preto, provocaram forte deslocamento de população para essa área e empurraram o sertão para outras paragens, como afirma Vasconcelos (1999, p. 141): “o sertão removeu-se, e a ordem civil parece que raiou para nunca mais se obumbrar na noite selvagem”.

A área que um dia ficou conhecida como Sertões do Leste abrigou, séculos mais tarde, a expressiva produção cafeeira que marcou época e tornou-a presente no imaginário nacional como a região do vale do Paraíba. Também se estendem pelas serras do Mar e da Mantiqueira a região da Zona da Mata mineira e o sul de Minas, que tiveram sua ocupação associada à ocorrência de ouro nas cristas da serra do Espinhaço, em fins do Século XVIII, e primórdios do XVIII e se constituíram como regiões produzindo alimentos para as *minas gerais*.

O vale do rio Doce, apesar de ter sido descoberto já em fins do Século XVII em função da ocorrência de ouro em

seus afluentes, só se constituirá como região bem mais tarde, no Século XIX, com a chegada da cultura do café e a derrubada de suas matas que essa atividade acarretou.

Os processos e elementos que contribuíram para a caracterização dessas regiões, bem como a literatura que as retrata, compõem o capítulo referente aos Sertões do Leste.

À medida que o território era apropriado pelo projeto colonial, a ideia de sertão ganhava novas conotações e passava a designar novos espaços. Com a ocupação das áreas de mineração e o surgimento de vilas onde as estruturas de controle do território agiam com rigor, a ideia de sertão assumiu novas feições. Já não se tratava apenas de uma área distante do litoral, ou onde a ordem metropolitana não se estabeleceria.

Os caminhos por onde o ouro transitava necessitavam de forte esquema de vigilância para que não houvesse desvios na arrecadação dos **quintos**. Também era preciso garantir a arrecadação do **dízimo** lá onde a Igreja já se fazia presente, batizando, casando e dando a extrema-unção. Em algumas áreas, a frágil presença do poder metropolitano não era suficiente para garantir a *ordem civil* (VASCONCELOS, 1999).

A doação de sesmarias e datas foi uma das formas encontradas para garantir a posse do território e sua efetiva ocupação, e acabou por gerar o estabelecimento de enclaves de poder em áreas nas quais a Coroa portuguesa não conseguia controlar o fluxo de população, tampouco os conflitos em torno da posse e exploração de riquezas.

A ideia de sertão adquiriu novos contornos, passando a incluir a presença de outros poderes – estranhos à ordem

estabelecida – e que ora dela participavam, ora a ela se opunham. Um dos exemplos clássicos desse tipo de atuação é a figura de Manoel Nunes Viana, “o mais famoso régulo do sertão do São Francisco” (ANASTASIA, 2005, p. 80). O surgimento dessa personagem ilustra com riqueza a dinâmica do processo desencadeado pelos descobrimentos do ouro e será abordado no segundo capítulo, Sertões do Ouro e Sertões dos Currais.

O terceiro capítulo trata da região da Chapada Diamantina, Bahia, também conhecida como Sertão de Cima nos primeiros tempos da mineração do ouro em Rio de Contas e Jacobina. A caracterização de uma região geográfica com personalidade própria só aconteceu muito depois, a partir de 1844, e estendeu-se até meados do Século XX, período em que a mineração do diamante provocou a intensificação do povoamento, como já havia acontecido, embora em escala bem maior, em Minas, nos Séculos XVII e XVIII. Mesmo tratando-se de outro momento, a ideia de sertão continuou associada à presença de potentados que estabeleciam e faziam valer as regras e valores que organizavam a vida do grupo social. A institucionalização dessas relações que se estenderam desde fins do Século XIX até a década de 1930 do Século XX tornou-se conhecida como *coronelismo*, e foi justamente a figura dos coronéis que marcou época no romance regional da Chapada Diamantina.

Por tudo o que até aqui foi visto pode-se constatar que, ao contrário do que o senso comum possa perceber, a ideia de sertão não pressupunha a ocorrência de semiaridez ou aridez. Essa é uma qualificação mais recente atribuída à ideia de sertão e as razões para seu surgimento serão analisadas no último capítulo deste volume, Sertões Nordestinos. As regiões do Cariri Paraibano, o sertão do Pajeú e o Cariri

Cearense surgiram a partir dos movimentos de expansão dos currais de gado, nos primórdios do processo de ocupação no longínquo Século XVI, e já então recebiam a alcunha de sertão, não por suas condições naturais, mas pela distância em relação ao litoral e à presença de tribos indígenas resistentes à invasão de seus territórios. O capítulo faz uma discussão sobre os acontecimentos e as características do processo de ocupação que originaram a percepção que hoje se tem dos Sertões Nordesteiros.

Como parte de uma sequência que teve início na publicação do primeiro volume, *Brasil meridional*, o presente volume apresenta pequenas alterações em sua estrutura. Elas visaram melhor representar as regiões estudadas a partir não apenas da utilização de recursos mais sofisticados do ponto de vista técnico, mas também do aprofundamento da pesquisa em torno dos elementos que mais se adequaram à caracterização das regiões estudadas.

A realização desse trabalho envolveu várias unidades do IBGE. Além da Coordenação de Geografia, responsável pelo projeto, participaram as Unidades Estaduais de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará, que deram suporte e orientação às pesquisas de campo.

O IBGE espera que este trabalho contribua para um melhor entendimento dos processos que formaram e continuam participando na formação da sociedade brasileira, particularmente em suas relações com o território.

Agradecimentos especiais

Várias instituições colaboraram na produção deste volume, assim como alguns pesquisadores, que contribuíram orientando abordagens, propondo leituras e indicando caminhos para o desenvolvimento dos capítulos. O IBGE

sente-se honrado em poder contar com essas parcerias e agradece a valiosa colaboração de todos.

Gostaríamos de citar particularmente o professor *Angelo Alves Carrara*, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, que produziu o texto de abertura do primeiro capítulo e nos orientou em todas as etapas desse trabalho.

O mesmo podemos dizer do professor *Caio Augusto Amorim Maciel*, do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, que nos recebeu no Recife, sugeriu e organizou entrevistas com diversos especialistas regionais, orientou o roteiro de campo pelo Cariri Paraibano, vale do Pajeú e Cariri Cearense e também é responsável pelo texto de abertura do quarto capítulo.

Outros especialistas juntaram-se a nós nessa jornada: o professor *Heinz Dieter Heidemann*, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo nos recebeu para um dedo de prosa sobre a geografia na obra de Guimarães Rosa, uma de suas especialidades.

O professor *Ivo das Chagas*, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, foi ao nosso encontro em Pirapora para falarmos sobre o Norte mineiro e o cerrado, mais que sua especialidade, sua paixão.

Ao geógrafo *Rafael Straforini*, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela gentileza em disponibilizar o arquivo do mapa Caminhos da Bahia, de sua autoria.

O professor *João Batista de Almeida*, antropólogo do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual

de Montes Claros conversou conosco sobre as origens das Minas e das Gerais e nos enviou vários romances ambientados no norte de Minas, particularmente sobre a história do jagunço Antônio Dó.

A propósito, o autor do romance em questão, o jurista, professor e escritor *Petrônio Braz* muito generosamente recebeu-nos em sua residência em Montes Claros, onde pudemos conversar longamente sobre a vida de Antônio Dó.

Ainda em Minas, fomos recebidos pelo empresário *Franklin Bethônico* em sua fazenda em Barão de Cocais, onde também nos recebeu a jornalista *Teresa Cristina de Paula Motta*. Trata-se da propriedade onde está situada a antiga mina de Gongo Sôco, de onde o Barão de Cocais retirou enorme quantidade de ouro nos primórdios do Século XIX, quando no restante da então província a mineração já havia entrado em decadência.

A responsável pelo escritório do *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* – IBAMA em Chapada Gaúcha, *Cecília Barreto*, que nos recebeu e permitiu a visita ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Tanto em Chapada Gaúcha quanto em Serra das Araras contamos com a valiosa ajuda do guia *Lincoln*. Ainda em Chapada Gaúcha, fomos recebidos pela *Secretária Municipal de Educação*, *Dalva Pereira Fonseca*, que nos deu indicações bibliográficas sobre a história do município e da cidade de Januária, de onde ele foi desmembrado, e nos falou sobre os Encontros dos Povos do Grande Sertão Veredas, realizados a cada dois anos na cidade.

Em São Francisco, norte de Minas, fomos recebidos pela professora do *Departamento de História* do campus São Francisco da *Universidade Estadual de Montes Claros*, *Lenize Silva Vilas Boas*, e seus alunos de graduação, particularmente

Alexandre Rodrigues de Souza, que falou-nos sobre Maria da Cruz e a sedição do São Francisco de 1736.

Em Cordisburgo, pudemos conversar e trocar muitas impressões sobre o *Grande sertão: veredas* e outras obras de Guimarães Rosa com *José Osvaldo dos Santos*, o *Brasinha*, sem dúvida um grande conhecedor da vida e da obra daquele escritor.

Sobre a Chapada Diamantina, duas grandes contribuições devem ser mencionadas: as do escritor *Dênisson Padilha Filho*, que foi ao nosso encontro em Salvador para uma conversa sobre o Sertão de Cima e nos brindou com suas obras *Aboios celestes*, de 1999, e *Carmina e os vaqueiros do Pequi*, de 2002.

Continuamos nossa lista agradecendo ao professor *Lourival Holanda*, do *Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco*, por nos receber em sua casa no Recife para uma conversa sobre a produção romanesca nordestina.

Ao historiador professor *Ricardo Pinto*, do *Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco*, por ampliar nosso entendimento sobre a territorialidade dos índios cariris.

Ao professor *Paulo Sérgio Cunha Farias*, doutorando em *Geografia da Universidade Federal de Pernambuco*, por nos receber em Campina Grande para uma conversa sobre a o Cariri Paraibano.

No Cariri Cearense, contamos com a contribuição do professor *Glauco Vieira*, do *Departamento de Geografia da Universidade Regional do Cariri Cearense*, que nos falou sobre a

região e nos colocou em contato com outros pesquisadores do Cariri Cearense.

Agradecimentos à professora *Ivone Cordeiro Barbosa*, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, por nos receber em Fortaleza numa conversa sobre a produção romanesca cearense e sua relação com a construção do conceito de sertão. A ela agradecemos também pela doação de um exemplar de seu livro intitulado *Sertão: um lugar incomum*.

Ao professor *José Jonas Duarte da Costa*, do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, e membro do Instituto Histórico, Geográfico, Artístico e Literário do Cariri Paraibano, por sua atenção e por seus e-mails esclarecedores sobre 'a alma' do Cariri Paraibano.

Agradecemos ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na figura de sua Presidente, a professora *Consuelo Pondé de Sena*, que abriu suas portas à equipe para que pudéssemos expor nosso trabalho.

À escritora *Ruth Guimarães*, autora, entre outros, do romance *Água funda*, por ter-nos concedido entrevista sobre

o referido romance, além de valiosas informações sobre a região do vale do Paraíba do sul paulista e sul de Minas, e pelo material doado: a obra *Calidoscópio: a saga de Pedro Malazarte*.

Ao Núcleo de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santo André, nas pessoas de *Júlio César Tavares Bastos*, editor de imagens, e *Alexssander Soares*, Coordenador de Comunicação, pela cessão de direitos de uso da foto 5578, de Paranapiacaba, de autoria de *Marcos Imbrizi*, Prefeitura Municipal de Santo André.

Ao Sr. *Benito Campos*, representante da *Casa de Oswaldo Cruz*, em São Luiz do Paraitinga, São Paulo, pelas indicações de obras e autores, bem como pela recomendação da entrevista com a escritora *Ruth Guimarães*.

Ao Museu de Santo André Dr. *Octaviano Armando Gaiarsa*, na pessoa de *Suzana Kleeb*, historiadora, pelas informações referentes à rede ferroviária de Paranapiacaba.

Ao Sr. *Kabled Penna Valle*, Diretor de Turismo da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, São Paulo, pela cessão de direitos de uso da foto Garganta do Embaú (vista aérea, sem data) de autoria de *Everaldo Oliveira*.



Foto1: Relevo do vale do Paraíba do Sul, Serra da Mantiqueira, em Paty do Alferes (RJ).

Marco Antônio de Carvalho Oliveira, 2008



Sertões do Leste

Angelo Alves Carrara*

O tema da divisão regional em Minas tem ocupado com relativa frequência as atenções dos pesquisadores.

O motivo é simples, nas palavras de Guimarães Rosa: “Minas é muitas”. De fato, com mais de 580 000 km², Minas é mais que uma França. Diferentes mapas da divisão regional podem ser desenhados de acordo com distintos critérios adotados. Uma cartografia das diferentes regiões econômicas da província, por exemplo, pode ser obtida a partir da sistematização dos dados dos viajantes estrangeiros; outra, com base nos dados demográficos disponíveis para a primeira metade do Século XIX. Seja como for, há de se levar sempre em conta a fragilidade do emprego estrito de critérios de demarcação administrativos ou demográficos: o

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

espaço histórico “já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído”, isto é,

a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais. (MATOS, 1999, p. 23-24).

Minas e currais

Quando, no dia 16 de julho de 1696, foi descoberto ouro afinal no ribeirão que até hoje guarda o nome da santa do dia, a Capitania de Minas Gerais já possuía identidades diferentes¹. Não cuido aqui, claro está, dos domínios geográficos diversos que a compunham, mas das duas personalidades históricas primordiais que desde o seu nascimento os contemporâneos nomearam **minas** e **currais**, e que começaram a ser gestadas simultaneamente em 1674: uma, pela bandeira de Fernão Dias; outra, pelo avanço do gado que subia o São Francisco. Para manter uma imagem, o São Francisco representou para a identidade curraleira o que a serra do Espinhaço significou para o caráter minerador. Assim, em seu nascedouro, Minas assistiu ao enraizamento dessas duas índoles, que passaram a estabelecer uma relação indissolúvel entre si – os currais não seriam tantos nem tão espalhados, sem as minas.

Minas e currais são decerto categorias evidentes da divisão regional colonial mineira na infância da capitania. Com o tempo, contudo, tornaram-se absolutamente insuficientes no momento de se caracterizar as diferentes regiões da capitania a partir do segundo quartel do Século XVIII.

Mudou-se o contorno regional porque alterou-se o espaço socialmente construído, com a chegada de novos atores em outros lugares. Que critérios então deveriam ser levados em conta para recortar uma divisão do território que expresse mais adequadamente as personalidades históricas regionais?

Matos proibidos, Sertões do Leste, Zona da Mata

Desde muito cedo, a região vizinha ao Caminho Novo mereceu atenção das autoridades. Data de 14 de março de 1720 uma primeira ordem régia proibindo a abertura de estradas que permitissem um desvio ao registro do Caminho Novo, na atual cidade de Matias Barbosa. O motivo era impedir o contrabando de ouro, cujo proprietário deveria necessariamente demonstrar ter pagado os **quintos** reais. A esta primeira ordem régia seguiram-se outra, de mesmo teor, de 17 de outubro de 1733, bem como a lei de 3 de dezembro de 1750, que estabeleceu o novo sistema de cobrança dos **quintos**.

O declínio das lavras auríferas a partir dos meados do Século XVIII, contudo, foi empurrando inevitavelmente os habitantes dos distritos mineradores cada vez mais para leste, o que fez aumentar as atenções das autoridades para o cumprimento das ordens régias anteriores. Em 4 de março de 1755 o governador mandou tirar devassa de que tivessem aberto algumas picadas na Borda do Campo. De fato, em 30 de junho, Manuel Caetano Monteiro confirmava ao governador que “algumas pessoas tinham entrado pelos gerais da Mantiqueira, abrindo picadas para lançarem algumas posses”, o que também era proibido. Da mesma maneira, o capitão Manuel Lopes de Oliveira

¹ O argumento, que aceita, da data da descoberta do ouro no ribeirão do Carimó, 7 de Diego de Vasconcelos: “foi um domingo, 16 de julho de 1696, festa da Virgem” (VASCONCELOS, 1948, p. 182).

havia dado conta de “haverem várias pessoas entrado nos matos gerais do Caminho Novo do Rio de Janeiro, por três picadas que haviam aberto a pretexto de necessárias serventias para as suas fazendas”. É necessário salientar que tanto um como outro informante assinala que os que abriram picadas justificavam que o fizeram para “lançar posses”, isto é, ocupar terras devolutas. Não tenho porque duvidar desta alegação.

Diante destes relatos, em 20 de setembro de 1755 o governador mandou publicar “ao som de caixas em todas as vilas, estradas da Comarca do Rio das Mortes” um bando em que reafirmava a validade das ordens régias anteriores a respeito do assunto. Mas havia um problema: tanto as ordens régias de 1720 e 1733, quanto a lei de 3 de dezembro de 1750 não davam “mais pena que o confiscar-se-lhe o ouro, e os que abrem picadas para fora das minas com o pretexto de saírem para fora com os seus mantimentos ficam sem castigo”. Por este motivo, o governador escreveu à Corte em Lisboa, em 6 de janeiro de 1756, perguntando como proceder nesse caso. Não havia muito o que fazer, já que o objetivo de todos estes diplomas legais era assegurar o efetivo pagamento dos **quintos**. Nesse sentido, quem não fosse encontrado com ouro, não estava sonhando, logo, não podia ser confiscado em algo que não tinha.

Talvez por isto a carta que em 27 de janeiro de 1756 escreveu Manuel Lopes de Oliveira, na Borda do Campo, resume a matéria. Para ele,

“muitos moradores desta freguesia da Borda do Campo e os viandantes, todo o seu desígnio é que se devassem [isto é, povoem] estes pequenos sertões de matos virgens, que se acham de uma e outra parte da estrada” para o Rio de Janeiro. Além disso, pelas bandas da povoação da Ibitipoca “têm estes mora-

dores feito seis picadas entradas [sic], que todas ou parte delas procuram romper a estrada pelas fazendas do mato, e outras endireitando [isto é, se dirigindo] para esta cidade do Rio [de Janeiro]”. O informante concluía: era “certo que daqui a pouco tempo hão de continuar para diante não só estes como outros” (ANDRADA, 1756).

As zonas da Mata

A rigor, portanto, os sertões proibidos que mais tarde vieram a ser reconhecidos como Zona da Mata constituíam toda a região a leste do Caminho Novo. No entanto, menos que por respeito a estas ordens, os colonos se viam impedidos de abrir caminhos ou picadas para este território, em particular por uma razão de ordem prática muito mais severa: a grande concentração de indígenas que o habitavam. Basta lembrar que, em 1749, Faustina Gonçalves morreu num ataque dos índios, e seu marido, em virtude de uma flechada, ficou quatro meses de cama. Por essa razão, decidiu mudar-se juntamente com seus oito escravos do seu sítio de roça nas Catas Altas da Noruega (CARRARA, 2007, p. 198-199). A propósito, se a resistência à colonização oferecida pelos índios for tomada como um critério para demarcação da Zona da Mata, há de se incluir nela o território a leste dos rios Magé e Piabanha, na Capitania do Rio de Janeiro, e que num mapa de 1767 foi identificado como “sertão ocupado por índios bravos” (LEÃO, 1767). De fato, a Zona da Mata possui uma identidade própria, que ultrapassa os limites administrativos.

A pressão pela ocupação de terras a leste do Espinhaço se tornou mais séria a partir do momento que soou o alarme do esgotamento das lavras em 1762, quando os **quintos** não mais atingiram as 100 arrobas anuais. Isto explica porque a colonização da porção central da Mata se inicia

oficialmente a partir dos fins de 1767, quando da instalação da freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões da Pomba e Peixe, no atual Município de Rio Pomba.

A historiografia tradicional até muito recentemente acostumou-se a tratar estes sertões como uma área homogênea. Porém, sua estrutura fundiária não se apresenta assim. Ora, em sociedades em que a agricultura e a pecuária assumem o papel de atividade econômica mais importante, a terra é o recurso principal. Logo, é em critérios a ela referidos que julguei se deveria buscar a chave da divisão. À estrutura fundiária associavam-se outros índices: o da densidade demográfica e, até o 13 de maio de 1888, o da estrutura da propriedade escrava. Em estudo anterior procurei mostrar que não havia uma, mas três zonas da Mata – uma, ao sul (Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina), caracterizada pelo latifúndio, monocultura do café e escravismo; outra na porção central (Rio Pomba, Ubá, Visconde do Rio Branco, Muriaé e Viçosa), uma área de domínio da pequena e média propriedade, policultura e mão de obra livre; e uma terceira, ao norte, que consistia numa fronteira ainda aberta com baixa densidade demográfica e expressão econômica relativamente menor que as demais (CARRARA, 1993)².

Ao longo do Século XIX, consolidou-se em cada uma destas sub-regiões um padrão distinto de distribuição da propriedade fundiária e de participação da população escrava em relação à população total de cada um dos municípios da região. Quando o Recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata – cuja área correspondia a cerca de 5% do território da Província – detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava de Minas Gerais.

Por essa época, as diferenças intrarregionais quanto à porcentagem de população escrava já se haviam consolidado à quase totalidade. As cifras diferentes permitiam estabelecer uma cartografia da difusão das estruturas econômicas: quanto mais distante da área da monocultura cafeeira, menor era a participação dos escravos nas lavouras.

Além disso, como esses padrões distintos da produção agrária permaneceram inalterados até os anos finais do escravismo, a demanda por mão de obra escrava manteve-se elevada ao sul, enquanto decrescia no centro. Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentara em Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases, Mar de Espanha, Rio Novo, Muriaé. E decrescera em Rio Pomba, Rio Preto, Ponte Nova, Viçosa, Ubá e Visconde do Rio Branco. Essas flutuações eram antes as que se verificavam no vale do Paraíba fluminense e paulista. Movimento menos acentuado nas áreas de ocupação inicial — e, portanto, de terras mais cansadas, como Paraíba do Sul e Piraí, e mais sentido nas áreas ainda virgens como Cantagalo, Sapucaia, São Fidélis e Madalena. Este fato, por si só, é útil para caracterizar as atitudes dos proprietários rurais do sul da Mata, que permaneceram escravistas até a última hora, ao passo que os donos de terra da região central procuraram desfazer-se do prejuízo potencial que significavam os plantéis extensos.

Todos estes indicadores econômicos e demográficos são igualmente de extrema utilidade para se compreender a diferença de atitudes e posições dos políticos da região ao longo do Século XIX. Mais: esta divisão regional anco-rada nestes critérios coincidia com outros fatores, com as alianças matrimoniais intra e extrarregionais. Em síntese: a subdivisão que propunha aproxima-se de um espaço socialmente construído.

² Para uma análise mais detida das estruturas econômicas da Zona da Mata central, ver: CARRARA, A. A. *Estruturas agrárias e capitalistas: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transição da produção na zona da Mata mineira nos séculos XVIII e XIX*. Ouro Preto: Edinop, 1999.

A equação adotada no recorte sub-regional da Mata, todavia, não parece ainda corresponder de fato ao requisito mais consistente. Dada a limitação geográfica de sua aplicação, estas conclusões poderiam corresponder apenas a uma coincidência. Em verdade, estes instrumentos de recorte do território mineiro parecem padecer de uma visível deficiência. Estrutura fundiária ou da propriedade escrava até 1888, densidade demográfica e atividades econômicas predominantes são apenas o corpo de uma região. Tome-se, por exemplo, o norte de Minas e o Triângulo Mineiro, que reconhecemos possuir identidades distintas, mas que apresentam caracteres em grande medida semelhantes. Ao menos um parentesco muito próximo. E a despeito desse parentesco “material”, quando se trata de estabelecer um recorte regional, não parece ser minimamente reconhecido por seus habitantes. Isto porque são outros os elementos tomados como mais significativos para se definir a pertença a uma região. Em História, uma região é bem mais do que o solo: é antes de tudo a história que

sobre ele se desenrolou, o que requer considerar que sejam também consideradas no jogo outras variáveis: o vocabulário, o sotaque, a culinária, as festas, os santos de devoção, a música. Numa palavra, tudo o que hoje consideraríamos a herança imaterial de uma dada sociedade.

Portanto, no corpo de uma região – suas variáveis econômicas – há encarnada uma – sua “herança imaterial”, que se resume em algo tradicional na História Agrária: o processo histórico de ocupação e de uso do solo. Quanto ao primeiro critério, destaque-se um fato pouco objetável: um processo de ocupação e uso do solo é feito por grupos de pessoas que, portadoras de uma herança imaterial – comum ou não, terão de inevitavelmente estabelecer relações entre si. É a partir delas que será construída a identidade regional. Este critério por si só seria suficiente para distinguir três sub-regiões na Zona da Mata. Aplicado a outras áreas de Minas, produzirá os mesmos resultados.



Everaldo Oliveira, sem data.

Foto 2: Vista aérea da Garganta do Embaú, entre Cruzzeiro (SP) e Passa Quatro (MG). Cortesia da Secretaria Municipal de Turismo de Cruzzeiro (SP)

Regiões do vale do Paraíba, da Zona da Mata mineira e do vale do rio Doce

Na Geografia

A porção territorial objeto deste estudo certamente não corresponde a uma imagem habitual de sertão, uma vez que consiste em área relativamente próxima ao litoral e originalmente recoberta pela floresta tropical latifoliada, a Mata Atlântica. Esse estranhamento inicial ocorre, sobretudo, porque historicamente convencionou-se como conceito mais afeito ao termo sertão aquele vinculado às áreas distantes do litoral, situadas no interior dos continentes, pouco povoadas, geralmente caracterizadas por baixa pluviosidade e vegetação xerófitas (FERREIRA, 2004).

O conjunto fisiográfico formado pelo vale do rio Paraíba do Sul, interposto entre as serras do Mar e da Mantiqueira, caracterizado pela formação florestal contínua que se prolongava até o vale do rio Doce, constituiu-

-se, contudo, inequivocamente, como sertão para os colonizadores dos primeiros séculos. Essa denominação era outrora comumente aplicada a extensões territoriais pouco percorridas, exploradas ou não apropriadas pelo conquistador europeu.

Os terrenos florestados do Sudeste brasileiro detinham ainda um caráter dual que muito influenciou nesta concepção de sertão. Ao mesmo tempo que designavam o espaço de uma natureza exuberante e até mesmo mitológica, capaz de despertar no imaginário do colonizador a expectativa da descoberta de grandes riquezas materiais, representavam também o mistério, o perigo, a morada de seres selvagens (RODRIGUES, 2003). Lamego (1958, p. 88) refere-se à mancha florestada como “a selva entre os Campos Gerais e o litoral”, e Mercadante (1973, p. 13) relata que “a tira de selva, muito estreita nas imediações de Mar de Espanha, ia sempre alargando-se para o norte, até juntar-se à imensa floresta capixaba”.

Esse segmento do Sudeste brasileiro, no passado denominado como Sertões do Leste, constituía-se, essencialmente, pelas regiões atualmente reconhecidas como vale do rio Paraíba do Sul, Zona da Mata mineira e vale do rio Doce. Em muitos casos, todavia, há indicações de que esses sertões se espraiavam para além dessa circunscrição, avançando sobre outras áreas dos atuais Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Como bem indica a forma plural do topônimo “sertões”, trata-se de um quadro que reúne várias áreas assim denominadas, como, por exemplo, os sertões do Paraíba do Sul, da Mantiqueira, do rio Pomba, do rio Doce e tantos outros.

Quanto aos aspectos naturais, podemos situar os Sertões do Leste em área denominada por Ab’Sáber (2003, p. 16) como “Domínios dos Mares de Morros Florestados

do Brasil Tropical Atlântico”. A província ecológica dos “mares de morros” corresponde às porções tropical e subtropical da fachada atlântica brasileira - originalmente florestada - que se estendia do Rio Grande do Norte a Santa Catarina.

No Sudeste brasileiro, especialmente, a ação mais intensa dos processos ecológicos formadores dos “mares de morros” confere a esta fração territorial a denominação de área *core* do domínio (AB’SÁBER, 2003). Segundo o autor, tal conjunto fisiográfico consiste “sobretudo nas regiões serranas granítico-gnáissicas florestadas do Brasil de Sudeste, com tipicidade máxima nas zonas mamelonizadas extensivas da bacia do rio Paraíba do Sul” (AB’SÁBER, 2003, p. 57). Em termos gerais, os elementos climático, florístico e topográfico produzem paisagens caracterizadas pela ocorrência da Mata Atlântica associada a variadas feições de relevo, como morros do tipo meia-laranja, paredões escarpados e planaltos interiores, sobre os quais atuam processos de intemperismo próprios das áreas tropicais úmidas.

Ethel Guedes Viéras, 2007



Foto 3: Morros em meia laranja, em São Luiz do Paraitinga (SP).

Do ponto de vista da ocupação colonial, os contornos do recorte espacial em foco começaram a ser delineados a partir do Século XVII, quando a ocupação do litoral Sudeste já se efetivara e os movimentos de interiorização do povoamento transpunham a fachada do Planalto Atlântico, na busca por riquezas minerais. A travessia da floresta, por mostrar-se demasiadamente arriscada, era preterida por muitos aventureiros, que optavam por rotas alternativas bem conhecidas dos indígenas e, portanto, de destino menos incerto. Foram expedições vindas de São Paulo que, contornando a floresta, lograram êxito na descoberta do ouro no interior do planalto. Tal evento

promoveu intensa ocupação da área de campos naturais, situada para além da Mata Atlântica.

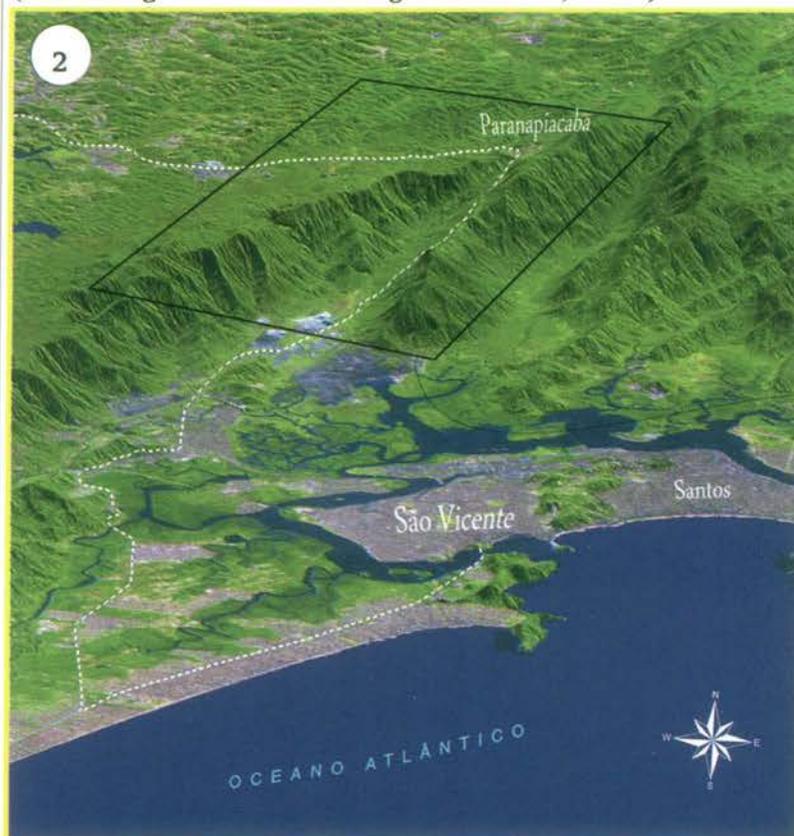
A interdição ao trânsito e à ocupação da extensão florestada entre a faixa costeira e os Campos Gerais, determinada pela Coroa portuguesa no Século XVIII, manteve a área como um enclave de sertão contrastando com a ocupação consolidada no litoral e no planalto interior. Tal recorte, caracterizado pela descontinuidade da ocupação territorial do Brasil de Sudeste, passava, então, a ser identificado como Sertões do Leste.

Érthel Guedes Viertes, 2007



Foto 4: Paredão escarpado, na Serra dos Órgãos (RJ).

A "MURALHA" (Modelo Digital do Terreno - exagero vertical 5 vezes)

TRILHA DOS TUPINIQUINS
(Modelo Digital do Terreno - exagero vertical 1,5 vezes)DETALHE TRILHA DOS TUPINIQUINS
(Modelo Digital do Terreno - exagero vertical 1,5 vezes)

Fontes: Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2007. Imagens SRTM. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: fev. 2007; e Global Land Cover Facility. College Park: University of Maryland, 2008. Imagens Landsat 7. Disponível em: <<http://glcfapp.umiacs.umd.edu:8080/esdi/index.jsp>>. Acesso em: fev. 2008.

Nota: Fusão PAN + Composição 543. Cenas utilizadas: p219r077 e p219r076, de 30.04.2000; p218r076 e p218r075, de 26.06.2000; e p218r077, de 25.05.2000.

A partir da costa sudeste: o desbravamento dos Sertões do Leste



Marcos Imbrizi - Prefeitura Municipal de Santo André, 2008

Foto 5: Vista da Baixada Santista ao fundo, a partir de Paranapiacaba (lugar de onde se vê o mar, na língua tupi), distrito de Santo André (SP). Na foto, identificamos, à direita, o sistema cremalheira, que se estende sobre a primeira linha férrea ali construída, a Planos Inclinados da Serra. À esquerda, mais ao alto, encontra-se desativada a linha Novos Planos Inclinados da Serra. A antiga "Trilha dos Tupiniquins" fazia esse percurso, entretanto, não há registros de que os traçados existentes coincidam com o antigo caminho indígena.

A Capitania de São Vicente - primeira vila fundada na colônia em 1532 - ocupava uma faixa litorânea bastante restrita, limitada pelos terrenos alagadiços da baixada e pela aproximação dos contrafortes da serra do Mar. Suas principais relações comerciais eram estabelecidas com o Rio de Janeiro, principal mercado consumidor de seus produtos - açúcar, aguardente, farinha e madeira (PRADO JÚNIOR, 1999). Sua situação mais ao sul e, portanto, a uma maior distância da Europa, mostrou-se desfavorável ao escoamento de sua produção para aquele continente, tendo em vista a concorrência com os núcleos mais setentrionais (PRADO JÚNIOR, 1999). Estes, ao polarizarem os contatos com os mercados europeus, concentravam as atenções da metrópole portuguesa, de modo que a capital administrativa da colônia veio a ser instalada na Bahia,

em 1549. Portanto, em virtude de limitações de ordem geográfica, econômica e política, o colono de São Vicente logo partiu em busca de atividades produtivas alternativas para sua subsistência. Em consequência, cedo realizou a subida da serra do Mar e a construção da Vila de São Paulo de Piratininga, fundada em 1554.

Utilizaram os vicentinos nessas incursões antigas trilhas indígenas que ligavam o litoral ao planalto, especialmente aquela conhecida como Trilha dos Tupiniquins. Esta atravessava a serra do Mar passando por Paranapiacaba - lugar de onde se vê o mar na língua Tupi (BUENO, 1998), atual distrito do Município de Santo André, na metrópole paulista. Esta trilha, de acordo com Galdino (2002), seria uma ramificação da grande rede viária ameríndia denominada Peabiru, que da cordilheira dos Andes estender-se-ia às faixas costeiras sul-americanas através de numerosas trilhas.

O povoamento de São Paulo organizou-se com base no descimento do gentio, atividade de captura, aprisionamento e comercialização da população indígena mais interiorizada no território. Os indígenas constituíram-se como mercadoria rentável no tráfico interprovincial de escravos, enviados especialmente para as capitanias do Nordeste, tendo ainda sua força de trabalho cativa empregada nas atividades produtivas das fazendas paulistas (DIEGUES JÚNIOR, 1960).

Com o empreendimento das Entradas e Bandeiras - expedições ao sertão em busca de escravos e riquezas minerais - os paulistas, em constante contato com nativos e espanhóis, obtinham informações seguras sobre a existência de jazidas de ouro, prata e pedras preciosas no interior do continente.

Assim, atravessaram a serra da Mantiqueira pela **Garganta do Embaú**, chegando ao território do Campo das Vertentes e da Zona da Mata mineira, onde fizeram importantes descobertas auríferas nas cabeceiras do rio Casca, um dos afluentes do rio Doce (MERCADANTE, 1973).

As bandeiras paulistas não se fixavam por onde passavam, apenas estabeleciam ranchos para explorações localizadas, prosseguindo em sua marcha. Difundida a notícia sobre os achados minerais, foram seguidas por levas de reinóis e representantes da Coroa que chegavam da Bahia e do Rio de Janeiro, o que gerou disputa acirrada pelo domínio dos territórios das lavras, culminando na guerra dos Emboabas (1707-1709), nos arredores de Ouro Preto.

Esse povoamento se processou a partir do surgimento dos principais centros mineradores que, ao erigir uma rede de núcleos urbanos, inaugurou uma sociedade peculiar para os moldes coloniais vigentes. Seu caráter eminente-

mente urbano distinguia esta formação socioeconômica dos demais núcleos já estabelecidos na colônia. Seu sítio, a centenas de quilômetros do litoral, limitava-se ao sul nos rebordos florestados da Mantiqueira.

No Rio de Janeiro, entretanto, outro modelo de ocupação ocorreu condicionado pela fisiografia de seu sítio, resultando na concentração populacional bastante expressiva ao longo da faixa litorânea e no entorno da Guanabara. Dispondo de uma ampla área de baixada apta à agricultura, distante dezenas de quilômetros do início da serra, onde se desenvolveram as atividades canavieira e pecuária favorecidas pelas condições portuárias da baía da Guanabara (LAMEGO, 1963), a serra do Mar representava para os cariocas um desafio de retorno econômico incerto.

De acordo com Mercadante (1973), teria partido da Guanabara, em 1531, a primeira incursão aos Sertões do Leste de que se tem registro, entretanto, só em meados do Século XVII e fomentada pela doação de sesmarias a fidalgos, a serra fluminense passaria a ser objeto da ocupação colonial, muito embora, de forma inexpressiva e pontual (LAMEGO, 1963).

A comunicação entre o Rio de Janeiro e as Minas foi inicialmente estabelecida através do **Caminho Velho**, composto por um percurso marítimo até Parati (Rio de Janeiro), de onde se iniciava a subida da serra do Mar. De Cunha (São Paulo), o caminho seguia para Guaratinguetá e, de lá, para a travessia da Mantiqueira, perfazendo a antiga Trilha dos Guaianás (AB'SÁBER; BERNARDES, 1958).

Somente por volta de 1700, “Por determinação das autoridades da época, foi então aberto do interior para o litoral um novo caminho ligando diretamente as Minas à



Ethel Guedes Vieira, 2007

Foto 6: Caminho Velho, em Parati (RJ).

Guanabara” (AB’SÁBER; BERNARDES, 1958, p. 38). O Caminho Novo, ou Caminho Novo de Garcia Pais, passava então a integrar a **Estrada Real**, constituindo-se na nova rota oficial do ouro, uma vez que

Abriu-se assim a primeira via de circulação através da Zona da Mata. Nenhuma outra estrada, até centenas de quilômetros para leste e para oeste, atravessava aquele mar de verdura denso e sombrio, mais difícil de transpor do que as nossas serras mais altas. O Caminho Novo era uma artéria estreita, porém única numa longa extensão, e vital para o organismo da Colônia (VALVERDE, 1958, p. 26).

A abertura do Caminho Novo provocou uma mudança definitiva no eixo de circulação, pondo fim às disputas por hegemonia político-econômica das Minas. Ao mesmo tempo em que reduzia a influência de São Paulo sobre a região, potencializava a hegemonia do Rio de Janeiro em âmbito colonial.

Apesar de ter cabido ao núcleo paulistano a função de povoador inicial da porção mineira do Sudeste brasileiro, muito breve uma captura econômica e administrativa seria exercida pelo Rio de Janeiro (AB’SÁBER; BERNARDES, 1958, p. 37).

Em virtude disto, a cidade foi elevada à condição de capital da colônia em 1763, devido ao importante papel que vinha assumindo na ordem econômica vigente, como responsável pela arrecadação de impostos e pelo controle do escoamento da produção aurífera das Minas (SILVA, 1970).

Considerando os elementos e circunstâncias geradores do quadro do povoamento nos Sertões do Leste, podemos admitir que a sociedade bandeirante fez de São Paulo o principal centro irradiador da ocupação do interior brasileiro, originando correntes de povoamento para as mais distantes regiões do Território Nacional. A proximidade dos contrafortes da serra do Mar à faixa litorânea, inadequada à expansão da agricultura, veio a propiciar o rápido povoamento do planalto. Dispondo de relevo e hidrografia favoráveis, São Paulo se desenvolveu em “um excelente conjunto radial de penetração que veio assegurar seu primado como centro de penetração e povoamento no planalto por centenas de quilômetros de raio” (AB’SÁBER; BERNARDES, 1958, p. 36).

Da costa capixaba, no que diz respeito à ocupação do vale do rio Doce, as entradas provenientes da costa espírito-santense aos sertões da Mantiqueira e do rio Doce foram

José Eduardo Bezerra da Silva, 2007



Foto 7: Marco da Estrada Real, no Caminho Novo (MG).

demasiadamente, dificultadas, tanto por condicionantes naturais como pelo desinteresse metropolitano. Os contrafortes da Mantiqueira com sua densa floresta, habitada pelos temidos aimorés (botocudos), impunham ao colono espírito-santense grandes obstáculos às suas tentativas de interiorização.

Denise Maria Penna Kronenberger, 2008



Foto 8: Aspecto da topografia, em Iúna (ES).

De acordo com Strauch (1958), a encosta do Planalto Atlântico, por onde atravessa o rio Doce em seus médio e baixo cursos, é marcada por uma diferenciação topográfica: ao sul, observa-se um relevo mais movimentado, evidenciado pela exposição de paredões rochosos, a exemplo da serra do Castelo. Ao norte, entretanto, os terrenos antigos encontram-se mais dissecados pela ação de processos erosivos.

O povoamento para além da faixa costeira se fez por iniciativas de jesuítas e aventureiros que, por diferentes razões,

embrenharam-se por esses sertões especialmente durante o Século XVII. Como nos informa Strauch,

A primeira exploração do vale a partir do litoral data de 1573. Foi levada a efeito por Sebastião Tourinho, que alcançou o Estado de Minas Gerais, subindo o rio Doce até a foz do Suaçuí (STRAUCH, 1958, p. 103).

A despeito das proibições da Coroa, no início do Século XVIII foram realizados vários descobertos pelo sertão do rio Doce. Ao sul deste rio, nas minas de ouro do Castelo, os povoados promoveram o desenvolvimento de atividades agropastoris (OLIVEIRA, 1975). Ainda assim, a região manteve-se por longo tempo quase que totalmente indevassada, sobretudo em decorrência de sucessivas administrações deficientes (OLIVEIRA, 1975).

No caso do sertão do rio Doce, por determinação régia, nenhuma via de acesso foi construída ligando os centros mineradores do planalto ao litoral capixaba. Ao contrário, a Coroa decidiu pela manutenção da população espírito-santense restrita à faixa costeira, medida voltada à proteção daquele segmento do litoral Sudeste contra o contrabando interno, desvio dos registros do Caminho Novo, bem como contra investidas de outras nações (ESPÍNDOLA, 2005).

Desta forma, o extenso território capixaba, com sua via natural entre o planalto e o Atlântico, permaneceu inexplorado por muito mais tempo, até que a cultura cafeeira, originada no vale do Paraíba do Sul fluminense, se expandisse pela Zona da Mata mineira e sul do Espírito Santo, prolongando-se ao vale do rio Doce. Tal conjuntura marcou decisivamente o processo de povoamento da região, que apresenta ainda hoje uma ocupação pouco densa, a despeito de seu potencial econômico.

Em síntese, durante todo o Século XVIII, os sertões do Paraíba e do rio Doce permaneceram praticamente invassados. Com a instalação dos registros do ouro ao longo do Caminho Novo, tornaram-se esses sertões proibidos por decreto régio, medida que, como observa Carrara no texto de abertura deste capítulo, coibia a abertura de trilhas que desviassem do caminho oficial, passando ao largo dos registros com vistas à sonegação do quinto, a quinta parte do ouro total extraído. Desta forma, tal imposição da Coroa atuou no sentido de retardar, durante todo o Setecentos, a ocupação dos Sertões do Leste (LAMEGO, 1963).

Embora a mancha contínua de Mata Atlântica recobrisse de forma homogênea os sertões do Paraíba do Sul e do rio Doce, o povoamento do primeiro vale antecedeu em muito o processo de ocupação efetiva das terras do segundo. A implementação do Caminho Novo, entre fins do Século XVII e início do Século XVIII, viabilizou a circulação entre as minas e a Guanabara através de um traçado que se estendia pela vasta zona escarpada e densamente florestada da serra do Mar.

Ao longo dessa via pioneira e exclusiva em toda a extensão dos Sertões do Leste, pousos, roças e criatórios foram surgindo para descanso e abastecimento das tropas, pontuando a floresta com esta forma de ocupação. Ainda que rigorosamente controladas pelas autoridades coloniais, trilhas foram abertas na mata à margem do caminho, com vistas ao desvio dos registros do ouro.

Essa rede não oficial de caminhos veio a lançar as bases para o início de uma ocupação rarefeita, que só durante o Século XIX, com a expansão das lavouras de café na região, veio a se consolidar, mantendo, todavia, seu caráter esparso, moldado pelas características da fazenda de café. Em síntese, como assinala Diegues Júnior (1960, p. 396) sobre as transformações promovidas pela economia cafeeira no vale do Paraíba fluminense: “velhos pousos de tropeiros ou simples arraiais insignificantes haviam sido Resende, Barra Mansa, Paraíba do Sul, [...] até que os cafezais tomaram conta de suas terras”.

Sertões do Leste - “Regiões do Vale do Paraíba do Sul, da Zona da Mata Mineira e Vale do Rio Doce” - Séc. XVI ao XVIII



Fontes: Mapa da série Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 2.500.000; Malha municipal digital. Rio de Janeiro: IBGE, 2006; e Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2007. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: fev. 2007

A expansão do café sobre o vale do Paraíba do Sul, a Zona da Mata mineira e o vale do rio Doce

Desde o início da colonização, a área que veio a se constituir como vale do Paraíba do Sul, Zona da Mata mineira e vale do rio Doce teve seu ecossistema progressivamente impactado por uma ocupação de caráter eminentemente exploratório. À extração do pau-brasil, seguiram-se o plantio da cana-de-açúcar, do café e, posteriormente, a pecuária, associados aos cultivos variados e criações de subsistência, atividades cuja implementação impôs a derubada das matas.

A extração madeireira para fins industrial, comercial e doméstico esteve integrada de forma subjacente a todos os ciclos econômicos da colônia, inclusive à mineração. Esta, embora desenvolvida fora da área de ocorrência da Mata Atlântica, também demandava insumos florestais empregados como material e combustível em seus processos produtivos (STRAUCH, 1958).



Foto 9: Portão de antiga fazenda de café em Paty do Alferes, no vale do Paraíba do Sul (RJ), composto por barras de ferro em formato de lanças indígenas, sugerindo a presença daqueles povos no passado da região.

Foi, todavia, a interiorização do plantio do café em larga escala pelos Sertões do Leste que promoveu a efetiva devastação da cobertura florestal, acompanhada da consequente degradação dos solos. O dinamismo da economia cafeeira fomentou o surgimento de núcleos urbanos e a abertura de vias de comunicação, processos determinantes para que a referência de “sertões” se desvinculasse da área em questão. E, a partir do elevado volume de capitais gerados pela cafeeira nesta região, forjou-se a condição econômica oportuna à implantação do modelo urbano-industrial no Sudeste brasileiro, permitindo que alguns dos núcleos urbanos desenvolvidos naquele período assumissem novas funções após a decadência da atividade. É o caso de importantes cidades como Lorena, Guaratinguetá, Resende, Barra Mansa (vale do Paraíba do Sul); Juiz de Fora, Ubá, Viçosa (Zona da Mata mineira); e Colatina e Linhares (vale do rio Doce).

Com o café surge, ao final do Século XVIII, um novo gênero de vida no Brasil, marcando os momentos finais do período colonial. Essa nova atividade representa um retorno à economia agrária, porém inserido em um outro contexto político-econômico mundial. Em âmbito interno, promove grandes transformações nas várias esferas da vida brasileira à medida que se conjuga com as instituições vigentes. A civilização do café vincula-se, portanto, à independência política, ao Império brasileiro, à formação de um ideário nacional e, posteriormente, ao regime republicano (VALVERDE, 1958; DIEGUES JÚNIOR, 1960; MOTTA SOBRINHO, 1978).

A lavoura cafeeira no Brasil de Sudeste apresentou, ao longo de sua evolução, movimentos de expansão e retração de áreas. Ao nos determos no desenvolvimento espacial dessa atividade, observamos que tal cultivo se movimentou em ondas que se sucediam à medida que avançavam

sobre terrenos florestados (VALVERDE, 1958; DIEGUES JÚNIOR, 1960; MOTTA SOBRINHO, 1978). Áreas uma vez prósperas, quando submetidas à intensa exploração dos solos, passavam a um plano secundário no conjunto da atividade e, quando decadentes, eram abandonadas e superadas por outras novas. Em consequência, evidencia-se uma sucessão dos polos irradiadores acompanhada pela expansão da área de abrangência da cafeicultura, em contínuo avanço para o interior, na demanda por terras férteis.

De forma bastante esquemática, é possível traçar os principais percursos realizados por essa atividade produtiva no espaço aqui compreendido como Sertões do Leste. Em fins do Século XVIII, inaugurava-se o plantio do café em terrenos da cidade do Rio de Janeiro e em seus arredores, “na região de ‘serra abaixo’ entre a Serra do Mar e o oceano” (TIPOS..., 1975, p. 292). Ao expandir-se para além do seu núcleo pioneiro, logo evoluiu para grande lavoura comercial, à medida que se espraiava pelo vale do Paraíba fluminense, onde encontrou condições ecológica e econômica que potencializaram sua expansão. A respeito dessa bem-sucedida adaptação, Lamego destaca que

Resende é o foco originário do grande ciclo do café no vale do Paraíba e nos planaltos do sul, preliminarmente experimentado nas montanhas e colinas do Rio de Janeiro e da Baixada (LAMEGO, 1963 p. 100).

Para além da serra do Mar, a ocupação promovida pela cafeicultura no vale do Paraíba gerou um ambiente rural disperso, onde as fazendas representavam os núcleos de povoamento de uma vasta área anteriormente inóspita em virtude da interdição que a manteve florestada durante todo o período da mineração. A malha municipal local formada por municípios de grande extensão territorial pode ser considerada uma herança da antiga estrutura fundiária cafeeira.

Até o último quartel do Século XIX, das terras fluminenses do vale do Paraíba do Sul escoavam mais de 70% do total de café produzido no Brasil e o referido rio representava, então, a principal via de escoamento e expansão desse cultivo (AB’SÁBER; BERNARDES, 1958; DIEGUES JÚNIOR, 1960; LAMEGO, 1963). De Resende para oeste, perlongando o vale, a cultura cafeeira fixou-se em terras do leste paulista e destas atingiu o sul de Minas; para leste, através da Mata mineira, alcançou o Espírito Santo ainda nas primeiras décadas do Século XIX. A cafeicultura se estruturou com base na fazenda, sua unidade de produção, e nas relações escravistas, sua força de trabalho.

As fazendas constituídas nesse período reproduziam a estrutura produtiva a partir da qual a cafeicultura se organizara em sua província de origem, o Rio de Janeiro, ou seja, “o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata” (VALVERDE, 1958, p. 27). A cultura cafeeira impõe transformações importantes na estrutura fundiária da região, à medida que propriedades menores e menos dinâmicas vão sendo incorporadas às grandes fazendas, gerando, assim, os latifúndios.

Data desta fase de fastígio do café fluminense a emergência da aristocracia rural, o novo segmento social detentor de terras, cafezais e escravos. Seu surgimento relaciona-se diretamente com o governo imperial, com o Segundo Reinado em especial, que instituiu a concessão de títulos nobiliárquicos à classe em ascensão. Em contrapartida, esta classe de proprietários enriquecidos garantiu a sustentação da monarquia, e posteriormente representou o poder político na Primeira República (DIEGUES JÚNIOR, 1960).



Foto 10: Fachada da sede da Fazenda Valverde, do Século XIX, em São José do Vale do Rio Preto, região do vale do Paraíba do Sul (RJ).

Quanto ao arranjo espacial da propriedade cafeeicultora, Valverde (1958) nos informa que a fazenda em seu conjunto compunha um “*habitat* nucleado”, no centro do qual localizava-se a casa do proprietário, uma edificação maciça, geralmente de dois andares, muitos cômodos e varanda voltada para o terreiro. Este, um quadrilátero pavimentado ao redor do qual se dispunham as outras construções: as moradias de agregados e feitores, a senzala, as instalações para máquinas e equipamentos, os depósitos do café e, posteriormente, as casas dos colonos (VALVERDE, 1958; DIEGUES JÚNIOR, 1960; MOTTA SOBRINHO, 1978).

A paisagem humanizada estendia-se pelos fundos dos vales “para obter facilmente água para as pessoas e animais, para os serviços da casa, o monjolo, as moendas, ao mesmo tempo que a floresta retrocedia” (VALVERDE, 1958, p. 30). Alinhados em fileiras paralelas, os arbustos de café ocupavam as encostas próximas, enquanto nas cotas mais



Foto 11: Senzala da Fazenda Valverde, em São José do Vale do Rio Preto, região do vale do Paraíba do Sul (RJ).

elevadas refugiava-se a floresta. Em quatro anos o cafeeiro frutificava e, em condições adequadas de solo e manejo, poderia produzir por aproximadamente cinco décadas, o que dificilmente acontecia devido às técnicas rudimentares de exploração (VALVERDE, 1958; MOTTA SOBRINHO, 1978). O plantio do cafezal em fileiras acompanhando o declive do terreno - e não em curvas de nível - contribuiu para a acelerada degradação dos solos da região. Estes, naturalmente ricos em **húmus**, quando destituídos da cobertura florestal, tornavam-se mais vulneráveis aos processos erosivos, convertendo-se em solos inaptos para a lavoura.

Em termos culturais, a fazenda de café foi um importante *locus* de fusão de elementos étnicos portugueses, indígenas e africanos. A combinação elaborada no ambiente da fazenda produziu uma identidade que unificou culturalmente as áreas marcadas pela passagem da cafeeicultura escravocrata, através de traços linguísticos, culinários, comportamen-

tais, etc. No âmbito religioso, gerou um sincretismo entre as três culturas, do qual se originaram inúmeras crenças e lendas do nosso folclore, além de práticas medicinais, nas quais também se entrelaçaram os conhecimentos dos boticários, pajés e curandeiros africanos, plenamente incorporadas em nossa cultura popular (DIEGUES JÚNIOR, 1960; MOTTA SOBRINHO, 1978).

Ao final do exaustivo dia de trabalho nos cafezais, grupos de escravos se reuniam no terreiro onde realizavam batuques, danças e cânticos. Em dias santos, participavam das festas religiosas da fazenda: “cantavam em torno da fogueira, dançavam jongo, até tarde da noite” (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 56). Praticavam ainda rituais religiosos africanos, executando sessões que avançavam noite adentro conduzidas por seus sacerdotes, indivíduos respeitados até mesmo pelo senhor branco (MOTTA SOBRINHO, 1978). Estes aspectos foram bem explorados pela nossa literatura, como será observado mais adiante ao comentarmos os romances *O tronco do ipê*, de José de Alencar, e *Rei negro*, de Coelho Netto.

O legado da economia do café na organização das regiões do vale do Paraíba do Sul, da Zona da Mata mineira e do vale do rio Doce

Em fins do Século XIX, quando o café já se alastrara praticamente por todo o Sudeste brasileiro - Rio de Janeiro, São Paulo, parte de Minas Gerais e do Espírito Santo - a produção paulista já ultrapassara a fluminense e São Paulo se firmava como o grande centro irradiador deste cultivo. Em terras paulistas, a expansão das lavouras ocorreu de forma muito mais intensa em produtividade e abrangente em extensão de área, adquirindo dimensões que supera-

ram em grande medida as demais áreas produtoras. Nesse período, o plantio já se irradiava de Campinas para Ribeirão Preto, estendendo-se sobre o oeste paulista (DIEGUES JÚNIOR, 1960; MOTTA SOBRINHO, 1978).

Paulatinamente, desde a proibição do tráfico de escravos africanos em 1850, muitos cafeicultores brasileiros passaram a adotar outras relações de produção, em um processo de substituição da relação de trabalho escravista. Em meados do Século XIX, surgiram, então, os regimes de parceria, empreitada, colonato, bem como o trabalho assalariado dos imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães. Os programas de imigração direcionavam os estrangeiros para as fazendas de café de Minas Gerais, Espírito Santo e sobretudo para São Paulo, onde os cafezais, em contínua expansão, demandavam número crescente de trabalhadores, exatamente quando escasseava a mão de obra servil (VALVERDE, 1958; DIEGUES JÚNIOR, 1960; MOTTA SOBRINHO, 1978).

Até meados do Século XIX, a cafeicultura paulista do vale do Paraíba reproduziu a estrutura do café fluminense em seus aspectos gerais, como a grande propriedade rural, o sistema de produção escravista e o desenvolvimento de uma classe aristocrática de fazendeiros vinculados ao governo imperial. A partir, todavia, da segunda metade daquele século, quando as proibições ao tráfico de escravos se intensificaram, a província paulista passou a diferenciar-se da fluminense à medida que abandonou gradualmente o trabalho servil.

Além de adotarem o colonato, sistema no qual trabalhadores livres produziam em regime de parceria, os cafeicultores paulistas recorreram à imigração europeia para o trabalho

nos cafezais. Apoiado na força de trabalho e nas novas bases de organização produtiva trazidas pelos imigrantes, como a técnica de plantio em curva de nível e o trabalho assalariado, São Paulo assumiu a posição de vanguarda no cenário econômico nacional, mobilizando recursos e investimentos que contribuíram para o processo de industrialização do País.

Desta forma, ao encerramento do século XIX, enquanto na província fluminense o café declinava, em território paulista o produto expandia-se em novos moldes produtivos por terrenos mais favoráveis ao cultivo em larga escala. No Brasil, o século XX iniciou com São Paulo à frente do processo de modernização da produção no País.

Na Literatura

É no contexto do Século XVII que a conquista da serra do Mar e a ocupação do Planalto Atlântico são apresentadas em duas grandes obras de nossa literatura, os romances históricos *O guarani* (1857), de José de Alencar, e *A muralha* (1954), de Dinah Silveira de Queiroz. Embora pertencentes a estilos literários apartados por quase um século, as duas obras revelam processos de desbravamento e ocupação do território brasileiro procedentes do litoral Sudeste, em momentos iniciais da colonização.

Em *O guarani*, temos uma obra clássica do Romantismo no Brasil, inserida no movimento indigenista, no qual observa-se a tentativa de afirmação da nacionalidade a partir da valorização da origem do povo brasileiro, expressa nas virtudes do elemento indígena (NICOLA, 1988). Na presente análise, entretanto, a ênfase recai sobre um outro aspecto presente na trama: a vida de relações nela

retratada. Para tanto, o autor recorreu a fatos e personagens históricos, registros sobre a natureza, tradições e costumes de época reunidos pelos primeiros historiadores, naturalistas e viajantes, como pode ser verificado nas notas de rodapé ao longo do texto. Nessa obra, José de Alencar reporta-se ao início do Século XVII, à sesmaria doada ao fidalgo D. Antônio de Mariz por Mem de Sá, situada na serra dos Órgãos, segmento fluminense da serra do Mar, evidenciando o sistema de ocupação da serra fluminense por meio de doações de sesmarias a fidalgos, relatado por Lamego (1963). Mais um ponto a ser destacado na obra é a comunicação entre o interior e o Rio de Janeiro através do Caminho Velho, por onde os aventureiros (sempre em busca de riquezas minerais) escoavam o produto de suas andanças pelos sertões.

Com relação ao segmento paulista da serra, Dinah Silveira de Queiroz recriou em seu romance *A muralha* (épico do bandeirantismo por excelência) a sociedade bandeirante da qual emergem diversos atores e seus conflitos de interesses: jesuítas, indígenas, fidalgos, artífices, comerciantes, aventureiros. Ao mesclar personagens e fatos históricos à trama ficcional, a autora construiu um cenário característico do planalto paulista de meados do Século XVII, numa obra que expressa o ideal bandeirante através das relações estabelecidas por D. Braz Olinto e sua família com o núcleo de Piratininga, o Sertão, São Vicente e o Reino.

A muralha nos permite acompanhar o funcionamento da sociedade bandeirante através das relações conflituosas entre paulistas e jesuítas, no que diz respeito à escravidão indígena, e entre paulistas e emboabas, no que se refere ao domínio das minas. É possível ainda observar a mobilidade espacial dessa sociedade que alastrou o povoamento

para o interior, bem como o papel de comando da propriedade assumido pelas mulheres quando da ausência da população masculina por conta das bandeiras, como nos informa Diegues Júnior (1960).

Os romances *O tronco do ipê* (1871), de José de Alencar, e *Rei negro* (1914), de Coelho Netto, se passam ambos no vale do Paraíba do Sul fluminense e retratam a economia cafeeira do Século XIX, estruturada sobre a escravidão negra. O enraizamento da cultura africana no vale emerge nas tramas através dos personagens considerados como “feiticeiros” negros, além das referências às crenças, costumes, lendas e relações sociais de origem africana recriados no ambiente da fazenda. Destacamos em *O tronco do ipê* a influência econômica dos barões do café sobre a política imperial, expressa nas alianças entre políticos da capital e fazendeiros da região cafeeira, visando à satisfação de seus interesses particulares. Em *Rei negro*, porém, o foco é voltado à condição do negro no regime escravista, à medida que denuncia os maus-tratos sofridos por essa população em decorrência daquele sistema.

Em *O coronel: o poder falível de um semideus* (2001), Rita Amélia Serrão Piccinini apresenta o coronelismo no vale do Paraíba do Sul, através de fatos transcorridos em terras contíguas do noroeste fluminense, da Mata mineira e do sul capixaba. Transparecem no romance as consequências dos importantes eventos político-econômicos do final do Século XIX - o fim da escravatura e a implantação do regime Republicano - incidindo sobre a sociedade em questão. Em termos econômicos, a região caracterizava-se por uma agropecuária diversificada e complementar à cafeicultura; sua sociedade, entretanto, era marcada por uma ordem opressiva, controlada pelos coronéis através

da intimidação e da violência. No início do Século XX, Miracema e Santo Antônio de Pádua, ambos no Rio de Janeiro, destacavam-se pelo fornecimento de equinos de montaria e carga - em grande parte produto de ações criminosas - para centros do Sudeste, demandantes de animais de tração para tropas, bondes e obras públicas, como a construção da Estrada de Ferro Vitória-Diamantina.

Água funda (1946), romance de Ruth Guimarães, desenvolve-se na região que abrange a Mantiqueira, o sul de Minas e o Paraíba do Sul paulista. Apresenta a economia cafeeira em fins do Século XIX e nas primeiras décadas do Século XX, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a estagnação econômica e a social decorrente da fragmentação da propriedade rural herdada e a transferência da posse da terra do proprietário rural para a empresa agrícola. A cultura caipira permeia todo esse universo de relações e se afirma através de comportamentos, costumes e crenças em entidades místicas do folclore regional.

A cafeicultura do vale do rio Doce em fins Século XIX nos é apresentada em *Canaã* (1902), romance em que Graça Aranha discute a imigração alemã no Espírito Santo. Os personagens principais – dois imigrantes alemães – deslocam-se da antiga zona cafeeira, nas serras do sul do Espírito Santo, para o vale do rio Doce, terra muito promissora de florestas a serem desmatadas para o cultivo. O autor aborda a condição do imigrante, suas difíceis relações com os representantes do Estado brasileiro, as relações sociais dos colonos alemães entre si, seus aspectos morais, religiosos e seus interesses de classe. A reflexão desenvolvida pelo autor nesta obra confronta duas visões de mundo defendidas pelos imigrantes Milkau e Lentz. O primeiro considera os alemães apenas um elemento a mais na

composição étnica do povo brasileiro, enquanto, para o segundo, os alemães exerceriam uma influência preponderante na nacionalidade brasileira.

O vale do rio Doce durante as primeiras décadas do Século XX é representado por *Fome em Canaã* (1951), de Agripa Vasconcelos. O romance demonstra uma ocupação agropecuária já avançada na região, com base no café, e destaca a intensa extração madeireira, fornecedora de material e combustível a outras regiões para diversos fins. Aspecto interessante na trama é o estranhamento dos personagens originários do norte de Minas, do vale são-franciscano, quando entram em contato com a natureza exuberante da mata do rio Doce e a sociedade ali desenvolvida.

Inferno provisório, de Luiz Ruffato, desenvolve-se na Zona da Mata mineira e apresenta em seus três volumes - *Mamma, son tanto felice* (2005), *Mundo inimigo* (2005) e

Vista parcial da noite (2006) - a trajetória de imigrantes italianos e seus descendentes estabelecidos nas colônias agrícolas daquela região. A trama transcorre ao longo do Século XX chegando aos dias atuais, e revela a ocupação agrária com o plantio do café e outras culturas de subsistência, na área dos atuais Municípios de Cataguases, Leopoldina, Rodeiro, Ubá, Astolfo Dutra e outros. São também observados na obra os processos de mecanização do campo e de industrialização do meio urbano, bem como seus graves efeitos sobre os pequenos produtores. As transformações socioeconômicas regionais são explicitadas através de fenômenos como o fracionamento da propriedade rural, a migração campo-cidade, a urbanização desordenada, a formação de um operariado pouco qualificado, o subemprego, o desemprego, a informalidade. Em síntese, entre outros aspectos, a obra expõe o quadro regional de proletarização da população.

Sertões do Leste (Mapa de Localização)



Fonte: Mapa da série Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 2.500.000. Adaptado; Malha municipal digital. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

O Coronel Ciro acolhia em suas fazendas, principalmente na Fortaleza, todos os indivíduos que o procuravam pelos motivos mais diversos. Jamais alguém, após lhe pedir ajuda, saiu sem obtê-la. A fama corria mundo, e quem se visse em apuros, ou tivesse dificuldades por demais embaraçosas ou mesmo sem solução, encontrava, ao lado do Coronel, a segurança desejada. Com isso, a Fortaleza foi-se abarrotando de homens perigosos, dispostos a tudo. Uns ficavam ali, morando; outros, embora residindo fora de suas terras, mantinham-se ligados a ele, por gratidão.

Rita Amélia Serrão Piccinini

O coronel: o poder falível de um semideus, 2001, p. 62-63

Ethel Guedes Veiros, 2007



Foto 13: Cafezal, em Maria da Fé (MG).

Se era boa? Tão boa como mel de jati. É que a Mãe de Ouro tinha enfeitado o homem. A Mãe de Ouro mora do outro lado da serra. Pra lá fica Juruna, no Itaparica, e é um estirão de mais de cem vezes a distância de Nossa Senhora dos Olhos D'Água a Maria da Fé. Pois ele bateu a pé, moço, bateu a pé, com o sapicuí de farinha nas costas. Água não era preciso. Água dá à toa por aí, brota do chão, e nenhum filho de Deus nega água a quem tem sede.

Ruth Guimarães

Água funda, 2003, p. 15

A Companhia mandou um homem tomar conta disto tudo. Foi uma festa. O homem tomou posse num dia bonito de fim de ano. Dezembro, se não me engano. Houve pipocar de foguetes e estouro de champagne na casa grande. Cada camarada recebeu um mês de ordenado a mais. À noite, os acionistas se reuniram e, na varanda toda iluminada, apresentaram o administrador. O chefe falou.

'Meus amigos.' – Veja, moço, o chefe, o dono, o manda-chuva de tudo, chamando essa bugrada de amigos. – 'Meus amigos: estamos aqui para lutar lado a lado, ombro a ombro, como iguais. [...] Moçada! Isto se chama cooperação.' – Bateu a mão aberta na gradinha da varanda. – COOPERAÇÃO. Todos trabalhando para o bem-estar de cada um. Vamos fazer isto aqui, nesta Fazenda. Graças a nós, Olhos D'Água ainda vai dar muito o que falar. E não quero ganhar sozinho. Quero que todos ganhem. Estou orgulhoso de possuir esta fazenda. É uma beleza!'

Verdade seja dita, muito se devia à antiga dona. A fazenda estava embelezada e viçosa, como planta depois da chuva. Sinhá foi a chuva. Mas por mais que a chuva faça, quem é que gosta dela? Basta que seja fria, para não ser estimada. [...].

Ruth Guimarães

Água funda, 2003, p. 66-67



Foto 14: Plantio de café, em Iúna (ES).

– Aqui – perguntou Lentz ao agrimensor – quase todos são alemães?

– Sim, poucos brasileiros. No comércio, pode-se dizer, não há nenhum.

Denise Maria Penna Kronenberger, 2008

– Então, em que se ocupam os brasileiros do Cachoeiro? – indagou Milkau.

– Os que temos aqui são os do foro, os juízes, escrivães, meirinhos. Outros são também empregados públicos, coletor, agente de correio...

– E professores? – perguntou Lentz.

– Só um, porque a língua que se ensina por essas matas é o alemão, e os professores são alemães, exceto o da cidade... Padres também não temos, nem igreja, como devem ter reparado. Também não há necessidade, porque raros são aqui os católicos, e para os protestantes há três pastores nas capelas do Luxemburgo, Jequitibá e Altona... Os católicos do município são o povo do Queimado, do Mangará e outros pontos, onde está hoje a gente antiga da terra.

Graça Aranha
Canaã, 2005, p. 28

– Então, que decidem? – perguntou aos outros o agrimensor.

Os imigrantes concordaram de bom grado em se estabelecer no terreno indicado.

– Fazem muito bem, porque esta situação é admirável para o café, e, além disto, é muito cômoda aqui, à beira da estrada.

– E vê-se bem o rio? – indagou Lentz.

– Sem dúvida: é só desbastar o mato, aí está à vista o estirão d'água.

Graça Aranha
Canaã, 2005, p. 78

– Esta terra para nós é nova. Quando vim para aqui, só havia ranchos de aventureiros e malocas de botocudos. A planície em que está a cidade foi se pintalgando de casinhas dos valentes, que não temiam a flecha nem o bacamarte. Sair de noite aqui era morte bastante provável. Antes disso, nos tempos antigos, os portugueses andaram por estes lugares, levando pedras preciosas, índios para escravos, fossando tudo. A prova que eles deram importância ao Rio Doce é que, precisando passar, fizeram, aí, na ponte Queimada, uma ponte, ligando as pedras

dos pegões com chumbo derretido em vez de cal e areia. Ainda se vê ali a ruína desses trabalhos.

Agripa Vasconcelos
Fome em Canaã, 1966, p. 161

– Corre! Macutenas!!

Jogou o cavalo pelo mato adentro, fincando as esporas, e os companheiros o seguiram, foram entrando na mata, em silêncio, os olhos esbugalhados do terrível imprevisto. Juju não tivera tempo de perguntar por que fugiam, com aquela pressa desastrosa. Vinham pela estrada umas trezentas pessoas, homens, mulheres e crianças, num bolo. Eram leprosos que fugiam da Mata para o Norte, para as terras devolutas do Estado e região quase sem habitantes, onde pudessem viver sem vexame.

Agripa Vasconcelos
Fome em Canaã, 1966, p. 184

Ausentes braços-machos, o Pai levou a roça, enquanto pôde, com o adjutório feminil, embora lerdo o serviço das meninas, cozinhando e areando vasilha, carreando caldeirão-de-comida e café coado na hora, capinando e arando, aguando a horta e pajeando gado, ajeitando a casa e varrendo o terreiro, tirando leite e batendo manteiga, estalando fumo e tocando o macaco, colhendo milho e debulhando, lavando roupa e passando, embora, vira e mexe, tresandasse uma no altar de algum varão, menos um braço para puxar enxada, mas menos uma boca, noves fora nada, sem atentar que rendia-se às formigas-cabeçudas e cupins, às voçorocas e mata-pastos, aos pulgões e aos vermes, ao desmazelo que tudo sufoca, onde o cercadinho de milho? A plantaçoãozinha de feijão?, onde o curralzinho?, o chiqueirinho?, onde o pastinho pras holandesas?

Luiz Ruffato
Mamma, son tanto felice, 2005, p. 22-23. Inferno Provisório, v. I

Não antigamente, o sinuoso aclive que liga Cataguases a Juiz de Fora, imensas montanhas debruçando sombras sobre o asfalto, levava, para nunca-jamais, os tuberculosos para Santos Dumont, os loucos para Barbacena. Ouvia seus passos andarilhando pela calçada serenada, um

frio na boca-do-estômago, chegou à rodoviária, poucos passageiros, um mendigo estendido na passagem para o banheiro, engoliu um dramín com café e um pedaço de broa, aguardou a chegada do ônibus, nunca havia estado em Juiz de Fora.

Luiz Ruffato

O mundo inimigo, 2005, p. 200-201. *Inferno Provisório*, v. 2

Ganhei a estradinha que envesgava murraria acima, chão ressulcado da enxurrada, calhaus magoando a banda dos pés enchinelados, uma

pirambeira, casinhas adoentadas agarradas à terra amarela esfarelenta, laje na altura do arruamento, fedor de porcos no cercadinho, uma plantaçozinha de mandioca, um alastro de verdurinhas magras [...] um barraco aqui, um puxado ali, lá embaixo o Beira-Rio enrodilhado no Rio Pomba, entrei na mata, uma vez acompanhei minha mãe na panha de lenha, numa parte onde as grimpas entrelaçavam as folhas e o sol, a custo, chovia seus raios no mato rasteiro, 'Mãe, tem lobo aqui?' 'Tem não, meu filho', [...]

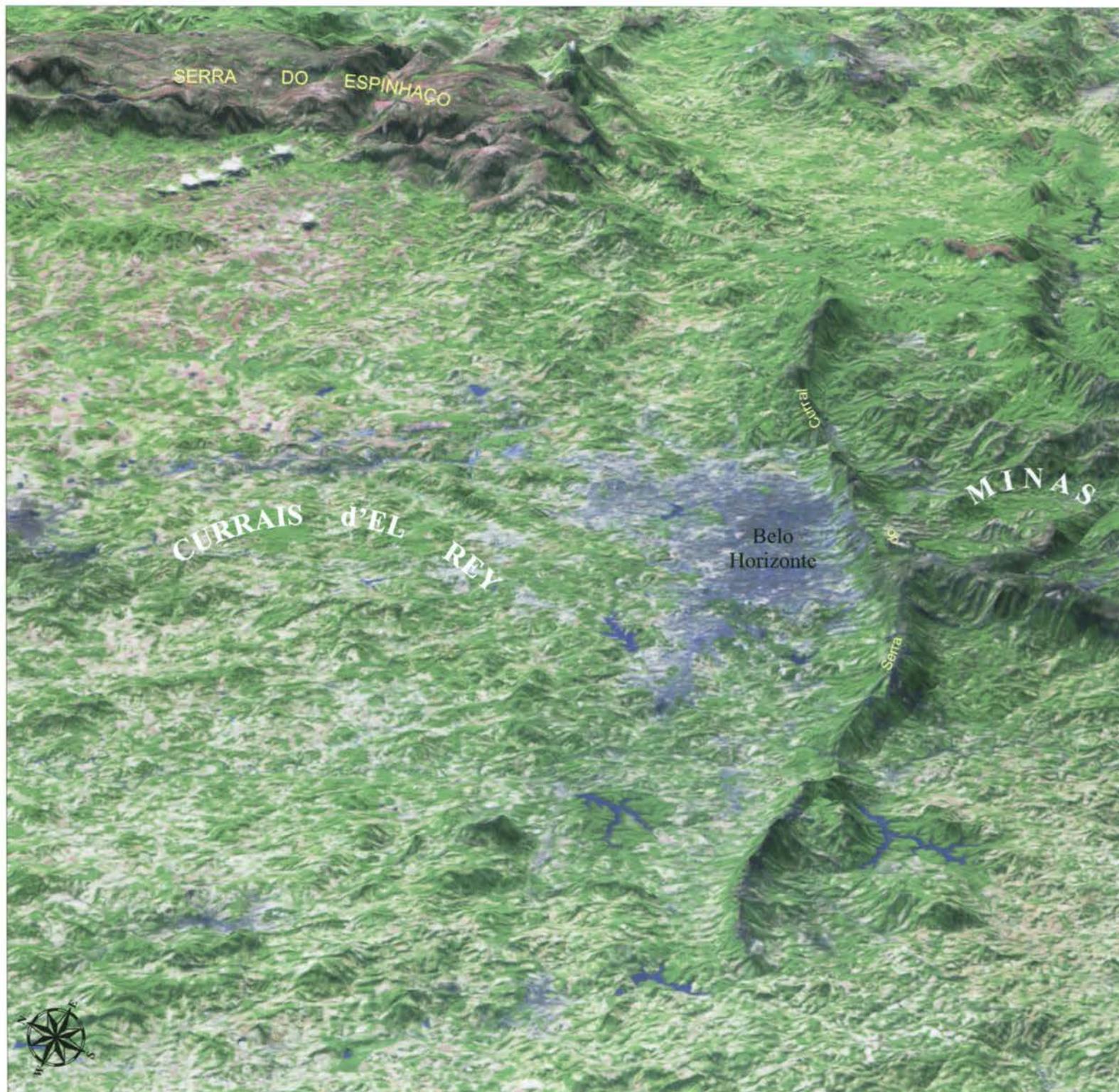
Luiz Ruffato

Vista parcial da noite, 2006, p. 62-63, *Inferno Provisório*, v. 3



Figura 1: Desenho do frontispício da Igreja de Senhor Bom Jesus de Matosinhos (período provável da construção – meados do Século XVIII), em Barra do Guaicuí, Várzea de Palma (MG). Grafite sobre papel, de José Eduardo Bezerra da Silva, 2008.

SERRA DO CURRAL (Modelo digital do terreno - exagero vertical 6 vezes)



Fontes: Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2007. Imagens SRTM. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: fev. 2007; e Global Land Cover Facility. College Park: University of Maryland, 2008. Imagens Landsat 7. Disponível em: <<http://glcftp.umiacs.umd.edu:8080/esdi/index.jsp>>. Acesso em: fev. 2008.

Nota: Fusão PAN + Composição 543. Cenas utilizadas: p217r073, 15.05.2000; p217r074, de 18.03.2001; p218r073, de 23.04.2008; e p218r074, de 26.06.2006.



Sertões do Ouro e Sertões dos Purrails

Levando-se em conta que sertão não é um lugar, mas qualitativos e características que se atribuem a determinados lugares (LIMA, 1999; MORAES, 2002), a ideia de sertão no Brasil colônia esteve inicialmente associada à distância em relação ao litoral. Para além dele, onde talvez a vista alcançasse, mas o branco europeu ainda não houvesse tocado o solo, era o lugar do desconhecido, do perigo, das feras e do sobrenatural (MADER, 1995 apud LIMA 1999, p. 58).

Mais tarde, no período que antecedeu à descoberta do ouro nas *minas gerais dos cataguás* (ANTONIL, 1997, p. 164), portanto fins do Século XVII, o fato determinante para a percepção de uma porção do território como sertão não era apenas a distância em relação ao litoral, mas a ausência, naquele lugar, das estruturas representativas do poder metropolitano na colônia. Ocorre que, como o litoral era a

porção do território em que essas estruturas estavam mais presentes, a ideia de sertão como um lugar distante do litoral foi reforçada.

Quando as bandeiras saíam de São Paulo do Piratininga, Taubaté ou São Vicente em direção ao “sertão”, queria isto dizer que elas se dirigiam ao domínio dos bárbaros, onde não havia *nem rei nem lei*. O sertão das *minas gerais* assim permaneceu até que foram criadas as primeiras vilas e nomeados os primeiros representantes do poder real – **intendentes, guardas-mores, capitães e sargentos-mores, provedores, alferes, ouvidores** e toda sorte de funcionários que garantiam o funcionamento da vida nas vilas e povoados, a contabilidade e a arrecadação dos impostos para a Coroa portuguesa.

Os descobertos do ouro em fins do Século XVII e princípios do Século XVIII no ribeirão do Carmo, no ribeirão do Ouro Preto e no de Sabará-buçú (VASCONCELOS, 1999), fizeram dessas paragens núcleos de civilização incrustados no coração dos sertões bravios. As *minas gerais* povoaram-se, encheram-se de vilas e foram ligadas por caminhos às vilas e portos do litoral e, através deles, ao reino. Os sertões se deslocaram para outros ermos (VASCONCELOS, 1999, p. 141).

Algum tempo antes da saída das bandeiras paulistas em direção aos sertões da Itaverava, de Itatiaiuçu e do Sabará-buçú (picos na serra da Mantiqueira e nas cristas do Espinhaço), já a partir da segunda metade do Século XVI, conquistadores baianos desbravaram grandes extensões ao longo da costa ao norte do Recôncavo, atingindo os cursos dos rios Real, Vaza-Barris, Itapicuru e Paraguaçu. Tinham a missão de atacar e destruir tribos indígenas

que ameaçavam as atividades estabelecidas junto à costa – engenhos de açúcar, principalmente – ou comercializavam com naus francesas. As incursões baianas também buscavam capturar e escravizar gentios e descobrir minas de ouro e prata (BANDEIRA, 2007).

Deslocar-se por vastas extensões matando e expulsando habitantes tradicionais de suas terras e incorporando-as aos domínios da Coroa portuguesa, tornou-se rotina na ocupação do território. Esta prática acabou por condicionar, também, a forma de propriedade da terra na capitania. Como os desbravadores eram recompensados com a doação de sesmarias, ainda no Século XVII apenas duas famílias tornaram-se proprietárias de quase toda a extensão das terras conhecidas da Bahia, avançando pelos territórios de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão: os Garcia d’Ávila e os Guedes de Brito. A obra de Antonil (1997), escrita em 1711, atesta a dimensão dessas propriedades:

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes de Brito possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro (ANTONIL, 1997, p. 200).

A constituição dos domínios da Casa da Torre teve início quando Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil (1549-1553), encarregou Garcia d’Ávila da defesa

da cidade de Salvador, instando-o a subjugar os índios que viviam no entorno e ao norte do sítio urbano e a construir uma torre ou um forte para a vigilância e proteção da cidade e da costa (BANDEIRA, 2007). Garcia d'Ávila que, supõe-se, era filho de Tomé de Sousa, cumpriu a determinação e pode escolher a área que desejava receber como sesmaria. Construiu, então, a Torre de Tatuapara:

Com efeito, Garcia d'Ávila, após subjugar em janeiro de 1550 as tribos ali existentes, escolheu para instalar sua base de operações, cerca de 2 quilômetros ao norte da foz do rio Pojuca, um cerro isolado, que se alevantava 50 metros sobre o nível do mar, ao lado de um pequeno porto protegido pelos arrecifes, e de onde se podia descortinar todo o quadrante de acesso de embarcações vindas do norte. Estas vantagens geográficas e estratégicas determinaram-lhe a decisão. E ali, em taipa e madeira, rebocadas com cal de marisco, por dentro e por fora [...], ele ergueu um baluarte, que teria a função de casa de residência e, ao mesmo tempo, atalaia fortificada, servindo para conter os índios bravios, bem como de posto de vigilância do litoral para reprimir os estrangeiros, que lá freqüentavam (BANDEIRA, 2007, p. 123).

A torre de Tatuapara permaneceu como elemento estratégico tanto para a defesa de Salvador quanto para a expansão dos domínios portugueses na colônia, o que foi conseguido através do combate aos índios e quilombolas e redundou no constante acréscimo de terras às sesmarias de Garcia d'Ávila. A ocupação dessas terras se fez através de currais de gado, que podiam ser explorados pelos próprios **sesmeiros** ou por seus **rendeiros e foreiros**, e destinavam-se não só à cidade de Salvador como também aos engenhos de açúcar do litoral.

Os bois não apenas forneciam carne para a alimentação e o couro com que as roupas dos vaqueiros e embalagens se faziam, como também constituíam fonte de energia nos engenhos, cujas moendas, bem como todas as máquinas dos trapiches, funcionavam por meio de tração animal (BANDEIRA, 2007, p. 136).

Os descendentes de Garcia d'Ávila incorporaram novas sesmarias à Casa da Torre. Em seu apogeu, fins do Século XVII, ela

[...] possuía 28 propriedades arrendadas, só no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe, na Paraíba, além de dominar uma extensão de 260 léguas de testada na capitania de Pernambuco, à margem do rio São Francisco, entre o qual e o Parnaíba apossou-se de mais de 80 léguas (BANDEIRA, 2007, p. 626).

Outra extensa propriedade que se constituiu na Bahia, esta a partir do Século XVII, foi transformada em **morgado**: a Casa da Ponte. Sua formação iniciou-se com a doação de terras ao mestre de campo Antônio Guedes de Brito pelo vice-rei do Brasil, D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, em 1663. Sobre a extensão da sesmaria doada, Bandeira (2007), citando Pedro Calmon, 1950, e Felisberto Freire, 1998, informa:

[...] “a maior que ainda se deu”, a abranger desde a nascerça do Itapicuru até o S. Francisco e por ele acima, tantas léguas houvesse, até as cabeceiras do Paraguaçu, com o que toda a extensão territorial do Urubu, até 10 léguas abaixo do Salitre, passou a pertencer quase que exclusivamente à família de Antônio Guedes de Brito, dando origem ao morgado da Casa da Ponte [...] (BANDEIRA, 2007, p. 197).

Mais tarde, segundo Carrara (2007), novas doações foram anexadas ao morgado:

Em 1684, obteve as terras “das cabeceiras da sua **data** no rio São Francisco dito da terra que havia por este rio acima até o rio Vainhu e sua nascerça, com águas vertentes de uma e outra banda e na nascerça do dito rio Vainhu até a do rio Paraguaçu, toda a terra que entre estas nascerças houvesse pelo rumo que diretamente lhe tocasse”. O rio Vainhu, segundo o conde de Assumar, “na sua nascente se chama Pará”. Isto fazia de Guedes de Brito proprietário de toda a margem direita do São Francisco até o arraial de Pitangui, além da maior parte do sertão baiano (CARRARA, 2007, p. 177-178).

A região dos *currais da Bahia* tem origem justamente na expansão das fazendas de gado, tanto as de propriedade dos Garcia d'Ávila ou dos Guedes de Brito quanto aquelas exploradas por seus rendeiros e foreiros. Havia ainda posseiros que se instalavam em terras devolutas, tribos indígenas e quilombos de negros fugidos dos engenhos do Recôncavo Baiano (VASCONCELOS, 1999). A expansão das propriedades das duas famílias se consolidava pela fixação de fazendas de gado nas novas sesmarias conquistadas, o que levou a atividade pecuária até as margens do São Francisco e dele até a barra do rio da Velhas, já próximo às áreas de mineração. Com isso, as fazendas do São Francisco tornaram-se as grandes abastecedoras das *minas gerais*, tanto pela facilidade relativa do deslocamento pelo rio quanto pela inexistência de outras áreas que pudessem desempenhar esta função na escala e frequência que se tornavam necessárias.

Ocorre que as trocas entre a cidade de Salvador e a área das *minas gerais* era algo indesejado pela Coroa portuguesa, ciosa de garantir seu controle sobre todas as riquezas retiradas do território de sua mais rentável colônia (CAPISTRANO, 1954; ANTONIL, 1997). Pelo caminho da Bahia ou estrada real do sertão ou estrada geral da Bahia (CARRARA, 2007, p. 124), chegavam à região das *minas gerais* não apenas carne, gordura, couro e animais para tração, como também rapadura, farinha, sal, tecidos e pescado (CARRARA, 2007, p. 125-126). Todas essas mercadorias eram pagas em ouro e aí residiam todos os cuidados da Coroa. Garantir o pagamento dos impostos devidos sobre a produção de ouro e todas as atividades em que ele servia como moeda tinham custos político, econômico e militar muito altos para o reino. E esses custos seriam, tanto mais

elevados quanto menor o controle real sobre os caminhos por onde escoassem, tanto o ouro extraído quanto as demais mercadorias produzidas na colônia. A estrada da Bahia apresentava dificuldades muito maiores para o exercício do controle desejado, daí ser esse um caminho proibido. Colocava-se, no entanto, a necessidade de garantir o abastecimento das *minas gerais*, que já vivera grandes fomes, com fuga de população, perda de arrecadação, etc. É fácil concluir que a conjugação dessas duas situações – a proibição de circulação e a necessidade de abastecimento da região das minas – fez da primeira letra morta. O estudo de Carrara (2007) demonstra isso:

Esta rota baiana pode também ser reconstruída a partir da série de Autos de Denúnciação e Tomadia, conjunto de cinquenta e cinco processos, resultantes dos confiscos de mercadorias transportadas pelo interior da Bahia e pelo norte de Minas – a assim chamada estrada proibida da Bahia. A proibição de transportar mercadorias por essa estrada data de 1699 [...] A fragilidade da fiscalização, contudo, permite supor que esses processos representam uma ínfima parcela do que deveria ter sido esse comércio (CARRARA, 2007, p. 125).

No mesmo estudo, o autor observa que os representantes dos interesses da Coroa tentaram, inicialmente, minimizar as perdas através da instalação de postos de controle da circulação de mercadorias e arrecadação de impostos – **registros**.

Esses processos revelam ainda a rapidez com que se estabeleceram essas rotas e, mais que as rotas, os mercados ligando as minas à Bahia e ao vasto território do vale do São Francisco. Já em 1706, uma carta do governador D. Rodrigo da Costa assinalava a necessidade de um **registro** no arraial do **mestre de campo** Matias Cardoso de Almeida (atual município de Matias Cardoso, no Norte de Minas) *a fim de se evitarem os infinitos descaminhos que por aquela parte se fazem* (CARRARA, 2007, p. 129).

As medidas propostas, no entanto, foram inócuas, e a frequência e intensificação do uso desse caminho levaram a

Coroa a desistir da proibição, conforme nos relata o mesmo autor:

Desse modo, à medida que a ocupação do vale do São Francisco ia se fazendo, a validade da proibição que pesava sobre a estrada da Bahia ia assim desaparecendo. O fato de que as cargas provinham da própria Capitania, e o aumento desse comércio determinaram o levantamento da proibição.

[...] O São Francisco permaneceria mesmo como rota privilegiada do sertão até os meados do século XX (CARRARA, 2007, p. 131-132).

A Coroa portuguesa não dispunha de condições para garantir tanto a exploração das riquezas em todo o território colonial quanto a arrecadação dos impostos onde houvesse produção e circulação de mercadorias. Assim, os *currais da Bahia* permaneceram, de certa forma, como área “livre” da ação ordenadora e fiscalizadora da metrópole portuguesa. Como área proibida e de intenso movimento de cargas de mercadorias, é fácil concluir que também se tornou território livre para a ação de ladrões e salteadores. Será essa a região de domínio de um personagem controverso na história da ocupação do território da Capitania – Manuel Nunes Viana, procurador de Izabel Guedes de Brito, herdeira do **morgado** da Casa da Ponte, auto-proclamado governador das *minas gerais* em meio aos violentos distúrbios da guerra dos Emboabas.

Retomando a ideia de sertão como lugar que inspira medo porque a lei e a ordem não se fazem presentes, como lugar de domínio da barbárie porque ainda não sentiu a presença de autoridades legais, a região dos *currais da Bahia* foi percebida como sertão pelos habitantes das *minas gerais*, na mesma medida em que essa última região era percebida como sertão pelos habitantes das vilas do Rio de Janeiro e de São Paulo do Piratininga em fins do Século XVII.

Com o estabelecimento das rotas comerciais que articularam os *currais da Bahia* e as *minas gerais*, uma terceira região – curral d’El Rei e entorno – teve os primórdios da ocupação motivada pela ocorrência de ouro e sua consolidação pela atividade criatória destinada ao abastecimento da região das *minas gerais*.

Suas características mesclam essa história bifurcada. A existência dos veios auríferos gerou a ocupação intensa e rápida, assim como a proximidade com as *minas gerais* “originais”. Havia núcleos urbanos com construções coloniais típicas do período, presença da igreja e de representantes da hierarquia de poder da Coroa portuguesa. Ao mesmo tempo, o fato de estarem situadas às margens de afluentes do rio São Francisco (como o Pará e o Paraopeba), e de constituírem bons pastos naturais, proporcionou as condições para que surgissem, nessas vilas, os já citados **registros**, onde era feita a arrecadação de impostos sobre as mercadorias que por eles transitavam, vindas da estrada da Bahia com destino à região das minas gerais. Os currais que se estabeleceram para receber e guardar o gado que por aí transitava acabaram por estimular o desenvolvimento da pecuária, atividade que ganhou importância à medida que o fluxo de população para as minas demandava maior frequência e volume no abastecimento de carne, couros, gordura e outros derivados da pecuária bovina.

A região de Curral d’El Rei e entorno viveu os conflitos e distúrbios relacionados à resistência ao pagamento de impostos reais e conheceu os grandes potentados. Mais uma vez, a ideia de sertão esteve associada a uma região em que a presença da autoridade ordenadora era frágil ou imperceptível.

Das Minas e Currais às Minas Gerais

Duas condicionantes geomorfológicas marcaram profundamente a ocupação do território da Capitania de Minas Gerais – a serra do Espinhaço e o vale do rio São Francisco.

A primeira tornou-se alvo da ação de bandeirantes, ávidos por ouro, prata, diamantes e esmeraldas, atraídos por suas cristas brilhantes e embalados pela lenda da Serra Resplandecente. A segunda foi o caminho natural, tanto da expansão dos *currais da Bahia* ou *currais são-franciscanos*, quanto das bandeiras paulistas que chegaram à *barra do rio das Velhas* ainda em busca tanto de ouro e esmeraldas, quanto de índios para o trabalho escravo. O vale do rio São Francisco, por sua vez, constituiu-se em ponto estratégico na articulação das diferentes parcelas ocupadas do território brasileiro nos Séculos XVII e XVIII. A barra do rio das Velhas, ou barra do Guaicuí, guarda a memória de sua importância naqueles primeiros tempos de incursões pelo território da capitania registrada numa monumental construção – a igreja de Senhor Bom Jesus de Matosinhos (Foto 15).

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008



Foto 15: Portal nas ruínas da Igreja Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Barra do Guaicuí, Várzea da Palma (MG).

A serra do Espinhaço nunca se apresentou como área de fácil exploração. A ocorrência de inúmeros picos, suas encostas íngremes, a infinidade de rios dos mais variados volumes e extensões, a densidade da mata que cobria as áreas mais baixas, tudo isso sempre se apresentou como elemento de dificuldade no processo de penetração no território. Os mesmos picos, porém, que se multiplicavam no horizonte e confundiam o explorador, atraíam renovadas levadas de bandeirantes em busca do metal precioso e justificavam todos os esforços neste sentido (Fotos 15 e 16).

O vale do São Francisco, por sua vez, permitiu tanto a chegada dos rebanhos bovinos vindos da Bahia quanto o avanço em direção ao norte das bandeiras vindas de São Paulo. O gado se deslocava em busca de novos pastos e sal e atingiu os chapadões de sua margem esquerda e os campos mais espriados de sua margem direita. As bandeiras paulistas buscavam o sertão na cata de ouro e índios.

As dificuldades vividas pelas tropas vindas do sul na exploração das escarpas íngremes do Espinhaço – toponímia, por sinal, bastante ilustrativa do relevo em questão – contrapunham-se à facilidade oferecida pelo rio São Francisco e seus afluentes – Carinhanha, Urucuia, rio das Velhas, Pará, Paraopeba, Abaeté, Verde Grande, etc. – no deslocamento das boiadas que se espriavam pelos currais ao longo de suas margens.

As bandeiras paulistas, contudo, também puderam valer-se das águas do São Francisco e seus afluentes para atingir terras mais longínquas e chegaram a estabelecer vilas onde boiadas baianas já faziam seus pastos. Assim, quando foram confirmados os descobertos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica (1696), e uma torrente humana passou a deslo-

car-se seguidamente em direção às cristas do Espinhaço, tanto paulistas quanto baianos já haviam alcançado a barra do rio das Velhas, o que implica dizer que as duas personalidades que estão na origem da capitania – *minas e currais* – constituíram-se de forma quase sincrônica, ainda que tenha sido a atividade da mineração o impulso decisivo no fortalecimento da pecuária (CARRARA, 2007).

Encravadas entre as cristas da serra do Espinhaço estão cidades que se formaram a partir do surto da mineração de ouro, atividade econômica exploratória tão importante para o reino de Portugal nos Séculos XVII e XVIII, e de

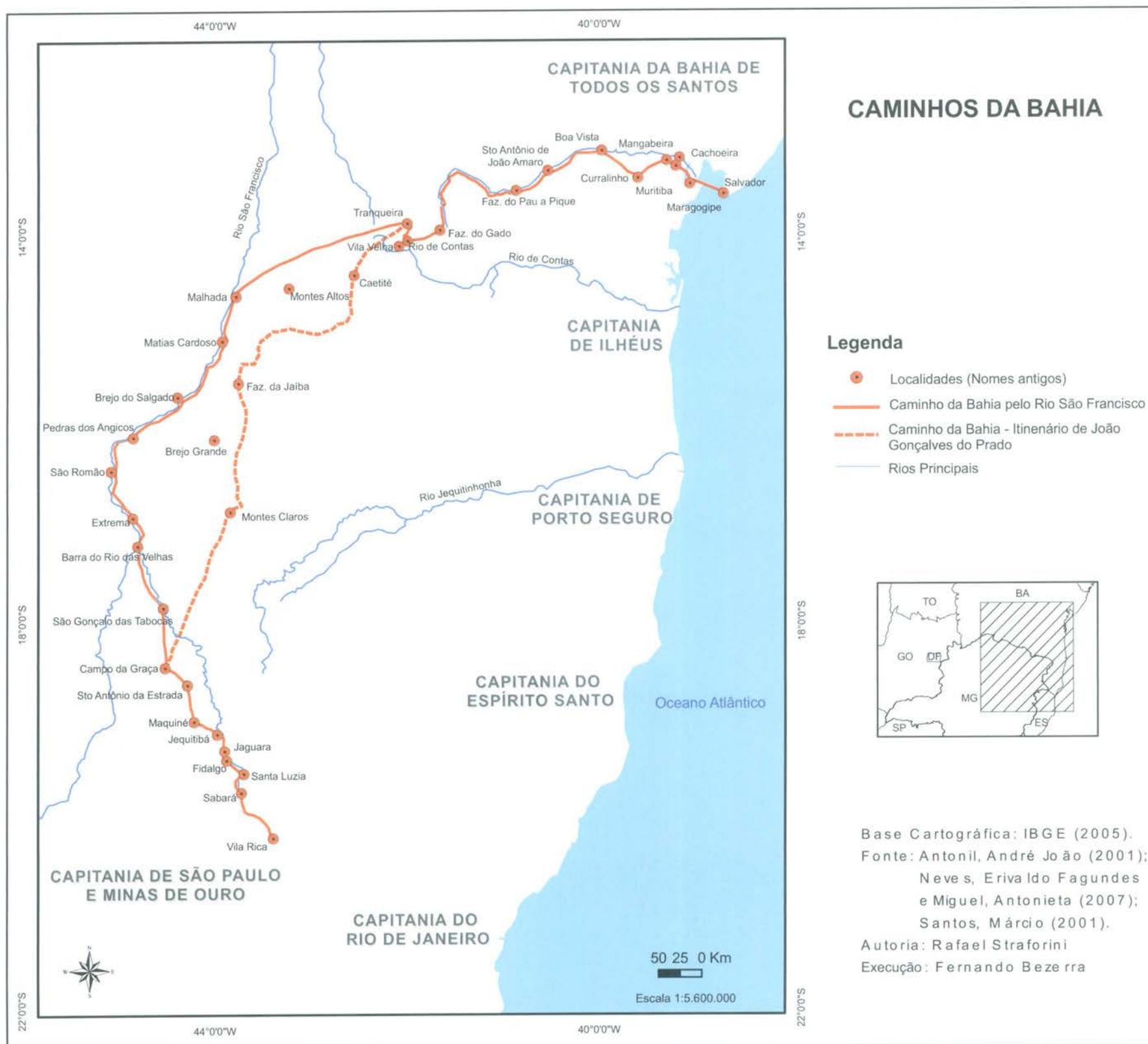
tamanha pujança nestas localidades, que acabou por nomear a própria Capitania – Minas Gerais.

O conjunto das localidades em que acontecia a exploração deu nome a um vasto território onde surgiram e se desenvolveram inúmeros outros núcleos de povoamento, a maioria deles abastecedores das cidades mineiras, predominantemente de produtos agrícolas e carne bovina, leite, couros e gordura (CARRARA, 2007). Assim, como afirma esse autor, constituíram-se as duas “paisagens demográficas e econômicas primordiais – as *minas* e os *currais*” (CARRARA, 2007, p. 40).



Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008

Foto 16: Rio das Velhas, em Guaiçuí, Várzea da Palma (MG), visto aqui do interior das ruínas da Igreja Senhor Bom Jesus de Matosinhos.



Marco Antonio de Carvalho Oliveira 2007



Foto 17: Estrada Ouro Preto, em Ouro Branco (MG).

A região das minas gerais na Geografia

Quando se fala em *minas gerais* referindo-se à região na qual foram descobertas e exploradas as primeiras minas de ouro da capitania, mais tarde província e depois estado do mesmo nome, a primeira dificuldade que se apresenta é definir sua abrangência. Ainda que para muitos venham de imediato à mente as cristas da serra do Espinhaço nas proximidades da capital mineira – o que não deixa de estar correto – há diferentes interpretações sobre o conjunto de localidades que originalmente firmaram esta denominação (ANTONIL, 1997; VASCONCELOS, 1999; CUNHA; GODOY, 2003; CARRARA, 2007).

Antonil, em seu clássico *Cultura e opulência do Brasil*, nomeia *minas gerais dos cataguás* o conjunto de descobertos realizados por bandeirantes paulistas entre Ouro Preto e Mariana, e refere-se à de Sabarabuçu como a mais importante mina do rio das Velhas (ANTONIL, 1997, p. 164-165). Para Carrara, no entanto:

O quadrilátero constituído pelas áreas mais próximas às sedes das vilas de Ouro Preto, Mariana, Caeté e Sabará são aqui incluídas numa região homogênea em virtude da percepção dos próprios mineiros, que a denominavam “as minas gerais [...]” (CARRARA, 2007, p. 83).

Numa outra visada, Cunha e Godoy (2003, p. 8) incluem nesta denominação a oeste (das Cristas do Espinhaço) “os descobertos de Pitangui, já em meio aos prados curraleiros”, na região que aqui denominamos Curral d’El Rei e entorno, São José e São João d’El Rei ao sul, “em campos também propícios, e já no primeiro momento, aproveitados para a agropecuária”, e Diamantina e Serro, mais ao norte, no vale do Jequitinhonha.

Por se tratar de uma proposta de regionalização, não há uma única possibilidade. Tudo depende do critério do qual se está partindo para assumir determinado contorno, desde que, obviamente, sejam respeitadas as referências históricas mínimas, o que significa dizer que não se pode analisar a região das minas gerais sem partir dos arraiais de Vila Rica, Ribeirão do Carmo, Caeté e Sabará onde, em fins do Século XVII e primórdios do Século XVIII, foram descobertas e exploradas várias minas de ouro.

Este estudo assume a proposta de Carrara para a delimitação das *minas gerais originais*, não apenas porque se trata da *percepção dos próprios mineiros*, como também porque a atividade mineradora aí foi determinante para o surgimento de uma série de articulações espaciais e funções urbanas, tornando-se responsável pela identidade primeira do conjunto de núcleos urbanos em questão (CARRARA, 2007).

A extração do ouro em Pitangui extinguiu-se muito cedo, tendo sido sucedida pela criação de gado voltada para o abastecimento das minas, o que marcou mais profundamente sua história e a caracterizou, do ponto de vista deste estudo, como núcleo urbano típico da região dos Currais d’El Rei.

Diamantina e Serro, ainda que classicamente sejam áreas de mineração, assumiram características bastante diferenciadas das *minas gerais originais*, não apenas porque o mais importante mineral aí extraído fosse o diamante, mas também e principalmente, porque a presença da Coroa portuguesa nestes núcleos se fez de forma bem mais contundente, como o designativo “Demarcação Diamantina” não deixa duvidar. Tanto a intensificação da ocupação quanto os conflitos dela advindos surgiram mais tarde em

Serro e Diamantina. A descoberta e exploração de diamantes deu-se a partir de 1729, quando vários confrontos entre população e representantes da Coroa já haviam estourado e gerado suas consequências nas *minas gerais*.

Por fim, São José e São João d'El Rei, da mesma forma que Pitangui, assumiram muito cedo outras funções – a de abastecedores de produtos agrícolas para as áreas de mineração – o que também influenciou em seu perfil urbano e regional, além de fazer dessas localidades os núcleos de referência para a delimitação de uma outra região que construiu sua identidade a partir das relações que estabeleceu com as áreas de mineração – a região da Borda do Campo.

Portanto, para efeitos deste estudo, a região que impulsionou a ocupação produtiva e acabou por nomear toda a extensão do território da capitania, hoje Estado de Minas Gerais, abrange os Municípios de Ouro Preto, Mariana, Sabará e Caeté. Ao longo do Século XVIII, esta região tornou-se densamente povoada e passou a contar com forte presença da administração da Coroa portuguesa, menos para garantir a segurança de seus habitantes do que para cobrar sua parte nas riquezas que saíam dos muitos ri-beirões que drenam esse território.

A região das minas gerais, também tratada como “o país das minas gerais” em documentos de época, caracterizou-se pela rápida ocupação, pela criação de **vilas**, **termos** e **arraiais**, pela exploração do trabalho escravo na mineração do ouro, mas, também, pela presença de trabalhadores livres nessa atividade e pelo desenvolvimento de diferentes funções urbanas em suas cidades. Esse conjunto de funções acarretou a formação da classe média ligada principalmente às atividades de apoio e abastecimento aos

setores diretamente envolvidos na mineração. Também em consequência das riquezas geradas nessa região, a forte presença da Coroa portuguesa e sua constante ingerência nos negócios da mineração, com vistas à cobrança dos **quintos**, provocou a eclosão de vários conflitos envolvendo mineradores, comerciantes e lavradores em confronto com a administração da metrópole.

A rede urbana articulada não foi uma característica desde os primeiros tempos. Devido à profusão de veios onde o ouro aflorava, muitas lavras se estabeleciam de forma precária, até que a confirmação de reservas de vulto gerasse um deslocamento maior de população e a fixação de atividades de apoio à mineração.

De acordo com Straforini (2007), citando Bernardes, 1966, e Furtado, 2000, os primeiros núcleos mineradores apresentavam-se desarticulados, sem uma contiguidade espacial ou, ainda, que do ponto de vista geográfico, a característica mais marcante da mineração foi a extrema insularidade das áreas ocupadas. Straforini (2007) atenta para o fato de que estas características estiveram presentes apenas até o fim da primeira década do Século XVIII. Com a confirmação da existência de ouro

[...]muitos desses povoados se fixaram e prosperaram e um complexo sistema de transporte se instalou, possibilitando maior fluidez na circulação de pessoas, de mercadorias e do poder real, unindo e integrando em rede esses primeiros povoados auríferos num projeto só: a mineração. A esse sistema de transporte, soma-se também um complexo sistema de abastecimento de gêneros alimentícios e, conseqüentemente, o parcelamento em inúmeras sesmarias dos “sertões” existentes entre as vilas e cidades (STRAFORINI, 2007, p. 66).

Assim, com o tempo, a região das *minas gerais* passou a caracterizar-se pela profusão de núcleos urbanos, pela

existência de caminhos que irão articular estes núcleos entre si e também aos centros de comando metropolitano no litoral – principalmente Rio de Janeiro – pelo surgimento de uma rede de lugares que garantiram o abastecimento das vilas mineradoras e pela forte presença das estruturas de poder, não só da Coroa como também da Igreja.

Falando sobre a característica urbana da região das “*minas gerais*” no Século XVIII, Diegues Junior (1960) destaca a situação de exceção vivida por esses núcleos naquele período no Brasil:

Um dos aspectos que logo ressalta no estudo da região mineira é o aparecimento da vida urbana, antes que esta se tivesse manifestado noutras regiões ou áreas do Brasil, a não ser um século antes, em Pernambuco, com os holandeses.

[...] Na região mineira, ainda cedo, começou a surgir a vida de cidade, fôsse pela presença, em grande número, de autoridades régias, fôsse pela nítida caracterização de classes sociais que se verificou, fôsse ainda pela vida que nas vilas se desenvolveu, menos como reflexo do que se passava nas lavras do que como formação de uma existência própria (DIEGUES JUNIOR, 1960, p. 254).

A presença das estruturas de fiscalização, arrecadação e controle da Coroa portuguesa na região das *minas gerais* constitui-se num importante diferencial da área em relação a outras porções do território da colônia, perceptíveis, em seus vestígios, até os dias atuais. Há uma profusão de construções imponentes, não apenas pelo fato de serem empreendimentos robustos para a época (Século XVIII), mas porque não eram encontrados em outros núcleos urbanos afastados do litoral neste mesmo período, como os prédios onde funcionaram as cadeias, as Casas de Fundição, as sedes de governo e as residências de governadores.

A importância da região de mineração para a economia colonial é perceptível, entre outras manifestações, pela

abundância de documentos que registram as transações envolvendo terras, mercadorias (inclusive escravos) e transporte de cargas, as mais diversas, pela monumentalidade das construções até hoje presentes em suas cidades, particularmente igrejas e sedes de governos, pela existência de caminhos que articularam esta porção do território não só às localidades que garantiam seu abastecimento alimentar, mas também aos pontos mais importantes do litoral.

Carrara (2007) e Straforini (2007) chamam a atenção para o fato de que a existência de normatização no uso da terra e da exigência de controle sobre os deslocamentos realizados a partir da e em direção à área de mineração constituem-se nos grandes diferenciais, em termos de política territorial portuguesa, no processo de ocupação do Território Nacional.

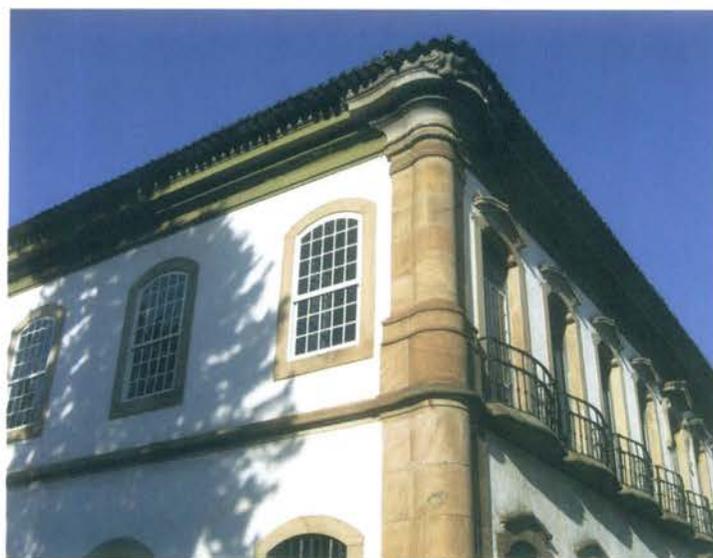


Foto 18: Casa dos Contos, em Ouro Preto (MG). Aqui era cobrada a quinta parte do ouro para ser enviado à Coroa portuguesa.

Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2007.

Ainda que não tenham sido exclusividade das áreas de mineração, as incontáveis igrejas construídas em Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté e mesmo em outros núcleos urbanos do entorno das *minas gerais* não deixam dúvidas

quanto aos interesses que moveram as hostes eclesiásticas em seu rápido deslocamento dos mosteiros europeus para as sombrias terras altas da colônia portuguesa – o afã de coletar os **dízimos** de seus fiéis. A comparação entre as igrejas construídas nessa região no Século XVIII e as das áreas mais distantes dos centros de mineração – como em Brejo do Salgado, distrito de Januária, no norte de Minas, por exemplo – ressalta o contraste entre a opulência das primeiras e a modéstia das últimas, como ilustra a foto abaixo.

Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2007



Foto 19: Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (MG).

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008



Foto 20: Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em Matias Cardoso (MG).

Outro vestígio revelador da importância das *minas gerais* para a conformação do território da colônia pode ser detectado na rede de caminhos que foram abertos e mantidos para o escoamento do ouro rumo aos portos exportadores, para a chegada de alimentos nas áreas de mineração, para o deslocamento de autoridades que deviam vigiar a extração do ouro e o pagamento dos **quintos**, bem como fazer valer a autoridade da Coroa portuguesa sobre toda a região das minas e, ainda, para que os mineradores pudessem chegar às áreas de lavras.

Em importante trabalho sobre o papel da mineração nos primórdios da ocupação de Minas Gerais, Carrara, busca

compreender a extração de ouro e diamantes como responsável por coseduras interregionais, e pela conformação das estruturas agrárias de largas porções do planalto central do Brasil, ainda mesmo no período de declínio da atividade mineratória (CARRARA, 2007, p. 40).

Assim, Minas constitui-se num processo múltiplo, não só em termos de atividades produtivas e atração populacional nos limites da capitania, como em termos da vida de relações e articulação de outras regiões da colônia. O surgimento da mineração ocasionou o desenvolvimento de várias atividades que lhe deram suporte e que, nesse processo, acabaram por viabilizar a fixação de novas funções, o que garantiu a continuidade da vida econômica da capitania e de boa parte do território colonial.

Numa visada mais ampla, a mineração mudou a dinâmica geopolítica do território ao determinar a mudança da capital para o Rio de Janeiro, fazendo surgir e consolidando um eixo de articulação – o Caminho Novo. Ao mesmo tempo, ela gerou forte demanda por alimentos, o

que determinou a busca de alternativas ao fornecimento com origem nos *currais da Bahia*, que representava custo muito elevado e possibilidade de desvios do ouro extraído nas *minas gerais*.

Para se ter uma ideia do que significou a atividade mineradora na conformação dos espaços coloniais e, até mesmo, nacionais, basta observar que as regiões da Zona da Mata mineira e o sul de Minas se constituíram como centros abastecedores de produtos agrícolas e laticínios a partir do Século XVIII, quando forneciam alimentos para Mariana, Ouro Preto, Caetés e Sabará – as *minas gerais*. Essa função lhes permitiu captar outros mercados e manterem-se como centros polarizadores de seus entornos, muito além do período minerador. Tais atividades se mantêm até hoje.

Enfim, as *minas gerais* marcaram época em Minas, no Brasil e em Portugal, se não em boa parte da Europa ocidental, espalhando ouro e diamantes e atraindo um contingente populacional poucas vezes visto nas Américas.

As particularidades dessa região são elementos marcantes nas tramas dos romances que dela tratam, como se verá a seguir.

A região das Minas Gerais na Literatura

Contrastando com a importância que a região apresenta para o surgimento de uma nova conformação das redes de lugares e de sua articulação no território brasileiro, até mesmo para os passos iniciais de uma nacionalidade brasileira, a produção sobre os primórdios do povoamento das *minas gerais* restringiu-se, durante muito tempo, às clássicas obras dos inconidentes. O que não é pouco, advirta-se logo, se

consideramos a qualidade do que se produziu. A ausência aqui refere-se mais à modalidade. Há poucos romances com foco na ocupação das vilas, na produção aurífera, nos conflitos entre população colonial e Coroa e sobre as mazelas e os sofrimentos da população escrava.

Talvez esta lacuna possa ser explicada pela escassez de fontes históricas sistematizadas e esclarecedoras dos eventos que marcaram o início desse processo.

Alguns fatores talvez ajudem a entender a pouca diversidade de prosa romanesca sobre a região. Em primeiro lugar, o fato de que todos os processos de ocupação, auge da extração e declínio, transcorreram em pouco menos de um século, se considerarmos que os primeiros descobertos datam de fins do Século XVII – 1697 mais exatamente, segundo Diogo de Vasconcelos (1999, p. 132) – e o declínio se fez sentir já a partir de 1765, segundo Carrara (2007). Com isso, não mais que duas gerações viveram os dramas e felicidades da abundância do ouro e de seu esgotamento. Se a primeira geração que chegou às *minas* lutou com todas as dificuldades para construir minimamente as bases de fixação no território, a segunda ainda tinha muito o que consolidar e só a terceira pôde usufruir algum conforto ou acumulação. Portanto, a chegada da quarta geração se fez acompanhar do período de decadência da extração aurífera, o que gerou forte evasão populacional. Talvez por isto não exista uma profusão de romances que retratem o que foram os primeiros tempos da fartura de ouro nas *minas gerais*.

Não se pode deixar de fazer menção aos poetas inconidentes, até porque suas obras são as referências mais importantes do que foi aquele período. Justamente aqui reside uma outra condição a ser levada em conta. As obras mais conhecidas dos inconidentes são poesias, e não prosa.

Trata-se de estilo de época. Quando ocorreu a ocupação das *minas gerais* não se tinha aqui, ainda, uma literatura nacional, até porque não éramos uma nação. Dessa forma, a produção literária inspirava-se e seguia modelos metropolitanos, daí a forma poética por excelência das obras daquele período.

Outro fator que deve ser levado em conta para que se possa entender a rarefação de romances sobre as *minas gerais* em seu período mais conturbado diz respeito às articulações externas, afetadas pela apropriação de terras na região, bem como a extração e comercialização do ouro. Ainda que a velocidade da ocupação tenha gerado muitos sofrimentos devido à ausência de normatização da posse da terra, do uso do trabalho escravo, da violência causada pela disputa das lavras, enfim, por tantas situações precárias que envolveram os primórdios da ocupação das *minas gerais*, também é preciso lembrar que os conflitos nas áreas de mineração confrontaram interesses externos a elas – paulistas, baianos, reinóis, erário real, representantes da Coroa portuguesa na colônia, etc. Assim, a definição e estabelecimento de direitos sobre as terras e lavras acabaram por traçar diferentes caminhos para vários agentes que participaram dos processos e que, a certa altura dos acontecimentos, buscaram controlá-los.

Aqueles que foram derrotados neste intuito acabaram por buscar outros caminhos. É o caso dos paulistas, derrotados na guerra dos Emboabas. A derrota levou-os a buscar a expansão de seus domínios para oeste, rumo das terras dos atuais Estados de Goiás e de Mato Grosso.

Assim, os romances que abordam os acontecimentos dos primórdios da ocupação das *minas gerais* foram escritos

por sociedades que foram afetadas pelas disputas que lá transcorreram. Dinah Silveira de Queiroz, nascida e criada em São Paulo, não por acaso, aborda a guerra dos Emboabas a partir da visão paulista dos acontecimentos em *A muralha*. Da mesma forma, há o excelente romance de Ana Miranda, *O retrato do rei*, que retrata a visão dos acontecimentos entre 1707 e 1709 do ponto de vista de uma reinol residente no Rio de Janeiro. Por fim, Vera Telles, com *Josefa do Furquim*, apresenta as impressões de uma mineira não apenas sobre a guerra dos Emboabas como também sobre a revolta de Vila Rica, em 1720.

Em *A muralha* o desenrolar da trama parte de São Paulo, de uma típica família de bandeirantes já fixada na colônia e afeita às aventuras no sertão em busca de índios e ouro. Os personagens mineiros representam o desrespeito aos direitos paulistas sobre a posse de terras e lavras nas áreas de mineração. A guerra dos Emboabas é vista como a luta dos paulistas para manterem o direito às terras que conquistaram com seu esforço e sacrifício e que estavam sendo usurpadas por reinóis, baianos e pernambucanos. Os paulistas não atingem seu intento, mas também não desistem de continuar explorando o território da colônia.

O romance de Ana Miranda, *O retrato do rei*, aborda a mesma guerra dos Emboabas, mas, ainda que contemple a visão paulista dos fatos, também incorpora a visão do governador do Rio de Janeiro, um representante da Coroa portuguesa que não desejava ver interrompida a remessa de ouro para a metrópole. Dom Fernando de Lancastre distanciou-se dos acontecimentos, procurou contemporizar com os dois lados em disputa, e manter o próprio Rio de Janeiro alheio aos fatos da guerra. Preocupado com a necessidade de proteger a cidade de uma possível invasão

francesa, Dom Fernando ignorou a gravidade dos acontecimentos no “sertão” das minas gerais, e acabou perdendo o cargo quando as notícias sobre a tragédia do Capão da Traição chegaram a Lisboa.

O romance *Josefa do Furquim* acompanha a vida de uma das filhas de um paulista, já em seu terceiro casamento, que se instalou em Minas e tornou-se agricultor, depois de ter sido mineiro. A estória de Josefa é pretexto para uma longa abordagem dos primórdios das *minas gerais*, com a explosão da chegada de população, as intrigas, as disputas, a presença forte da igreja através de seus representantes e de todas as cobranças que perpetravam, enfim, todos os conflitos que marcaram o alvorecer da capitania. A guerra do Emboabas não é o evento central da trama, mas é interessante observar a particularidade da abordagem que se desenvolve nesse romance. De fato, o evento mais marcante é a **sedição de Vila Rica**, que determinou a separação entre a Capitania de Minas Gerais e a de São Paulo, em 1721, mas os eventos entre 1707 e 1709 também participam da trama, numa visada que privilegia os interesses e objetivos dos não paulistas, ou seja, reinóis, baianos e pernambucanos que viviam nas “minas gerais”. Nesse romance, os vilões são os paulistas e o principal herói é Nunes Viana, que garantiu a vitória dos **emboabas** e expulsou os paulistas das minas. Por outro lado, os eventos de 1720 destacam a inabilidade do Conde de Assumar, que insistia em implementar a cobrança dos **quintos** para a Coroa portuguesa.

Duas outras obras não podem ser esquecidas. *O romance da prata*, de Paulo Setúbal, é um relato histórico que percorre as lendas em torno da existência de minas de prata em terras da colônia, desembocando na famosa lenda da **serra de Sabarabuçu**, que justificou inúmeras expedições

aos “sertões” em busca da *montanha grande que resplende*. O próprio autor anuncia na introdução que deixa a critério do leitor a decisão sobre o caráter da obra – se se trata ou não de um romance. De fato, é antes um inventário dos fatos que precederam a descoberta de ouro em Minas Gerais, do que propriamente um romance.

A outra obra é o quarto volume da série Sagas do País das Gerais, de Agripa Vasconcelos, *Gongo sôco*: romance do ciclo do ouro nas Gerais, que não pode ser visto como tal, já que o período em que a mina de Gongo Sôco foi descoberta e explorada – primeira metade do Século XIX – é posterior à decadência da atividade mineradora na capitania. A trama do romance está centrada no modo de vida do Barão de Catas Altas, proprietário da mina de onde se retirou uma das maiores quantidades de ouro de todos os tempos na Capitania de Minas Gerais. Diferente dos romances anteriores, neste caso pode-se ter uma ideia clara do quanto a mineração permitiu a existência de uma riqueza de luxo e ostentação para os proprietários de grandes lavras.

Ana Maria Fernandes da Costa, 2008



Foto 21: Ruínas do Solar do Barão de Catas Altas, Fazenda Gongo Sôco, em Barão de Cocais (MG).

Região das minas gerais século XVIII

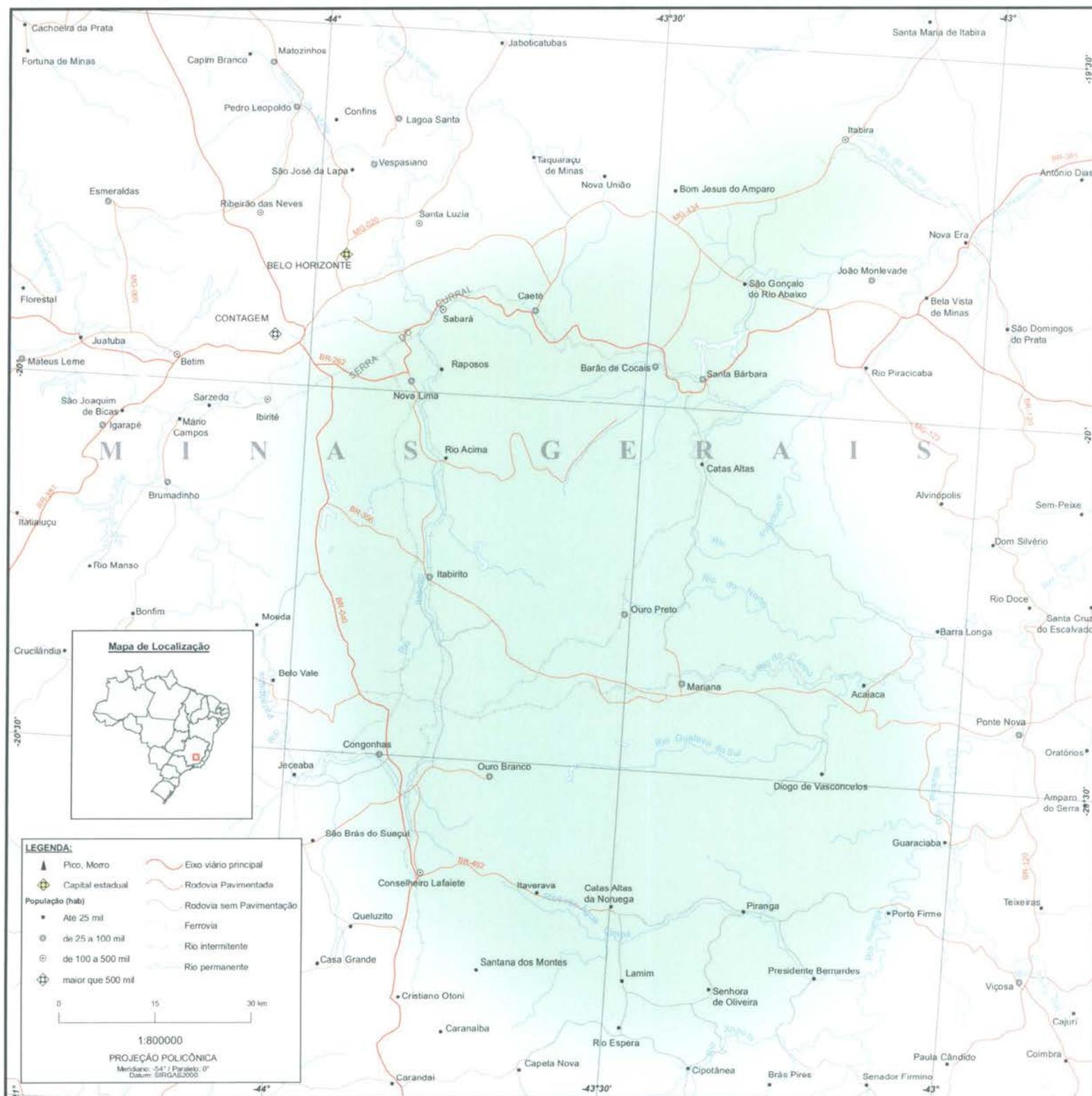
Anjo: adaptado de Marco Antônio de Carvalho Oliveira



Igreja: adaptado de Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Fontes: Base cartográfica vetorial contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Escala 1: 1.000.000; e Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2007. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: fev. 2007.

Região das minas gerais século XVIII (Mapa de Localização)



Fonte: Base cartográfica vetorial contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Escala 1: 1.000.000. Adaptado; e Malha municipal digital. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Região e Romance

A madrastra contava que Luisa casaria logo, Domingos dera ordem para que encomendasse o necessário – enxoval simples e decente, menina criada sem luxos. A prima aceitou encarregar-se dos papéis na igreja, do pagamento ao padre em ouro que fosse preciso, sempre muito. Seu marido anotou nome e data: Luisa da Silva de Orens, batizada no Furquim em 16 de Abril de 1714.

Benta continuava:

- O alferes é bom noivo, ganhou sesmaria e tem vinte escravos catando ouro. O melhor pretendente, e apareceram tantos que Domingos vivia atarantado! Claro que se estivéssemos em Itu ou Taubaté estaria melhor, na família ou entre conhecidos. Mas aqui, do jeito que vivemos, enterrados no mato!... Tenho agora que ensiná-la a dirigir uma casa.



Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2009

Foto 22: Ponte de pedra entre Ouro Preto e Ouro Branco, (MG), parte da estrada real.

O impulso redobrou, entusiasmado por lhe terem dito que surgia ouro ainda mais abundante perto do Paraguaí Grande, onde paulistas fundaram o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e num só mês tiraram 400 arrobas de ouro – zona perigosa, com o desafio dos paiaguás, cavaleiros ferozes. Por lá andava agora Fernão Dias Falcão, tão rico

que sozinho pagara em São Paulo no ano de 1723 mais de 13 libras de ouro a título de quintos. Desempenhando o mesmo papel que o governador Dom Brás lhe dera em Pitangui, capitão-mor regente e provedor da Real Fazenda, acomodando e pacificando o povo que andava revoltado, não querendo consentir forasteiros. Tudo se repetia, nos novos descobertos: os paulistas se sacrificavam, irrompiam pelo sertão, perdiam-se muitos, alguns achavam ouro – e vinham a seguir baianos, fluminenses, pernambucanos e os ilhéus do Atlântico, os reinóis ávidos, e o governo se instalava, apareciam ouvidor, provedor, corregedor, escrivão, fiscais, agrilhoando-os, sugando-lhes a renda, exigindo a quinta parte do ouro arrancado à terra a aos ribeirões.

Vera Telles
Josefa do Furquim, 1991, p. 29-30.

Dom Brás viu-se sozinho.

Não gostava de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, onde viviam diversos ourives, apesar das proibições: ouro abundante no Rio das Velhas, nos córregos e nas montanhas. Os moradores tratavam-se com luzimento e conservavam nos pastos, sem despesa, gado e cavalaria. Comércio intenso, ali paravam as cargas vindas da Bahia e de Pernambuco, e pela estrada dos Currais e de São Francisco entravam os bois, sustento das Minas.

Vera Telles
Josefa do Furquim, 1991, p. 168

Lembrou-se de que calçara as botas novas e a mulher o censurara, iria deitá-las a perder e tinham custado caro. Ana Ximenes mandara fazê-las do melhor couro existente em Vila Rica, onde havia dúzias de sapateiros. Crescia mais depressa do que Carmo...Atenta, sua câmara proibira nos arredores tavernas e lojas e comida e bebida, forçando compras na Vila. Abriram-se ruas de comércio, o beco da Ferraria, a ladeira dos Caldeireiros, a rua dos Mercadores.

Vera Telles
Josefa do Furquim, 1991, p. 170

Fernando mantinha-se silencioso. Considerava aquele padre um fermentado prevaricador, soturno, crápula, e tinha problemas demais para perder tempo com filosofias esdrúxulas e blasfemas. Além disso,

percebia aonde frei Francisco queria chegar, com aquelas ruminções inconvenientes. Ia pedir-lhe a prorrogação do monopólio da venda de carne nas Minas do Sertão.

Ana Miranda
O retrato do rei, 1991, p. 8

Os baienses preferem vender o boi no serão”, disse Tenório, “pois lá custam por cabeça de quinze a trinta oitavas de ouro. Aqui só conseguem de três a cinco. Além do que, para trazer uma boiada ao Rio de Janeiro demora-se às vezes dois anos, enquanto que pelo São Francisco chega-se às Minas em apenas um mês. Vamos acabar comendo apenas carne de baleia, como nos primeiros tempos. Ninguém respeita o decreto da Coroa que estipula duzentos escravos anuais para serem vendidos nas Minas, os preços lá são muito melhores, não se vende mais nada por aqui, a não ser que um tonto se disponha a pagar como se fosse um minerador.

Ana Miranda
O retrato do rei, 1991, p. 17

No palácio, dois paulistas conversavam com o governador. Um deles, Rendom, vestido com roupas de fidalgo, batia impaciente com a bengala no joelho [...]

“O contrato da carne tem que passar para as nossas mãos”, disse Rendom.

“Talvez fosse melhor acabar com o monopólio. Seria mais justo que todos pudessem negociar a carne. Paulistas ou quem quer que seja. Isso para evitar muita ruína”. O governador temia tomar partido. O contrato da carne era assunto embaraçoso, havia imensos interesses envolvidos. Precisava ser prudente.

“Mais ruínas do que já causaram os forasteiros?”, disse Rendom.

Foi um baiense quem investiu suas riquezas para limpar o Caminho do Gado dos bandidos que o dominavam”, argumentou o governador. “E não um paulista.”

“Mas foram os paulistas os que gastaram seu dinheiro, e seu sangue, para desbravar os sertões. O rei dom Pedro, que Deus tenha, havia prometido que os descobridores de ouro seriam donos do lugar. Nós, paulistas, encontramos o ouro nos sertões. Sem que pudéssemos espe-

rar por isso, o monarca abriu as minas para os estrangeiros. Respeitamos tudo que vem de alta majestade, é claro, mas já estamos sofrendo demasiadamente com a presença dos forasteiros, sejam reinóis, pernambucanos ou baienses.

Ana Miranda
O retrato do rei, 1991, p. 31

Chegara pelo correio a suspensão do contrato da carne, decretada pelo governador. Teria dom Fernando enlouquecido? O comércio do alimento principal, com a interrupção do monopólio, facultava-se a todos. Mas os paulistas tomavam a dependura do contrato como uma concessão a si próprios e queriam, agora, ter o privilégio. Brigas se sucediam incessantemente nas entradas dos arraiais, nas portas dos açougues. Homens se matavam, atiravam em boiadas, ateavam fogo nos armazéns e currais. Enquanto isso negras vendiam carne de porta em porta, pedaços imundos que nem se sabia de onde vinham. Os moradores, agitados, temiam o desaparecimento da carne mais que o esgotamento dos mananciais de ouro.

Ana Miranda
O retrato do rei, 1991, p. 193

O capitão dirigiu-se a todos:

- Quero mostrar-lhes uma coisa bonita.

Conduziu os 42 convidados até o varandim da frente do andar, varandim de ferro forjado na Bélgica. Apoiando as mãos no balaústre, fez um sinal com a cabeça. Subiram então, soltados do Largo do Cruzeiro, três foguetes de vara, que rebentaram bem alto. Viu-se uma fumaça e, contra o sol da tarde, uma poeira dourada caía, devagar, nos ares claros. O Capitão apontou-a:

- É ouro. É poeira de ouro que mandei colocar nos foguetes pra vosmecês verem...

De boca aberta os convidados viam, em silêncio, cair aquela chuva de ouro de 22 quilates. Pe Pereira apertou as mãos, comovido:

- Chove ouro, meu Deus...

O Tte. Pedro Alves, severo varão de virtudes espartanas, comoveu-se também:

- O ouro cai do Céu!

A poeira caindo, desapareceu da vista abismada dos presentes. Mais três foguetes subiram. O mesmo fato se reproduziu. O próprio Capitão amolecia na volúpia daquele espetáculo:

- É muito bonito... Vejam como brilha...

Dez, vinte, quarenta foguetes espocaram, deixando cair a esteira brilhante de pó sobre a terra. O Pe Pereira ainda extasiado murmurava:

- O ouro serena do Céu... ouro que é vida, conforto, abundância! Deus fêz chover maná sobre o deserto. João Batista faz peneirar dos espaços puro ouro...Ouro caindo, caindo como poeira das estradas, agitada pelos redemoinhos...

E alucinado pelo que via o padre pobre abraçou o amigo:

- Capitão João Batista, Joãozinho... Você é muito rico! Deus o guarde...

Voltaram à Sala Amarela. João Batista, muito comunicativo, muito eufórico, estava alegre:

- Gostaram?

Vozes gerais confirmaram, com elogios exclamativos. Ele procurava se diminuir:

- Foi para alegrar as visitas... Fiz uma festinha nos ares.

Ficando ainda na varanda, Ligonza ouviu uns gritos e indagou de Mestre Lão:

- Que urros são esses?

É um escravo que começa a receber a novena do bacalhau. Vai ser surrado nove dias seguidos, porque se coçou na presença da Sinhá. Coçar-se na presença de Sinhá é um crime horroroso.

Agripa Vasconcelos
Gongo sóco, 1966, p. 128-129

Quando João Batista se apresentou ao palácio, foi recebido sem demora. O Presidente expôs-lhe logo o negócio, para que o chamara.

- A Companhia Inglesa *Imperial Brazilian Mining Association*, organizada em Londres, deseja comprar do amigo as minas de ouro do Gongo-

Sôco. Estou autorizado a abrir negócio com você, querendo saber se quer aceitar as propostas que tenho ordem de lhe fazer.

João Batista ficou emocionado, murmurando em voz baixa:

- Querem comprar o meu Gongo-Sôco... Querem me retirar das minas de ouro!

Silenciou, pensativo. O presidente insistia:

- Você está assombrosamente rico. É sem dúvida o mais rico dos mineiros.

- Meu presidente, pra responder preciso assentar as ideias. A proposta foi às súbitas, sem que eu esperasse. Quero um prazo para responder, sim ou não.

- É justo. Mas concorra para o progresso industrial da província, favorecendo a vinda de capitais estrangeiros. O Brasil este ano já teve a renda de 6.042 contos e 49 mil-réis! Ajude a incrementar novas indústrias. Venda a mina...

- Dentro de dois meses darei solução final.

Agripa Vasconcelos
Gongo sóco, 1966, p. 184-185

- Damos setenta mil libras, para encerrarmos o assunto.

O relógio de mogno do gabinete soou, lentas, 2 horas da manhã. O Capitão, cansado, terminava a guerrilha de escaramuças:

- Estou com sono e vou viajar ainda hoje. Nada feito. Voltarei talvez, depois.

Tregoning fez a derradeira oferta de tentativa, pois ia aceitar o primeiro preço pedido:

- Como bons amigos, faço a última oferta: 73:916 libras, pagas à vista. Aceita?

O Capitão calou-se.

- Aceita? Tudo em ouro, em libras novas? É um monte de libras reluzentes!

- Aceito. Peço três meses para entregar a mina.

Apertaram-se as mãos, o inglês com força, o Capitão já arrependido. Mesmo assim fingiu alegria.

- Então vamos beber a realização do negocinho...

Tregoning protestou:

- A realização do assombroso negócio! Do maior negócio feito no Brasil.

Beberam o resto da madrugada, em comemoração. Todos aqueles atravessadores a mando de Tregoning ganharam na transação.

Agripa Vasconcelos
Gongo sôco, 1966, p. 193-194

Acabavam o *breakfast* no Salão Amarelo, quando Arlindo subiu em grande uniforme, comunicando novos visitantes.

- Mande subir.

O Barão foi esperá-los no patamar da escadaria. Eram quatro senhores de botas, denotando viagem longa.

- O Barão de Catas Altas?

- Um seu criado. Queiram entrar. Estamos terminando o café. Convido-o à nossa mesa.

- Obrigado, Barão. Precisamos falar com o senhor, particularmente.

Entraram para o suntuoso gabinete, onde o dono da casas lhes apontou as poltronas de couro da Rússia.

- Estou às vossas ordens.

O que parecia mais credenciado falou cheio de emoção:

- Senhor Barão, eu sou o novo Juiz de Fora do Distrito de Mariana e estes outros senhores são serventuários do nosso Fórum.

Fez um silêncio mau.

- Sinto vos declarar que estou aqui, para cumprir uma precatória da Côrte. Viemos para o fim especial de fazer o arrolamento de seus bens imóveis e semoventes.

Voltando-se para o oficial de justiça, determinou com voz dura:

- Leia a precatória!

O oficial leu com voz clara e afetada. A firma Sousa Moreira & Sousa Ltda., requereu na Côrte, a falência do Barão de Catas Altas e o Juiz

concedeu-a, em vista dos documentos. Dados os prazos, enviou a precatória a ser cumprida pelo Juiz de Fora da Comarca de Mariana. Finda a leitura, o Juiz decidiu com a fria serenidade profissional:

- Vamos dar começo ao arrolamento de seus bens!

O Barão, pálido e trêmulo, falou, fingindo calma:

- Protesto contra a violência; vou apelar. Sigo imediatamente para cidade de Mariana, pra me defender.

- Senhor Barão, o momento de defesa passou. Vossa Senhoria deixou passar à revelia todos os prazos. Esta diligência não é para discutir a validade das dívidas, mas para executar uma sentença que passou em julgado, sem assistência da parte interessada. A Carta Executiva foi deferida pelo juiz competente, e agora não cabe mais apelação. *Dormi-entibus non securruit jus*; o direito não ampara o que dorme.

- Mas...mas...eu pago a dívida!

- Isto é outro assunto, com o qual nada tenho.

Só então o executado se lembrou de que não quis receber em seu palácio um meirinho que lhe fora levar intimação urgente. Mandou dizer ao oficial de justiça que nada devia a quem quer que fosse e sua visita era, portanto, indesejável.

Agripa Vasconcelos
Gongo sôco, 1966, p. 342-343

-Vosmecê sabe que estão a nos querer longe daqui?

Com muita segurança, no bem-estar de sua condição de dona contente, puxando o marido para a mesa já servida, perguntou:

- Mas vosmecê não sustenta que estas terras estão no mando legítimo de Nunes, mor de proteger Dona Isabel Guedes, que o fez administrador de sua propriedade?

Já instalado em seu banco, na grande mesa, Bento Coutinho, a princípio desencorajado e agora estimulado pela delícia da carne em que dava dentadas profundas, enquanto segurava o osso lambuzado de gordura rica, disse estouvadamente:

- Sustento e sustentarei, mesmo que, pessoalmente, não creia nesta história. Estão bem longe de nós as terras de Dona Isabel... Mas como tudo aqui é aventura, e até o ouro é de quem o vê e o apanha em

primeiro lugar, antes que surjam outros donos – diz Manuel Nunes Viana e agora dizemos nós – esta banda de cá, rica de ouro, é toda nossa.

Dinah Silveira de Queiroz
A muralba, 2004, p. 248

A sagração de Nunes Viana não tem nada que desperte mofa. Levantei mil homens em pé de guerra e em breve teremos mais dois mil, em luta contra os paulistas. Esta sagração será para reforçar os direitos de Nunes sobre estas terras, e acabar com a sem-razão desses editais do falso tenente e ministro das minas – Manuel de Borba! Nunes não a queria; foram os homens perseguidos pela gente de São Paulo que o persuadiram.

- Por favor, não brinques mais comigo, sabes que eu te adoro, mas este instante é muito sério para que tu me pregues esta peça.
Rosália se decidiu.

- Bem, eu vou. Mas se tiver vontade de rir, saio da igreja. [...]

Rosália passou o vestido ajudada por Bento Coutinho. Dentro de instantes estariam na igrejinha da Cachoeira, onde Manuel Nunes Viana, durante a missa cantada, seria ungido e sagrado ditador das minas gerais, recebendo, então, a espada de generalíssimo.

Dinah Silveira de Queiroz
A muralba, 2004, p. 278-279

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008



Foto 23: Rio São Francisco, em Maria da Cruz (MG).

A região dos Currais da Bahia na Geografia

Daí em longes, os brejos vão virando rios. Buritizal vem com eles, buriti se segue, segue. Para trocar de bacia o senhor sobe, por ladeiras de beira-de-mesa, entra de bruto na chapada, chapadão que não se devolve mais. Água ali nenhuma não tem – só a que o senhor leva. Aquelas chapadas cumpridas, cheias de mutucas ferroando a gente. Mutucas!

[...] E em andemos: jagunço era que perpassava ligeiro; no chapadão, os legítimos coitados todos vivem é demais devagar, pasmacez. A tanta miséria. O chapadão, no pardo, é igual, igual – a muita gente ele entristece: mas eu já nasci gostando dele. As chuvas se temperaram...

[...] Ah, o Tabuleiro? O senhor então conhece? Não, esse ocupa é desde a Vereda-da-Vaca-Preta até o Córrego Catolé, cá em baixo, e de em desde a nasença do Peruaçu até o rio Cochá, que tira da Várzea da Ema. Depois dos cerradões das Mangabeiras.

João Guimarães Rosa

Grande sertão: veredas, 1988, p. 25

Monsenhor não sentia o corpo, não sentia a vista, num gozo absoluto da mais perfeita euforia. Pela sua frente, estendia-se aquela largueza sem fim que são os horizontes amplos do Planalto Central, eito de chão que pega da base dos Pireneus até os confins da Bahia, abrangendo as águas vertentes do Tocantins para cá, do São Francisco para acolá e do Paraná mais assim pressa bandinha de lá. No caixa-prego, contornos acinzentados de serras, as chapadas se sucedendo em planos e planos. Até a serra do Veadeiros, naquele nunca-se-acabar de horizonte, era uma pincelada de azul-cinza, apaga-não-apaga e tão recuada.

Bernardo Élis

O padre e um sujeitinho metido a rabequista, 1987, p. 95

As citações acima, embora não digam respeito a uma mesma localidade, captam de forma surpreendente o impacto das chapadas sobre aqueles que as percorrem com

alguma frequência, ou que nelas vivem. Esta paisagem, onde a vista se perde e todo o entorno leva à confusão para os menos avisados (e afeiçoados), constitui parcela importante da ocupação daquilo que ficou conhecido como a região dos *currais da Bahia*. A bem da verdade, os currais da margem esquerda eram ditos de Pernambuco, no pertencer pertencer mesmo. As sesmarias doadas naquelas bandas eram de sesmeiros pernambucanos. As sesmarias da Bahia estavam pela banda de cá do São Francisco, a margem direita. Ocorre que os baianos se espraiaram por toda a extensão de uma banda e de outra, no indo atrás de seus gados, e ficaram donos das terras todas que iam do Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina, e chegavam à barra do rio das Velhas, em Guaicuí, tanto pelo nascente quanto pelo poente.

Quando a Casa da Torre de Garcia D'Ávila estendeu seus domínios pelo sertão baiano, recebendo sesmarias que se espraiavam pelas terras da bacia do Vaza-Barris até sua nascente, encontrando o Paraguaçu e recuando até a calha do São Francisco, na Barra, iniciou-se uma ocupação de terras guiada pelo deslocamento ininterrupto do gado que foi introduzido por primeiro no recôncavo para abastecer as vilas que se formavam na costa, em torno dos engenhos de açúcar.

Este gado chegou ao que hoje se conhece como norte de Minas subindo o curso do grande rio, gerando ocupações esparsas, mas definitivas, e encontrando outra corrente vinda do sul e que lá também se estabeleceu e criou os arraiais de Matias Cardoso, Brejo do Salgado (atual cidade de Januária), Manga e São Romão. A região dos *currais da Bahia* ou *currais são-franciscanos* teve os primórdios de sua ocupação pouco antes dos descobertos auríferos nas *minas*

gerais, mas a intensificação dos deslocamentos que por ela transcorreram, os conflitos de que ela foi palco, a intensidade da riqueza que ela conheceu só aconteceram porque surgiram as *minas gerais*. A criação de gado e o comércio de mercadorias, que nela geraram tantas vilas e fazendas de criar, voltavam-se para o abastecimento das minas, de onde obtinham o ouro que encheu os alforjes de seus potentados, como Manuel Nunes Viana.

O rio São Francisco desde muito cedo facilitou o transporte e o contrabando. Deu vida aos arraiais que serviam de portos e passagem entre as margens. Alimentou trocas entre pontos distantes do território, permitindo que os sertanejos de Minas provassem o fumo fornecido pelas terras de Sergipe d'El Rei. Também o açúcar, a mandioca e a aguardente.

O mesmo rio viu escoarem por suas águas e margens centenas de arrobas de ouro que foram retiradas dos ribeirões do Espinhaço por negros escravos que não viveram para verem seus filhos fazerem o mesmo. O mesmo rio assistiu a transformação de suas vilas quando os pastos de suas margens perderam, para a Capitania de Rio Grande de São Pedro, o monopólio no fornecimento de carne para as *minas gerais*. Surgiram cidades que viveram do comércio que ele articulava, mas vieram as estradas de ferro, e ele foi abandonado como meio de transporte que conectou, durante dois séculos, vastas porções do Território Nacional.

Os chapadões da margem esquerda do São Francisco estendem-se pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Tocantins e tocam o sul do Piauí. Marcaram profundamente a ocupação de toda esta vasta porção do Brasil. Da mesma forma, o rio São Francisco afetou toda esta área e

ainda grande parte daquela que se espraia por sua margem direita, viabilizando a ocupação permanente, permitindo o contato entre grandes distâncias, alimentando inúmeros núcleos urbanos que em seu entorno foram surgindo. Assim, além do rio e das chapadas que se estendem por grande parte da região dos *currais da Bahia*, as vilas pobres, decadentes e estagnadas, outrora importantes centros urbanos de comércio fervilhante, também marcam a paisagem regional. Vilas que viveram em função dos contatos que o rio permitia ou que reuniam as praças de comércio que o gado fazia surgir, quando o abastecimento de *Minas* dependia dos *currais* baianos – usando a denominação certa de Carrara (2007). Concordando novamente com esse autor, as “coseduras interregionais” criadas a partir da extração do ouro nas “*minas gerais*” também aconteceram em relação à criação de gado (CARRARA, 2007). Para fugir ao monopólio da carne dos *currais* baianos – e todos os problemas que ele já havia causado – a Coroa portuguesa incentivou e promoveu a criação de uma região alternativa para o abastecimento das áreas de mineração – os campos de vacaria na Capitania de Rio Grande de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul).

Este fato desencadeou o esvaziamento econômico daqueles sertões já em fins do século XVIII. O dinamismo que caracterizou seus primórdios pode ser atestado pelas ruínas da Igreja Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Barra de Guaicuí, distrito de Várzea da Palma, Minas Gerais.

Ao longo dos Séculos XIX e XX, a região manteve sua importância como articuladora das porções Nordeste e Sudeste do Território Nacional, agora não apenas através do rio São Francisco, mas também a partir do surgimento de troncos ferroviários ligando Minas e Bahia, principal-

mente. Nesse período, ganha destaque a cidade de Montes Claros, grande centro regional buscado pela população de várias cidades não só de Minas como também do sudoeste da Bahia, já que a presença do rio facilita, em muito, a comunicação.

A ocorrência de municípios de grande extensão territorial e baixa densidade demográfica, a presença de grandes propriedades rurais com produção agrícola moderna e destinada à agroindústria, a dificuldade de articulação a grandes centros regionais devido à precariedade da malha rodoviária, além da intensa troca entre três grandes Unidades da Federação – Minas Gerais, Bahia e Goiás – caracterizam, hoje, o segmento territorial que um dia foi a região dos *currais da Bahia*.

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008



Foto 24: Encontro das águas do rio das Velhas com o São Francisco, em Várzea da Palma (MG).

Currais da Bahia na Literatura

Ao contrário do que ocorreu nas áreas de mineração, a região dos *currais da Bahia* não teve povoamento intensivo nem se caracterizou pelo surgimento de uma rede de cidades articuladas à atividade econômica que nela se desenvolveu. Não foi a fixação, mas antes o trânsito, a principal marca da região, tanto pela comercialização de produtos como pelo deslocamento dos animais. Junte-se a isso o fato de que esse trânsito foi por algum tempo proibido pela Coroa portuguesa e tem-se mais um elemento a contribuir na rarefação de população.

Levando-se em conta que a produção literária pressupõe a existência continuada de alguma concentração de população, tanto como elemento primordial para o surgimento de conflitos, como pela necessidade de público letrado para a produção e o consumo das obras, a inconstância, ou antes, a mobilidade da ocupação na região dos *currais da Bahia* não favoreceram o surgimento de obras que retratassem os processos que nela transcorreram em seus primeiros tempos.

Com isso, uma característica a ser apontada quanto à presença da região em romances nacionais diz respeito justamente à não contemporaneidade das obras. Dito de outra forma, as obras que dão visibilidade às características da região dos *currais da Bahia* foram escritas e vieram à luz quando a região já não existia como tal, ainda que a característica de área de trânsito permanecesse presente, mas não mais em função do transporte de mercadorias para as *minas gerais*.

Vários autores mencionam a região dos *currais da Bahia* como exemplo do que era percebido, em fins do Século

XVII e ao longo do Século XVIII, como sertão pela população residente nas *minas gerais*, tanto pelo fato de estar distante e não possuir vilas governadas por representantes da Coroa portuguesa, quanto pela imagem de área fora do alcance dos rigores e controles da lei (CUNHA; GODOY, 2003; CARRARA, 2007). O declínio na função de abastecimento de gado para as *minas gerais* ainda em meados do Século XVIII, em decorrência do surgimento dos campos de vacarias em Rio Grande de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul), não determinou a total desarticulação da região, que ainda permaneceu como importante contato entre Minas e Bahia, através do São Francisco. Manteve-se, no entanto, a fraca densidade populacional marcada pela concentração do povoamento junto às margens do rio e a dispersão de fazendas de gado ao longo das terras que o margeiam.

A presença do rio e toda a vida de relações que ele engendra, do gado e dos vaqueiros, assim como a convivência com a impunidade, tanto quanto com as injustiças muitas vezes praticadas pelos representantes do poder estabelecido, permaneceram como características da região e surgem nas tramas de romances que não tiveram a pretensão de retratá-la, mas de falar do sertão. Um certo sertão, percebido como lugar de homens que amam a liberdade, mesmo estando em permanente fuga, lugar de buscas interiores, de perigos e descobertas. Lugar de paisagens belíssimas e inesquecíveis. Esse sertão, com o qual a região dos *currais da Bahia* esteve associada durante mais de um século, e que dela guarda várias características, está retratado em obras clássicas da literatura nacional. Talvez a mais clássica delas – *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa – seja também a mais emblemática dessa região.

Estão nela presentes o rio, os chapadões, os jagunços, o gado, as grandes distâncias sem povoamento algum. Estão também as disputas dos fazendeiros da região, entre si e com os poderes do Estado. Mantém-se viva a relação do norte de Minas com a Bahia, surgida nos primórdios desse povoamento. Enfim, para os que não conhecem, grande parte do *Grande sertão: veredas* espraia-se pelo norte de Minas e passa pelos *currais da Bahia*, ainda que se possa sempre discordar da localização do sertão.

Outra obra indispensável para se conhecer a região dos *currais da Bahia* é o romance de Petrônio Braz, *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*, que conta a vida desse vaqueiro baiano que se criou em São Francisco, no norte de Minas, às margens do grande rio, e se tornou jagunço para fazer justiça pelas próprias mãos, depois de roubado e humilhado por autoridades locais. Para aqueles que se derem o trabalho, e o prazer, de ler os dois romances – *Grande sertão: veredas* e *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*, será interessante fazê-lo tendo à mão as cartas topográficas referentes às áreas percorridas por Riobaldo e Antônio Dó. Há grandes descobertas nos itinerários das duas personagens, principalmente no que diz respeito ao *Liso do Suçuarão*. A notoriedade de Antônio Dó muito se deveu à sua capacidade de fugir das perseguições policiais, além do próprio fato de que fosse vítima de grandes injustiças. O cenário de suas fugas sempre envolveu os chapadões do norte de Minas, oeste de Goiás, sul da Bahia, e o rio São Francisco em suas duas margens, mas, preferencialmente na margem esquerda. Ele também contou com a simpatia e a proteção de coronéis, por conta de suas diferenças com o poder do Estado. As duas obras aqui mencionadas são reveladoras do que há de mais representativo na região dos currais no norte de Minas.

Há vários outros romances que abordam a vida urbana dessa região, porém, nesses casos, os processos mais significativos da configuração regional não participam das tramas. Predominam os conflitos entre gerações, os contrastes entre a vida rural e a vida nas pequenas cidades, com seus preconceitos e eventos políticos locais. É o caso de *Maria Clara*, de Nazinha Coutinho, *Migo*, de Darcy Ribeiro, e *A menina do sobrado*, de Cyro dos Anjos.



Foto 26: Lápide no túmulo de Antônio Dó, Serra das Araras, em Chapada Gaúcha (MG).

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008.



Foto 25: Túmulo construído no suposto local em que estaria enterrado o corpo de Antônio Dó, próximo à Serra das Araras, em Chapada Gaúcha (MG).



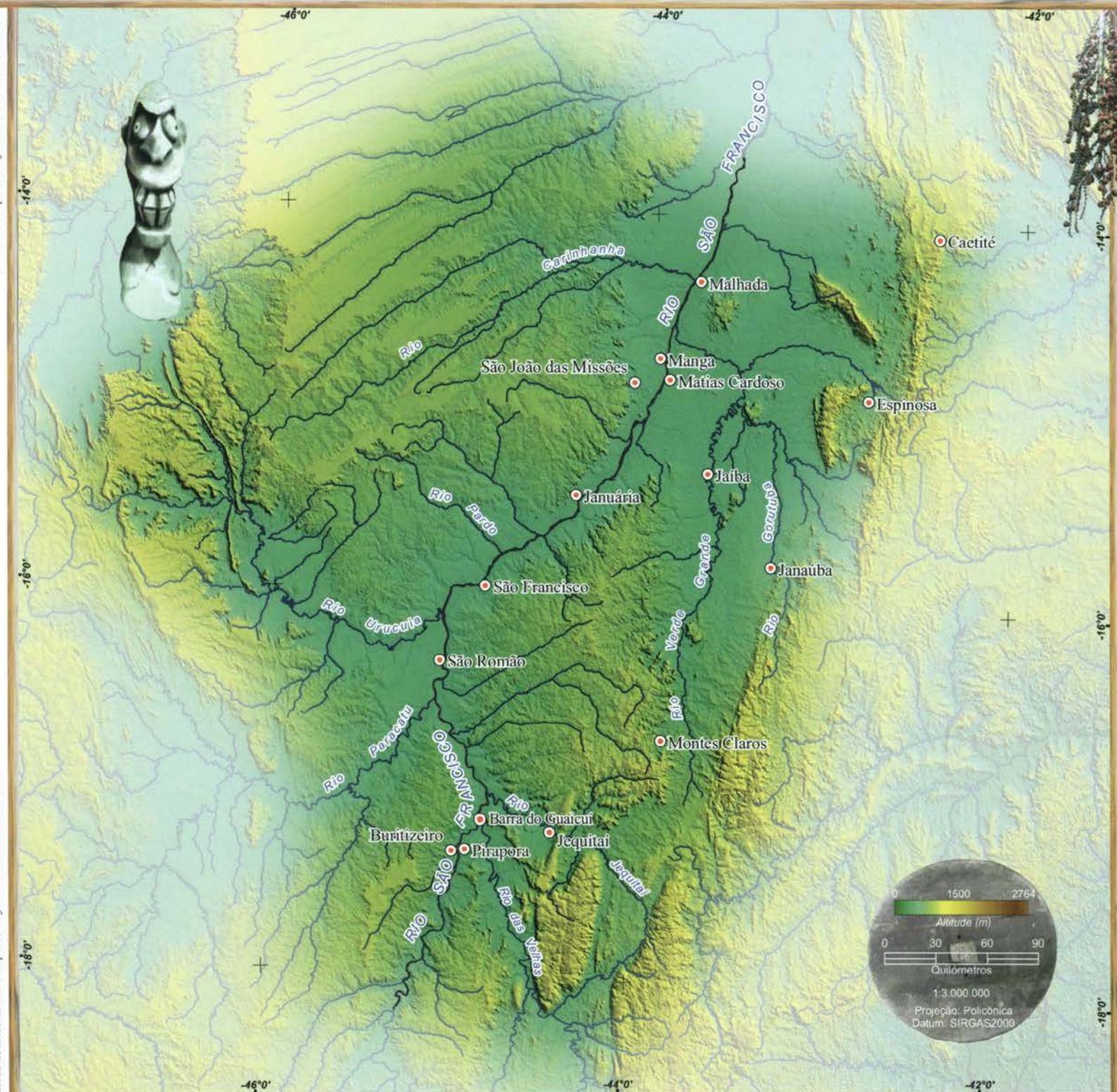
Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008.

Foto 27: Rio Preto, na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha, (MG). Aqui Antônio Dó se refugiava da polícia.

Região dos Currais da Bahia (Séc. XVII e XVIII)

Carranca: Adaptado de José Osmar Mendes da Silva

Roda de carro de boi: Adaptado de José Onaldo Meireles Rocha



Galho de Buriti: Adaptado de Marco Antônio de Carvalho Oliveira

Região e Romance

A tarde do dia 5 de junho de 1895, chegava ao fim.

Na beira do rio, em São Francisco, Fabrício Pacifico Viana, em plena juventude, olhava a chegada de uma barca que vinha de São Romão ou Pirapora, descendo o rio.

Observando a barca, pensou: *Ela vai descendo pra Babia. Volto pra lá, não. De lá eu vim.*

Antes mesmo que a barca ancorasse, ele observou que um padre era um dos passageiros. Existiam outros viajantes.

Fabrício Viana trazia na mão uma gaita rústica feita de taboca, por ele mesmo engendrada. Enquanto a barca se aproximava, os barqueiros realizando as últimas manobras, ele retirava da gaita sonoras melodias.

O fato chamou a atenção de um outro rapaz, passageiro da barca.

Amarrada a embarcação, o rapaz saltou, antes mesmo de ser instalada a prancha para o desembarco, e aproximou-se de Fabrício, apresentando-se:

- *Meu nome é Elpídio.*

Fabrício, levemente assustado com a repentina apresentação, informou:

- *O meu é Fabrício.*

Elpídio olhou para a gaita e disse:

- *Você toca muito bem nessa gaita.*

- *É, eu gosto de tocar.*

- *Você aprendeu música aqui nas Pedra?*

- *Aprendi, não. Eu toco aí sem sentido, de ouvido.*

- *Eu também toco gaita, do mesmo jeito. Aprendi música, não.*

Fabrício, mudando de assunto, perguntou:

- *Pra donde você tá indo?*

- *A gente tá indo morar na Babia com o Pe. César. Eu morava com minha mãe na casa de Pe. César, lá em São Romão. Agora ele tá indo morar na Babia.*

- *Eu sou baiano. Vim da Babia com minha família, faz tempo. Volto pra lá, não. De lá eu vim e num pretendo voltar, não. Todo mundo que quer melhorar de sorte sobe o rio, ninguém desce a corrente, não.*

Fabrício olhou para a barca e continuou:

- *Se você tomar assunto vai ver que toda cidade da beira do rio só cresce pra cima, cresce pra baixo, não.*

- *Tinha pensado isso, não. Mas é verdade. Lá em São Romão o povo só constrói casa pra banda de cima da cidade. A banda de baixa vai acabando.*

- *Volto pra Babia, não. É daqui pra cima.*

- *Você me espera. Vou lá na barca apanhar minha gaita.*

Petrônio Braz

Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó, 2006, p. 175



Foto 28: Vereda da Onça, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha (MG).

O senhor está me causando problemas. Não faz tempo, atendendo a uma queixa de seu Maurício, aqui presente, mandei dois praças na Boa Vista pra evitar uma agressão de vosmecê ao mesmo Maurício... O senhor não sendo casado e não tendo procuração não pode defender os direitos da mulher com quem apenas convive, já que é amancebado.

Antônio Dó hesitou, parecia-lhe um grande absurdo o que estava acontecendo. Sentiu as pulsações de seu coração se acelerarem.

- Eu nunca pretendi agredir Seu Maurício.

O capitão chicoteou-o com o olhar.

- Cale a boca – gritou o oficial, exaltado. - O senhor só fala quando for autorizado.

Aconteceu tão de repente, que amedrontou Antônio Dó. Foi como se levasse um tapa. Engoliu em seco, agitado. Seus olhos adquiriram um brilho excitado; o queixo tremia. Sua mente entrou em estado de ebulição. Ele abaixou a cabeça e começou a esfregar as mãos uma de encontro à outra, impaciente.

Desperto do momentâneo torpor, Antônio Dó pensou: *Isso num tá me cheirando bem.*

Petrônio Braz

Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó, 2006, p. 224

Antônio Dó disse:

- *Vosmecê segue com seu pessoal direto pra delegacia. Eu vou rodear por baixo, pela beirada do rio e a gente encontra no mercado.*

- *Tá certo. Vou mostra pro canalha do Tte. Alcides como é que se fuzila gente inocente e se desfeita um homem.*

Andalécio reuniu seus camaradas e, com ódio e decisão em busca de sua dignidade perdida, entrou precipitado na cidade, atirando-se ao perigo sem prever as consequências. Na primeira arrancada olhou para trás e viu Antônio Dó ainda parado.

Um cão vadio, amedrontado, correu pela rua à frente do bando, em busca de um lugar de proteção.

Sem animação, Antônio Dó, tardio em sua decisão, com prudência e segurança, ficou a olhar para Andalécio, aparentemente absorto.

Com o braço direito, Antônio Dó, fez-lhe sinal para que prosseguisse. Ele olhou mais uma vez para a cidade, sem entrar nela.

Fixando suas vistas em Andalécio, que seguia em frente, pensou: *Ele tentou me usar pra lavar a honra dele. Pobre idiota.*

Voltando-se para Martinho Berto, disse:

- Nós vai voltar. O que tá feito, num tá por fazer.

Com mostras de satisfação, Antônio Dó retornou, com seus camaradas, pelo mesmo caminho e logo buscou atravessar o rio de volta para a vereda da Aldeia. Andalécio estava sendo punido. Consigo mesmo ia pensando: *Tou acabando com meus inimigos sem pegar neles. Maroto e Sancho Ribas tá afastado da política, sem força. Chico Peba desapareceu, o delegado Anacleto e Marcelino já entregou a alma pro tinboso e Andalécio já deve de tá morto. Deus é grande. Louvado seja ele.* Ele não se reconciliaria com nenhum de seus inimigos.

Petrônio Braz

Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó, 2006, p. 505

[...] Daí em longe, os brejos vão virando rios. Buritizal vem com eles, buriti se segue, segue. Para trocar de bacia o senhor sobe, por ladeiras de beira-de-mesa, entra de bruto na chapada, chapadão que não se devolve mais. Água ali nenhuma não tem – só a que o senhor leva. Aquelas chapadas cumpridas, cheias de mutucas ferroando a gente. Mutucas! Dá o sol, de onda forte, dá que dá, a luz tanta machuca. Os cavalos suavam sal e espuma. Muita vez a gente cumpria por picadas no mato, caminho de anta – a ida da vinda...

[...] Dali vindo, visitar convém ao senhor o povoado dos pretos: esses bateavam em faisqueiras – no recesso brenho do Vargem-da-Cria donde ouro já se tirou. Acho, de baixo quilate. Uns pretos que ainda sabem cantar gabos em sua língua da Costa. E em andemos: jagunço era que perpassava ligeiro; no chapadão, os legítimos coitados todos vivem é demais devagar, pasmacez. A tanta miséria. O chapadão, no pardo, é igual, igual – a muita gente ele entristece: mas eu já nasci gostando dele. As chuvas se temperaram...

[...] que o Liso do Suçuarão não concedia passagem a gente viva, era o raso pior havente, era um escampo dos infernos. Se é, se? Ah, existe, meu! Eh... Que nem o Vão-do-Buraco? Ah, não, isto é coisa diversa... por diante da contravertência do Preto e do Pardo... Também onde se forma calor de morte – mas em outras condições... A gente ali rói rampa... Ah, o Tabuleiro? O senhor então conhece? Não, esse ocupa é desde a Vereda-da-Vaca-Preta até o Córrego Catolé, cá em baixo, e de em desde a nasença do Peruaçu até o rio Cochá, que tira da Várzea da Ema. Depois dos cerradões das mangabeiras.

João Guimarães Rosa

Grande sertão: veredas, 1988, p. 22

Nada, nada vezes, e o demo: esse, o Liso do Suçuarão, é o mais longe – pra lá, pra lá, nos ermos. Se emenda com si mesmo. Água, não tem. Crer que quando a gente entesta com aquilo o mundo se acaba: carece de se dar volta, sempre. Um é que dali não avança, espia só o começo, só. Ver o luar alumando, mãe, e escutar como quantos gritos o vento se sabe sozinho, na cama daqueles desertos. Não tem excrementos. Não tem pássaros.

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 25

Mas pudemos chegar até na beira do dos-Bois, e na Lagoa Suçuarana, ali se pescou. [...] Matou-se uma capivara gorda, por fim. Dum geralista roto, ganhamos farinha-de-buriti, sempre ajudava. E seguimos o corgo que tira da Lagoa Suçuarana, e que recebe o do Jenipapo e a Vereda-do-Vitorino, e que verte no Rio Pandeiros – esse tem cachoeiras que cantam, e é d'água tão tinto, que papagaio voa por cima e gritam, sem acordo: – É verde! É azul! É verde! É verde!... E longe pedra velha remeleja, vi. Santas águas, de vizinhas.[...]

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 43

[...] O Alípio, preso, levado para a cadeia de algum lugar. Titão Passos? Ah, perseguido por uma soldadesca, tivera de se escapar para a Bahia, pela proteção do Coronel Horácio de Matos. Só mesmo João Goanhá era quem ainda estava. Comandava saldo de uns homens, os poucos. Mas coragem e munição não faltavam.

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 53

Meu rio de amor é o Urucuia. O chapadão – onde tanto boi berra. Daí, os geris, como capim verdeado. Ali é que vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açoite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoada trovoando. Vaqueiros todos vaquejando. O gado esbravaçava. A mal que as notícias referiam demais a cambada dos Judas, aumentável, a corja!

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 59

Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe.

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 83

Marco Antônio de Carvalho Oliveira, 2007



Foto 29: Vereda na estrada entre Pirapora e Montes Claros (MG).

Sobre pequeno porto de rio na bacia do São Francisco
Se deu há tanto, faz tanto, imagine: eu devia de estar com uns quatorze anos, se. Tínhamos vindo para aqui – circunstância de cinco léguas – minha mãe e eu. No porto do Rio-de-Janeiro nosso, o senhor viu. Hoje, lá é o porto do seo Joãozinho, o negociante. Porto, lá como quem diz, porque outro nome não há. Assim sendo, verdade, que se chama,

no sertão: é uma beira de barranco, com uma venda, uma casa, um curral e um paiol de depósito. Cereais. Tinha até um pé de roseira. Rosmes!...Depois o senhor vá, verá. Pois, naquela ocasião, já era quase do jeito. O de-Janeiro, dali abaixo meia-légua, entra no São Francisco, bem reto ele vai, formam uma esquadria. Quem carece, passa o Rio de-Janeiro em canoa – ele é estreito, não estende de largura as trinta braças. Quem quer bandear a cômodo o São Francisco, também principia ali a viagem. O porto tem de ser naquele ponto, mais alto, onde não dá febre de maresia.

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 84

Pois tinha sido que eu acabava de sarar duma doença, e minha mãe feito promessa para eu cumprir quando ficasse bom: eu carecia de tirar esmola, até perfazer um tanto – metade para se pagar uma missa, em

alguma igreja, metade para se pôr dentro duma cabaça bem tapada e breada, que se jogava no São Francisco, a fim de ir, Bahia abaixo, até esbarrar no Santuário do Santo Senhor Bom-Jesus da Lapa, que na beira do rio tudo pode. Ora, lugar de tirar esmola era no porto. Mãe me deu uma sacola.[...]

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. Grande Sertão: Veredas. p. 85

- Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada!

João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas, 1988, p. 94

Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2007



Foto 30: Vaqueiro e carro de bois (diamante e restaurante), em Morro da Garça (MG).

A região de Cural d'El Rei e entorno na Geografia

A toponímia registra de forma didática as funções que estão na origem dessa região. Cural d'El Rei e entorno pertenciam a uma das zonas curraleiras de Minas Gerais que ao longo do Século XVIII e parte do Século XIX garantiram o abastecimento alimentar das áreas de mineração.

As bandeiras paulistas que entraram em Minas na busca de ouro, prata e esmeraldas, desde a segunda metade do Século XVII, atingiram vários pontos do território da capitania e criaram vilas e povoados, não apenas nas áreas em que encontravam ouro, mas também ao longo dos caminhos que percorriam nessa busca. Nesse processo, vasta extensão do que hoje compõe a região norte de Minas já havia sido atingida quando as notícias da ocorrência de ouro nas cristas do Espinhaço provocaram rápido e denso deslocamento de população para as *minas gerais*. Em outra frente de expansão, os *currais da Bahia* também haviam provocado a chegada do gado – e de fazendeiros – a essa mesma região.

A sincronicidade desses eventos não permite, ou pelo menos não aconselha, arriscar uma primazia nos processos de ocupação da Capitania de Minas Gerais, tampouco de sua porção norte. Tanto as bandeiras paulistas vindas do sul, especificamente a de Matias Cardoso, dando continuidade à exploração iniciada por Fernão Dias, em 1674 (VASCONCELOS, 1999), quanto a expansão dos currais de gado pelas sesmarias doadas às famílias Garcia D'Ávila e Guedes de Brito, nas duas margens do São Francisco (ANTONIL, 1997; VASCONCELOS, 1999; BANDEIRA, 2001; CARRARA, 2007), alcançaram a barra do rio das Velhas e as terras de uma margem e outra até a nascente, antes mesmo que o Século XVII tivesse apagado suas luzes.

Carrara admite essa mesma sincronicidade e utiliza o ano de 1674 como baliza para o início da ocupação de Minas Gerais:

1674 é um emblema. Nesse ano foram iniciados os dois movimentos de ocupação das terras da Capitania. Um, partindo de São Paulo, e outro da Bahia. O primeiro buscando ouro e pedrarias, e o segundo, pastos para a criação de gado (CARRARA, 2007, p. 52).

Mais importante que determinar a primazia da ocupação é constatar que a área já estava ocupada, principalmente pela criação de gado, quando colocou-se a necessidade do abastecimento das *minas gerais*.

A febre do ouro se fez acompanhar de um povoamento não menos febril, com crises de fome avassaladoras nos primeiros anos do Século XVIII (VASCONCELOS, 1999; CARRARA, 2007; STRAFORINI, 2007). Estes eventos tornaram as áreas de criação ao longo das margens do rio São Francisco no norte de Minas, onde hoje estão os Municípios de Januária, São Francisco, São Romão, Matias Cardoso, Montes Claros, Brasília de Minas e Manga, entre outros, pontos estratégicos do território, não só por viabilizar o contato com a Bahia, de onde vinham outros produtos, como também pelo fato de serem áreas de criação de gado, indispensável à manutenção das populações das *minas gerais*. Vai daí que o gado criado nos *currais são-franciscanos* chegava às *minas gerais* pela estrada da Bahia, que subia o curso do rio das Velhas até o registro de Abóboras (VASCONCELOS, 1999; CARRARA, 2007), justamente nas proximidades do que veio a ser chamado de curral d'El Rei.

A topografia da região, “um bello sítio com optimas terras de cultura e magníficos pastos para criação” (BARRETO, 1928, p. 30), fez dela parada obrigatória para o descanso

das boiadas que passavam pelo registro, antes de seguirem jornada em direção às vilas mineiras.

Segundo Barreto (1928), nas proximidades da fazenda do Cercado, constituída pelo bandeirante João Leite Ortiz, veio a se estabelecer, por determinação da Coroa portuguesa, o **registro** das Abóboras (junto a um ribeirão de mesmo nome), onde era feito o recolhimento dos impostos sobre ouro, escravos, gado bovino e cavalari e todas as mercadorias que por aí passassem com destino às *minas gerais* (BARRETO, 1928). A maior parte do movimento do registro era devida ao trânsito de gado e alimentos. O gado recolhido para pagamento à fazenda real ficava retido num curral, em função disso nomeado Curral d'El Rei. O povoado que se estabeleceu próximo ao registro recebeu o nome de Contagem das Abóboras (BARRETO, 1928).

A existência do Curral d'El Rei acabou sendo determinante para que a região se consolidasse como uma nova área de criação, diferente daquela existente mais ao norte – os *currais da Bahia*. É preciso identificar os elementos que diferenciam uma região da outra.

O fato de estar mais próxima à área de mineração é um primeiro aspecto a ser levado em conta. A região do entorno de Curral d'El Rei caracterizou-se, num primeiro momento, como área de atividade mineradora, já que sua ocupação foi inicialmente determinada pela ocorrência de ouro em seus ribeirões. Assim, algumas localidades dessa região vão apresentar características tanto das *“minas gerais”* – presença de arraiais e povoados, estruturas administrativas da Coroa portuguesa, vias de articulação dessa área com os arraiais de Sabará, Caetés, Vila Rica e Ribeirão do Carmo, envolvimento nos conflitos desencadeados pela cobrança do quinto – quanto aspectos da

região de currais – baixa densidade demográfica, conflitos envolvendo a propriedade da terra, predominância da atividade pecuária nas economias locais.

Pitangui é um caso clássico dessa mescla de influências – mineração x currais. O início de sua ocupação deve-se à ocorrência de veios auríferos no ribeirão que ficou conhecido por este nome. Carrara (2007) refere-se a Pitangui como uma localidade em meio à zona curraleira, enquanto Vasconcelos (1999) insere Pitangui no capítulo referente aos primeiros descobrimentos do ouro. Também Barreto (1928, p. 62) menciona a “cobrança de uma arroba de ouro dos quintos de Pitangui”, em 1714. Assim, apesar de notícias da ocorrência de aluviões de ouro em Curral d'El Rei e seu entorno, foi a ocupação curraleira que se estabeleceu definitivamente na região e marcou seu desenvolvimento no Século XVIII, período em que a capitania viveu o auge e o declínio da mineração.

Com a rápida e densa ocupação da região mineradora, tornou-se vital para a Coroa portuguesa buscar o controle de acesso da população, da ocupação da terra e dos deslocamentos de mercadorias e pessoas. Como o período inicial da ocupação foi caótico, devido principalmente à escassez de alimentos, garantir o abastecimento da região e controlar a saída do ouro para recolher o imposto devido passaram a ser objetivos norteadores da ação portuguesa no território colonial. A construção dos caminhos e a instalação dos registros, bem como a criação de vilas e nomeação de funcionários da Coroa, foram a expressão prática desses objetivos (STRAFORINI, 2007).

Outro elemento muito importante para o alcance dos objetivos da Coroa portuguesa no território colonial diz respeito ao acesso e regularização da posse da terra.

Ele foi também um diferencial na caracterização da região do Curral d'El Rei e entorno, aproximando-a, neste quesito, da região das *minas gerais* e distinguindo-a dos *currais da Bahia*.

Comparando a região das *minas gerais* com a dos *currais* quanto à estrutura da propriedade da terra, Carrara destaca:

Categories primeiras da percepção geográfica setecentista, as “minas” e os “sertões” conformaram igualmente duas paisagens rurais distintas. Uma, nas áreas de ocorrência das jazidas minerais ou à beira das principais estradas e caminhos que lhes acessavam, compreendiam os sítios. Outra, sertaneja, curraleira, abrangia fazendas (CARRARA, 2007, p. 187).

Ainda segundo Carrara, também é possível distinguir a velocidade da mudança de titularidade nas primeiras frente à permanência no caso das segundas:

Há que considerar um fato fundamental: as concessões sesmarias têm um significado distinto nas *minas* – isto é, os núcleos mineradores originais – e nos *currais*. Nas primeiras, as sesmarias foram instrumentos secundários de legitimação da propriedade, visto que a velocidade com que as terras eram compradas e vendidas diminuía a necessidade de recurso às petições. O ritmo da mudança dos proprietários das terras ocupadas se dava em grau máximo devido à máxima circulação de moeda (ouro em pó) nessa região. Já nos currais, mesmo que participassem ativamente de diversos espaços econômicos internos da Capitania, a circulação monetária era relativamente muito menor [...] Daí o lugar diferente ocupado pelas sesmarias nessas regiões: elas consolidavam um domínio mais duradouro, na falta de outros instrumentos legais, como escrituras de compra e venda (CARRARA, 2007, p. 164-165).

Tanto num aspecto quanto no outro, a região de Curral d'El Rei e entorno apresentou comportamentos que ora a aproximavam das áreas de mineração, ora da zona curraleira, mas um episódio relatado por Carrara (2007) é esclarecedor dos processos que molduram e diferenciam, ao longo do tempo, as duas regiões de currais. Trata-se da disputa

em torno da legitimidade da posse e usufruto de terras situadas entre a barra do rio das Velhas e a localidade de Papagaios, em princípios do Século XVIII. A disputa opôs, de um lado, Isabel Guedes de Brito, herdeira de uma das maiores propriedades do Brasil colonial – o morgado Guedes de Brito – e, de outro, os interesses do representante da Coroa portuguesa, o governador da capitania, D. Pedro de Almeida – Conde de Assumar.

Isabel reclamava junto à Coroa portuguesa o reconhecimento de seu direito às terras, que compunham a sesmaria recebida por seus ascendentes como paga de serviços prestados ao governador da Bahia nas conquistas dos sertões e no combate ao gentio bárbaro. A referida sesmaria estendia-se, em 1708, de Morro do Chapéu, na Bahia, até Pitanguí, Minas Gerais, por toda a margem direita do São Francisco. A polêmica em torno da manutenção de titularidade da posse e o conseqüente direito de cobrança de foro para o *morgado* da Casa da Ponte, da família Guedes de Brito, é decidida em favor daqueles que efetivamente ocupavam a terra e nela produziam (CARRARA, 2007, p. 178-185). A herdeira, D. Isabel Maria Guedes de Brito, só teve reconhecidos seus direitos sobre “a porção do território mineiro contígua à Bahia” (CARRARA, 2007, p. 85).

Carrara (2007) concorda com a avaliação de Simeão Ribeiro Pires, 1979, segundo a qual os acontecimentos nas primeiras décadas do Século XVIII em Minas – inclusive a guerra dos Emboabas – têm como pano de fundo a questão jurisdicional (PIRES, 1979 apud CARRARA, 2007, p. 177). De fato, a mesma Coroa portuguesa que havia legitimado a doação de terras em sesmarias, feita pelo governador geral do Brasil à família Guedes de Brito,

revogou tal decisão quando esteve em questão garantir o abastecimento das *minas gerais*, fazendo valer o parecer do governador das Minas, D. Pedro de Almeida.

Esta regularização da posse de terras cultivadas, esse reconhecimento dos direitos daqueles que trabalham a terra ou, ainda, daqueles que solicitam o título de terras onde se estabeleceram e construíram benfeitorias é um importante critério diferenciador das regiões de Curral d'El Rei e entorno e *currais da Bahia*. Nestes últimos, ainda por muito tempo a regularização tardou, os direitos civis tinham vida frágil e efêmera, a posse da terra dependeu mais da capacidade (bélica) de mantê-la, do que propriamente da presença de qualquer figura de autoridade que pudesse interceder pelos interesses da lei.

Assim, a região de Curral d'El Rei vai apresentar maiores e mais frequentes ligações com as *minas gerais*, vilas que também tiveram sua origem ligada à mineração do ouro e que, portanto, também vão apresentar funções urbanas organizadas já no Século XVIII.

Curral d'El Rei foi escolhida para a construção da capital mineira em fins do Século XVIII, o que afetou a dinâmica econômica de seu entorno, no entanto, a região que se espria a oeste em direção ao São Francisco, onde estão situadas hoje as cidades de Pitangui, Pitangui do Onça, Pequi, São Gonçalo do Abaeté, Pará de Minas, Papagaios, Pompéu, Bom Despacho e Dolores do Indaiá, entre outras, não viveu esta mesma dinâmica. A atividade criatória ainda caracteriza boa parte destes municípios, com destaque para Bom Despacho, onde se realiza importante exposição pecuária de alcance nacional.



Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2007

Foto 31: Pastos atingidos por queimadas, BR-135, entre Curvelo e Morro da Garça (MG).

A região de Curral d'El Rei e entorno na Literatura

Pelo fato de ser uma região híbrida, com elementos de duas outras com as quais se relacionou desde sempre, a região de Curral d'El Rei vai estar presente num conjunto maior de obras da literatura nacional, se comparada à dos *currais da Bahia* e, até mesmo, à área de mineração.

Além disso, em função de uma rede de cidades mais dinâmica, a existência de possíveis escritores bem como de público leitor torna-a mais predisposta à produção literária.

Como região que reúne em si características mescladas, Curral d'El Rei guarda marcas tanto das *minas gerais*, caso da cidade de Pitangui, quanto dos áureos tempos de atividade curraleira.

A obra de Guimarães Rosa também percorre essas paragens, tanto no clássico já mencionado, *Grande sertão: veredas*, quanto em novelas como *O Recado do Morro*, *Campo Geral* ou *Buriti*, todas publicadas em *Corpo de baile*. As características da região estão presentes em aspectos, tais como a existência de personagens que representam fazendeiros, grandes proprietários de terras, que conhecem e controlam a extensão de suas propriedades. Há situações em que personagens referem-se ao norte de Minas como o sertão, ora para designá-lo como área sem lei, ora com nostalgia de um lugar de felicidade. No romance *Grande sertão: veredas*, o próprio Riobaldo transita ao longo de sua vida entre uma e outra região. Sempre que se refere ao desejo de se casar e constituir família, encaminha seus pensamentos para a região, entre os afluentes da margem direita do São Francisco – Abaeté, Borrachudo e Indaiá.

O primeiro encontro com Diadorim acontece na barra do Rio de Janeiro com o São Francisco, próximo à cidade de Três Marias.

Já a novela *Recado do Morro*, por outro lado, se passa no limiar entre a zona curraleira próxima à capital – Belo Horizonte – e o que a personagem Pedro chama de boca do sertão – Curvelo.

A existência de propriedades estabelecidas, a proximidade com cidades, e a referência a outros lugares como sendo o sertão são algumas das características presentes nas obras que tratam da região de Cural d'El Rei e entorno.

Ao mesmo tempo, a região guarda marcas do período em que esteve ligada à mineração. A cidade de Pitangui, por exemplo, ostenta igrejas tão suntuosas quanto as que encontramos na região das *minas gerais*. Talvez o romance mais emblemático dessa região seja *Sinhá braba*, de Agripa Vasconcelos. A personagem realmente existiu e deixou fama

que perdura até hoje. Dona Joaquina do Pompéu, a sinhá braba do título, foi a maior latifundiária do Brasil imperial e impunha respeito e até medo numa sociedade patriarcal por excelência.

O romance retrata as relações de Pompéu e Pitangui com a corte no Rio, para onde eram enviadas, periodicamente, centenas de cabeças de gado da fazenda de Dona Joaquina, para sustentar a família real e todos que com ela vieram para o Brasil. *Sinhá braba* era filha de um padre de Mariana que migra para o Pompéu, onde adquire grande extensão de terras.

O próprio trânsito das personagens entre Pompéu e as *minas gerais* já revela parte da identidade da região construída, justamente, a partir desse intercâmbio que está em suas origens. Nela, também a fazenda recebe com frequência as figuras de maior destaque na sociedade local, como o padre, o prefeito, juízes e outros fazendeiros, revelando uma estrutura social em que participam tanto segmentos tipicamente urbanos quanto rurais, característica que melhor individualiza a região do Cural d'El Rei e entorno quando comparada às duas anteriores – *minas gerais* e *currais da Bahia*.



Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008

Foto 32: Barra do rio de Janeiro com o São Francisco, próximo à barragem de Três Marias (MG).

Região de Curral d'El Rey e entorno (Séc. XVIII)



Bois: adaptado de Marco Antônio de Carvalho Oliveira

Roda de carro de bois: adaptado de José Orlando Meireles Rocha

Fontes: Mapa da série Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 2.500.000. Adaptado; Malha municipal digital. Rio de Janeiro: IBGE, 2006; e Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2007. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: fev. 2007.

Região e Romance

Quando o feitor foi falar com a senhora, havia visitas de Pitangui e Bom Despacho do Peião. Um de Bom Despacho pensou alto:

- Choro... Por que chamam Choro a esse curral, Dona Joaquina?

- No tempo da fartura do ouro-de-veio de Pitangui, isso para 1717 ou 18, um peregrino apareceu na grupiara do Lavrado, pedindo para batear. Os escravos se riram dele: pedir para batear sem ter chão, sem possuir bateias?... Era mesmo de fazer rir, até que apareceu razão para fazer chorar. O dono da lavra era Garcia Rodrigues Pais, que achou graça no ingênuo pedido.

- De onde é você? - perguntou.

- De Carunhanha.

- Lá tem ouro? Vossuncê sabe batear?

- Tem não. Sei não.

- Pois vou lhe dar uma braça quadrada, com meia braça de fundura. O que achar em meio dia de serviço, é seu. Pegue aí o alvião e a bateia.

Pois em 2 horas o novato apurou nessa pouca de terra 5 libras de ouro do melhor toque. Os paulistas eram honrados e Garcia sustentou o que prometera; deixou o moço levar o ouro. O coitado não possuía um vintem furado e fizera o pedido por simplicidade. Com o ouro num baú, partiu, mas tinha que atravessar o rio Paraopeba, em canoa de pescador. O rio estava cheio e quando o rapaz pulou na canoa que não encostara bem, o baú de ouro caiu na água. O dono mergulhou em cima. Não achou o perdido. Foi em vão a ajuda do pescador. Perdeu mesmo o que lhe chegara às mãos por tanta sorte. Aí, desabalou num choro tão grande que fazia pena. Começaram a contar o caso, do lugar do choro. O pranto do infeliz deu nome ao lugar...

Agripa Vasconcelos
Sinhá braba, 1966, p. 376

O Vice-Rei, sabendo que nas Minas Gerais havia gêneros, apelou para o Capitão-General Governador daqui, pedindo socorro.

Outro mais grave empecilho apareceu: o Governador não tinha dinheiro para comprar o que pediam com faminta urgência, nem os mineiros, desconfiados, confiavam em mandar as mercadorias a crédito.

O Governador da Minas apelou então para Dona Joaquina, por todos reconhecida como capaz de aplacar a fome dos emigrados. A fazendeira atendeu aos aflitivos apelos do Capitão-General. Começou a suprir a goelas reinois de carne, farinha, rapadura, milho, toucinho e feijão. Não perguntou quem pagava – mandou tropas sobre tropas para a capital do reino.

Os caminhos afundavam com o pesado trotar dos lotes. E o Rio tudo devorava, com a gula que viera de além-mar. O Regente Dom João, sabendo do que se dera, indagou com bonomia:

- Quem é essa senhora, que nos abastece tão regiamente?

- É uma Dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, rica fazendeira da hoje Província das Minas Gerais. Tudo que estamos consumindo vem do seu latifúndio do Pompéu.

Agripa Vasconcelos
Sinhá braba, 1966, p. 248

Dois meses, três meses passaram, até que o Pompéu recebeu a visita do Alferes dos Dragões do Reino João Alves Sequeira, levando uma carta do magistrado Antônio Luis Pereira da Cunha, futuro Marques de Inhambupe e que fora ouvidor em Sabará, carta mandada entregar em mãos pelo Governador das Minas.

Joaquina respondeu, maneirosa, que não podia mais suprir o Rio pois, a começar de Queluz, vinham taxando seus produtos como se eles não fossem a pedido e em nome do Regente, para socorrer uma população de 45.000 almas, desprovida de tudo...

Depois de obrear a carta escrita com pena de ganso, especialmente aparada para ela, Dona Joaquina falou, decidida, para os presentes:

- Na Vila de Queluz estão assaltando para roubar, com mais descaramento do que na Serra da Mantiqueira.

O baiano agora apelava para a mineira e a mineira se fazia de rogada.

Retiraram-se os impostos sobre os produtos do Pompéu, exceção única dos anais do Fisco de então.

Agripa Vasconcelos
Sinhá braba, 1966, p. 249

Regularizada a vida comercial da Côrte, Dona Joaquina ficou benquista da Família Real e foi convidada a ir conhecê-la, o que agradeceu e nunca foi.

- Não sou mulher dessas alturas. Para quê? Não quero do Real Regente e Nobilíssima Família senão a complacência da amizade.

Pois um dia Joaquina recebeu na sua fazenda, como presente, um mimo de Sua Alteza o Regente Dom João: um cacho de bananas de ouro. Eram 9 bananas de ouro maciço, de tamanho normal. Esse presente foi visto por testemunhas da própria família do Pompéu, o que revelaram por ciência própria a seus descendentes.

[...] Em Pitangui foi grande o entusiasmo que o presente real provocou.

[...] Apesar de todas essas grandezas, Dona Joaquina não descuidava da administração do seu latifúndio, cuja engrenagem se movia perfeitamente controlada. Não inchava de vaidade ao ser considerada pessoa benquista na Côrte, como na sua Província.

O Pompéu tornou-se um celeiro das vilas mineiras e a carne consumida no centro provincial era de gado gordo dos seus campos.

Agripa Vasconcelos
Sinhá braba, 1966, p. 270-271

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos, 2008



Foto 33: Chapada vista a partir da barra do rio de Janeiro com o São Francisco.



Foto 34: Vista da Chapada Diamantina (BA).

Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2007



O Sertões de Pima

Ao longo do Século XIX, a ideia de sertão como um lugar violento, distante das áreas onde se faz presente a autoridade do poder legalmente constituído, consolidou-se num movimento paralelo ao da urbanização brasileira. À medida que as cidades estavam concentradas na faixa litorânea e a capital federal aí estava estabelecida, o sertão firmou sua “existência” no imaginário nacional como localizado no meio rural, onde exerciam sua autoridade grandes proprietários de terras.

Em fins do Século XIX e primórdios do Século XX, a fraca presença do Estado como entidade mantenedora da ordem e protetora do cidadão fez do homem do meio rural um sertanejo, percebido como sujeito rude, bárbaro, não afeito aos modos da sociedade urbana “civilizada” (LIMA, 1999, p. 59-61)

A esse sertão negativo, no entanto, opôs-se uma visão de sertão como lugar da autenticidade, mas também da coragem. A ideia do sertanejo como “um forte”, no dizer clássico de Euclides da Cunha, impregnou por longo tempo o imaginário nacional. E ele era um forte porque o sertão era o lugar da dificuldade. Não mais o perigo das feras, dos animais, do sobrenatural, mas das condições precárias de vida, da violência dos coronéis e de seus prepostos.

A Chapada Diamantina, pelas características de seu sítio (difícil acesso em vários pontos), por sua localização – próxima à calha do rio São Francisco no oeste da Bahia – e pela ocorrência de diamantes em seus cursos de água, fato que gerou uma ocupação marcada pelas disputas em torno das áreas de lavras, bem como das melhores terras em seu entorno para a produção agrícola e pecuária, prestou-se, por muito tempo, a essa imagem de sertão onde a força é equipamento indispensável à sobrevivência e a coragem é artigo de destaque no caráter dos homens.

Não por acaso, foi palco da atuação de figuras marcantes no processo de unificação do Território Nacional na primeira metade do Século XX. Walfrido Moraes eternizou as histórias e personagens desses eventos em seu *Jagunços e heróis* (1963), um relato vibrante e apaixonado da resistência e derrota dos coronéis nesse processo, particularmente de Horácio de Matos.

Eram os coronéis os ocupantes do topo da pirâmide social nas lavras diamantinas (MORAES, 1963, p. 25). Controlavam as indicações para os cargos da administração municipal e estadual abrangendo, “sua influência todas as esferas do poder público que se configura, muitas vezes, não como um

elemento do Estado, mas, como um bem privado, familiar” (MORAES, 1963, p. 25). O encontro e o choque de variados grupos políticos na Chapada Diamantina constitui-se evento emblemático do processo de ocupação do território brasileiro.

Ainda segundo Moraes (1963), os grupos que se confrontaram nas lavras diamantinas representavam, de um lado, os habitantes do alto sertão são-franciscano, afeitos tanto às lidas com o gado quanto à atividade mineradora. De outro, os baianos vindos do Recôncavo, do litoral (MORAES, 1963, p. 27). O que se segue é a réplica, em proporções mais trágicas e mais prolongadas no tempo, do que fora a guerra dos Emboabas em Minas Gerais (1709-1710). Os baianos eram vistos como intrusos na Chapada pelos serranos. Plasma-se um clientelismo forte, fermentado na truculência e no arranca-rabo, segundo Moraes (1963).

Wilson Lins aborda os conflitos no sertão baiano como consequência da decadência das antigas oligarquias feudais, proprietárias de verdadeiros feudos herdados do período colonial. Em *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros* (1983), observa que esses setores, depois de perderem poder econômico com o fim do escravismo, viram sua influência política desaparecer com a queda da monarquia e a instauração da república. Para o autor, o coronelismo é algo como a “instituição” política que vem substituir o vazio de poder deixado pela falência da velha aristocracia rural (LINS, 1983, p. 61-62). Tanto Franklin Lins de Albuquerque (de Pilão Arcado), seu pai, quanto Horácio de Matos (de Lençóis, na Chapada Diamantina) representavam setores dinâmicos que se destacaram nessa nova conjuntura republicana, ameaçando a continuidade do poder de clãs estabelecidos desde o período colonial

(LINS, 1983, p. 66). No entanto, as contradições inerentes às classes dominantes fizeram com que Franklin, que (juntamente com João Duque, Rodrigo de Magalhães, Horácio de Matos, etc.) representava, no sertão, as forças nascentes do novo regime, fosse levado ao poder, em Pilão Arcado, com a ajuda dos remanescentes das velhas famílias feudais (LINS, 1983).

Pelo visto, não apenas o termo *sertão* designa espaços de personalidades variáveis, sem uma única conotação ao longo do tempo, como também é de se notar que o definir-se um determinado segmento do território como *sertão* não é suficiente para entendermos os processos que lá se desenrolam. O *sertão* é movediço em vários sentidos.

O surgimento de Horácio de Matos como liderança na região da Chapada Diamantina não representou o fim dos conflitos e das ações violentas, mas, ainda que seu poder tenha sido consolidado através das armas, não se pode deixar de atribuir à sua liderança a conquista da paz no sertão da Bahia em 1920. A assinatura do acordo firmado entre o interventor do governo federal, general Cardoso de Aguiar, e os representantes de Horácio de Matos, conhecido como o “Convênio de Lençóis” fez dele o “governador do sertão” (MORAES, 1963, p. 103).

A Revolução de 1930 e o projeto centralizador de Getúlio Vargas contribuíram fortemente para o esvaziamento do poder dos coronéis. O *Sertão de Cima* perdeu sua liderança mais destacada com o assassinato de Horácio de Matos, em 15 de maio de 1931, em Salvador, mas a Chapada Diamantina ainda guarda em suas cidades as histórias daqueles tempos de riquezas e lutas.

A Chapada Diamantina na Geografia

Estendendo-se de Jacobina a Livramento de Nossa Senhora, no sentido norte-sul, e de Andaraí a Brotas de Macaúbas e Gentio do Ouro, no sentido leste-oeste, a Chapada Diamantina teve sua ocupação associada à expansão da incorporação territorial promovida pela Coroa portuguesa, em sua busca por ouro e prata, e em seu combate e preamento aos índios hostis e aos colonizadores.

As características físicas de uma extensão territorial qualquer condicionam, mas não são suficientes para explicar sua ocupação. Sempre é preciso considerar outros elementos, como o contexto histórico em que ela ocorreu, as populações que nela estiveram envolvidas – tanto as que chegaram quanto as que já estavam estabelecidas – ou a vida de relações que desenvolveu com o seu entorno.

No caso da Chapada Diamantina, também denominada *Sertão de Cima*, esta constatação é particularmente necessária, uma vez que duas condicionantes geomorfológicas, cuja ocorrência já foi mencionada anteriormente, assumiram, aqui, papéis marcadamente diferenciados. Trata-se da serra do Espinhaço e do vale do rio São Francisco.

A Chapada Diamantina é uma continuação, em território baiano, da serra do Espinhaço. Os primórdios de sua ocupação vinculam-se tanto à busca de metais preciosos, que determinou a interiorização da ocupação no período colonial, quanto à extensão dos *currais da Bahia*, também denominados *currais são-franciscanos*, processo associado ao anteriormente mencionado. Assim, a busca de metais preciosos se fez acompanhar da solicitação, por parte dos empreendedores, de doações de sesmarias pela Coroa

portuguesa, nas quais a instalação de fazendas de criação – os currais de gado – tornou-se o subterfúgio de ocupação produtiva que nem sempre acontecia.

Como foi dito, no entanto, a presença das mesmas condicionantes geomorfológicas – a serra do Espinhaço e a calha do rio São Francisco – que no território mineiro geraram uma ocupação permanente e a criação de uma rede de cidades que garantiram não só a fixação de população como a presença de representantes da hierarquia de poder metropolitano, não foram suficientes para causar os mesmo efeitos em território baiano. E aqui é preciso mencionar que não se trata apenas da presença de uma formação rochosa – a serra do Espinhaço – mas, também, da ocorrência e descoberta de metais preciosos – inicialmente ouro e, posteriormente diamantes – com efeitos diferenciados, se comparados àqueles registrados nas *minas gerais*.

Vale observar mais de perto o que se passou em território baiano. Inicialmente, é necessário mencionar que a ocupação no Recôncavo é bem mais antiga, datando da primeira metade do Século XVI. Essa ocupação era mantida pela produção de cana-de-açúcar, que se estendia até o Recife e Olinda. De um lado, as vilas litorâneas precisavam combater as investidas de tribos indígenas hostis aos colonizadores. De outro, tinham a função de defender a costa dos ataques franceses, holandeses e espanhóis, interessados no comércio de mercadorias e na exploração de metais preciosos.

Com isso, a Coroa portuguesa se mostrava muito mais reticente quanto ao deslocamento e fixação de população no interior da capitania. Era preciso garantir a manutenção da produção açucareira na costa e a defesa do restante do território a partir dela. Era preciso evitar que se desse na Bahia o que já havia acontecido em Minas, ou seja, o desloca-

mento de grandes contingentes de população movendo-se da costa para o interior, em busca do enriquecimento fácil nas lavras, esvaziando o litoral onde havia a ameaça dos ataques de piratas e corsários franceses e holandeses (BANDEIRA, 2007).

Enquanto a preocupação com as bandeiras paulistas era de que criassem as bases para a efetiva exploração dos veios auríferos encontrados (STRAFORINI, 2007), na Bahia, assim como no restante da faixa litorânea onde estavam assentados os engenhos de açúcar, o foco estava na necessidade de defesa da costa, o que implicava em não haver novos elementos que atraíssem as atenções para o Recôncavo Baiano, por onde seria mais fácil chegar até as áreas de mineração, tanto baianas quanto mineiras.

A diferença de tratamento também está associada ao fato de que as *minas gerais* já estavam vivendo os problemas e conflitos advindos da ocupação quando foram encontradas as primeiras evidências minerais em Rio de Contas. É preciso lembrar que grande parte do que hoje conhecemos como norte de Minas pertencia, até a primeira metade do Século XVIII, à Capitania da Bahia (NEVES, 2007).

Assim, a ocorrência de ouro na Chapada Diamantina, mais exatamente em Rio de Contas e Jacobina, não desempenhou, em termos proporcionais, o mesmo papel que os descobertos auríferos tiveram nas *minas gerais*. A área permaneceu foco de disputas entre os dois grandes **morgados** que marcaram os primórdios da história baiana – a Casa da Torre, dos Garcia d'Ávila, e a Casa da Ponte, dos Guedes de Brito. Não houve interferência maior da Coroa portuguesa nesse conflito, exceto quando se tratava de garantir o abastecimento de gado bovino para a produção ou de alimentos para as Minas.

A ausência, portanto, de uma fiscalização normativa no acesso à posse e uso da terra nos *currais da Bahia* influenciou processos posteriores de ocupação que estão na origem da região da Chapada Diamantina, assim como a exploração de ouro e diamantes.

As localidades de Jacobina e Rio de Contas tiveram sua ocupação associada à busca da serra Resplandecente, onde se cria haver mais prata do que em Potosí (atualmente cidade boliviana que, em 1611, era parte da área de colonização espanhola e maior produtora de prata do mundo, com 150 mil habitantes). O aventureiro Belchior Dias Moreia, neto de Caramuru, teria descoberto alguma ocorrência em Jacobina, mas desviou a atenção da Coroa portuguesa para outra área, Itabaiana, porque desconfiava que Portugal não tinha a intenção de cumprir o acordo com ele firmado – a doação de sesmarias e o reconhecimento da condição de fidalgo (BANDEIRA, 2007, p. 158-159).

Segundo Neves (2007), em 1720 o engenheiro militar português Miguel Pereira da Costa

fora incumbido pela junta interina de governo (1719-1720), na Bahia, de inspecionar as recém-descobertas minas de ouro do rio de Contas, e verificar suas condições de defesa em hipotético ataque estrangeiro, por considerar a proximidade do litoral, em relação às jazidas do rio das Velhas, em Minas Gerais, então no auge da produção (NEVES, 2007, p. 26)

Segundo ainda o mesmo autor, a conclusão a que chegou Pereira da Costa em seu relatório considerava as minas de Rio de Contas seguras e inexpugnáveis por qualquer nação estrangeira, além de elogiar a qualidade do ouro extraído na área. Apenas não abordou a viabilidade econômica de sua extração (NEVES, 2007, p. 30-31).

É interessante registrar a observação do autor sobre o sigilo sob o qual foi mantido esse relatório, tendo sido

revelada sua existência apenas em 1843. Esse fato confirma a preocupação da Coroa portuguesa em manter segredo sobre a existência e as potencialidades das minas de ouro brasileiras.

Deve-se destacar que o Município de Rio de Contas, em 1732,

estendia-se por todo o vale de mesmo nome, até o litoral e abrangia também regiões hoje denominadas de Chapada Diamantina, Serra Geral, Planalto da Conquista e o Norte de Minas – do rio Jequinhonha ao São Francisco – e partes do vale do Paraguaçu e Jequiriçá (NEVES, 2007, p. 60-61).

Assim, a ocupação da Chapada Diamantina efetivou-se apenas em meados do Século XIX, quando foram descobertas lavras diamantíferas economicamente viáveis (SAMPAIO, 2002, p. 259-260). A partir de então, ela recebeu levas de migrantes de vários pontos do Território Nacional, mas principalmente das áreas diamantíferas de Minas – Grão Mogol, Tijuco e Serro – e, mais tarde, com a Abolição da Escravatura e a decadência de muitos engenhos e fazendas, muitos escravos libertos e vaqueiros para lá se dirigiram.



Foto 35: Marimbus no rio Santo Antonio, próximo à cidade de Andaraí (BA).

A ocupação da Chapada foi fortemente marcada pela condição de área mineradora, mas também recebeu a influência de seu entorno, voltado para a criação de gado e a produção de alimentos destinados ao abastecimento das áreas de mineração. Também estiveram presentes nesse processo a atuação de madeireiros, com a derrubada de vastas áreas florestadas.

O esvaziamento político pós-revolução de 1930, o controle das áreas de mineração pelas grandes empresas

mineradoras e a posterior proibição dessa atividade pelo governo federal formam uma seqüência de eventos que deram nova feição aos municípios da Chapada. Suas cidades históricas são, hoje, parte de um roteiro turístico-cultural e preservacionista que começa a moldar uma nova região. Os acontecimentos do passado foram registrados em romances de acadêmicos que marcaram época, como Herberto Sales e Afrânio Peixoto, como se verá a seguir.

José Henrique Vilas Boas, 2007



Foto 36: Marimbus no rio Santo Antonio, próximo à cidade de Andaraí (BA).



Foto 37: Garimpeiros. Acervo Afrânio Peixoto, Casa de Afrânio Peixoto, em Lençóis (BA)

Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2007



Foto 38: Vista da Chapada Diamantina, a partir de Rio de Contas (BA).

Sertão de Cima na Literatura

Dois grandes escritores registraram a região da Chapada Diamantina em romances – Afrânio Peixoto, com *Bugrinha*, e Herberto Sales, com *Cascalho* e *Além dos marimbus*.

A obra de Afrânio é bastante avançada para seu tempo, já que a personagem principal é uma mulher determinada a viver seu amor por um amigo de infância, independente de qualquer compromisso formal e a despeito de suas diferenças sociais. Afrânio discutiu temas avançados para sua época e é considerado um precursor da psicanálise, por ter abordado questões como o incesto em suas obras. Em *Bugrinha*, o autor fala do universo feminino com sutileza e liberdade surpreendentes. Os valores e preconceitos típicos de uma sociedade em que a figura dos coronéis predominava no cenário político local, tendo como contrapartida homens rudes e brutalizados pelo garimpo de diamantes, afloram na trama construída a partir das reminiscências da infância do autor, vivida na cordilheira Azul, como era conhecida a Chapada Diamantina nas primeiras décadas do Século XX.

O romance tem um perfil psicológico muito forte, característica de Afrânio Peixoto, com a trama se desenrolando em torno dos sentimentos de ciúme e insegurança de uma e outra parte ao longo de acontecimentos que envolvem tipos sociais e atividades da mineração do diamante na Chapada Diamantina.

Herberto Sales, por outro lado, apresenta duas obras de maior contextualização regional, do ponto de vista do entendimento que aqui se tem da região geográfica. As relações que se estabeleceram entre os proprietários de garimpos e seus trabalhadores, a oscilação e a instabilidade que marcam a vida dos garimpeiros, ora esbanjando a fortuna adquirida em um único dia, ora vivendo a miséria dos períodos de “vacas magras”, a violência sempre presente na atividade do garimpo, com disputas em torno da posse dos materiais de trabalho, dos territórios de mineração e, até, das prostitutas da cidade, todos esses elementos caracterizam com fidelidade o ambiente do garimpo no auge da mineração na Chapada.



Foto 39: Mucugê, na Chapada Diamantina (BA).

Região e Romance

- As águas tomaram o serviço todo!

Depois passou a explicar ao patrão que os garimpeiros estavam trazendo um companheiro que morrera afogado - “o Raimundo, aquele frente” - na correnteza de uma cabeça-d’água.

- Foi uma coisa à-toa. Só se o senhor visse. Eu acho até que foi um ataque que ele teve, assim que nem o finado Flávio, que morreu nas Piabas.

O coronel recebeu a notícia com a maior naturalidade: é que, à força de ali se repetirem, os acidentes acabavam por tirar à morte qualquer sentido de surpresa. O mesmo não se deu, entretanto, ao atentar no sombrio quadro constituído pela garimpeirada esbatida à luz bruxuleante das candeias; ao fazê-lo, teve um estremecimento. Porque sentiu de repente, em face daquela massa de trabalhadores destroçados, a evidência de seu próprio infortúnio. Fez então um movimento brusco e ordenou sumariamente ao velho Justino:

- Despache estes homens agora mesmo.

Depois voltou as costas. E bateu a porta com força. Eliminava assim a presença exacerbadora daquela multidão arruinada.

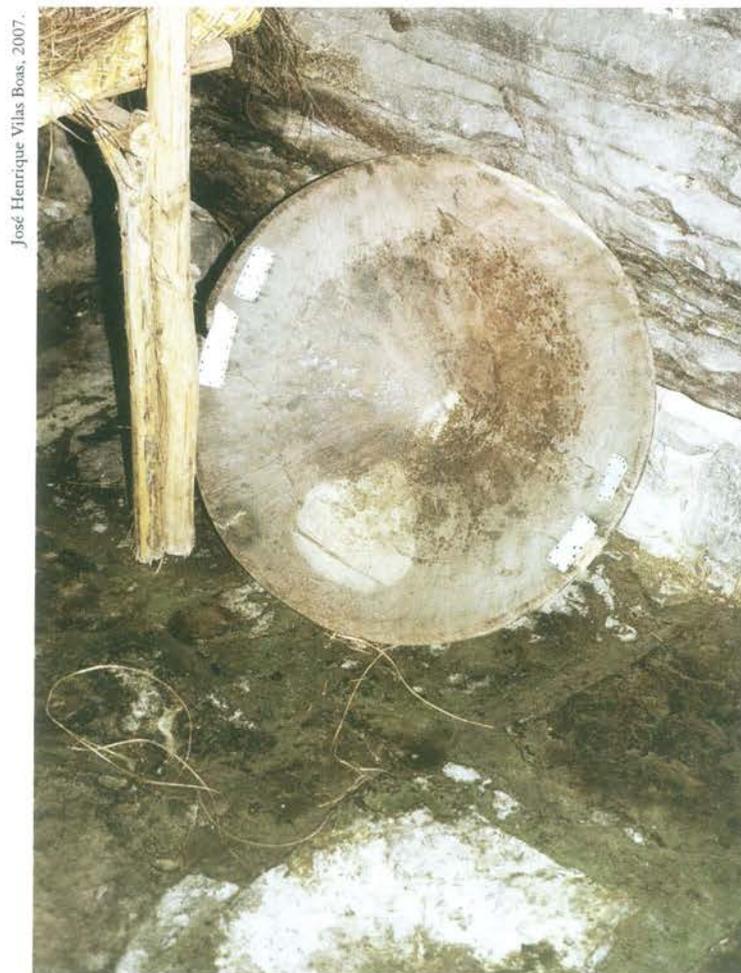
Herberto Sales
Cascalho, 1975, p. 13-14

- O Paraguaçu ainda tem serviço para cem anos.

Sua atual produção diamantífera, no entanto, estava longe de ser aquela que caracterizara os anos das primeiras descobertas. Em outros tempos, não só pela abundância de diamantes, como também pela facilidade de exploração dos garimpos, adquirira todo o vale o prestígio de uma espécie de Terra Prometida. Na época do Cel. Germano, porém, já não ocorriam casos de garimpeiros que encontravam diamantes agarrados às raízes dos pés de canela-de-ema, ao arrancá-los para acender fogo em suas tocas. Todavia, para não falar no Poço da Donana e de outros poços ricos que desafiavam, pela sua profundidade, os rudimentares processos de mineração ali empregados, restavam pródigos ajogos como o de Cabelo da Roda, onde eram encontrados

os diamantes matemáticos do cascalho balinha.- Quem encontrar uma mancha de cascalho balinha no Paraguaçu – diziam os garimpeiros – pode comprar fiado. É para se pegar até no encher do carumbé!

Herberto Sales
Cascalho, 1975, p. 14-15



José Henrique Vilas Boas, 2007.

Foto 40: Batéia, instrumento de mineração. Museu do Garimpo, em Mucugê (BA)

No tempo das primeiras descobertas, aqueles garimpos não conheciam dono. O povo trabalhava à vontade, nos cateamentos e nos serviços de mergulho, mas logo veio o Cel. Joca de Carvalho com os seus Títulos de Terras e Minas, com os seus registros de lotes reconhecidos pelo Governo, e estabeleceu domínio particular sobre o vale. Transferido o direito de propriedade ao Cel. Germano, certo garimpeiro tentara um dia – contavam – trabalhar no Paraguaçu. Viera de fora, já dera muita cabeçada, estava ficando velho, precisava cuidar do futuro. “Com uns quatro contos eu estou satisfeito” - pensava. Subiu a serra numa

terça-feira, atraído pela fama dos garimpos da Passagem, e não tardou a dar cálculo numa grupiara. Arregaçou as calças, muito tranqüilo, e começou a trabalhar. Foi quando chegou o gerente com uma espingarda nas costas. Estava inspecionando a serra e disse:

- Você não pode trabalhar aqui não.
- Por quê?
- Porque não.
- De quem são estas terras?
- Do chefe.
- E as margens do rio?
- Do chefe.
- E o rio?
- Do chefe.

O homem olhou. O Paraguaçu descrevia lá embaixo uma curva ampla.

- O rio também? - indagou.

- Sim. O rio e o leito do rio – respondeu o gerente. - Você, aqui, sem ordem do chefe, nem pra beber água.

Herberto Sales
Cascalbo, 1975, p. 18



Foto 41: Amostra de picuás. Museu do Garimpo, em Mucugê (BA)

Quando o coronel viu o cachorro-mestre entrar na sala, voltou-se logo para a porta: João Vaqueiro, que era esperado naquela manhã, vindo da fazenda São Pedro, ia entrando também. O chefe mandou que ele se sentasse e pediu-lhe notícias da fazenda.

- Tudo lá vai bem – respondeu o vaqueiro, que era um cabra retinto e dobrado. - Não há novidade não senhor.

- Consertou a cerca da manga?

- Consertei sim senhor.

- E como vai o gado?

- O gado vai bem. Aquela vaca azeitona, que tem uma mancha branca na apá, é que está com uma bicheira danada. O senhor precisa até comprar uma lata de creolina pra ela.

- Fale com Justino.

- E arranjar um pouco de mercúrio também.

- Mercúrio eu tenho lá. Está dentro do armário. Agora vá preparar os animais, porque nós vamos viajar depois do almoço.

Herberto Sales
Cascalbo, 1975, p. 35

Fazia mais de seis meses que o retirante Silvério tinha chegado. Viera do alto sertão, tendo sido obrigado a abandonar, por causa da seca, roça que ali possuía. Na sua terra, ouvira muitas vezes falar das Lavras, dos seus garimpos fabulosos, dos seus diamantes que eram encontrados até na moela das galinhas. Seduzido por essas notícias, encheu-se de esperanças, e, seguindo o exemplo de outros sertanejos, também se decidira a tentar fortuna em Andaraí. Por precaução, deixara a mulher e os filhos no sertão, prometendo voltar logo que fizesse dinheiro.

- Deus lhe acompanhe – dissera-lhe a mulher no dia da viagem.

E o retirante juntou-se à leva. Deixava para trás o sertão sem chuva – o barro vermelho rachando de seco, a água dos tanques virando lama, os campos cobertos de ossadas das criações.

Herberto Sales
Cascalbo, 1975, p. 66

Um desconhecido cruzava agora aquelas paragens: Jenner. De casaco e culote de brim cáqui, chapéu de abas largas, e coturnos, conservava-se atento à mata que se descortinava além dos marimbus. Parecia ignorar a presença do canoeiro.

O matagal desdobrava-se numa desordenada massa de troncos e cipós. Não se divisavam sinais de margem: impossível distinguir

onde acabava o rio e começava a terra firme. Era o marimbu solitário e miasmático – ondulante bosque aquático aglutinando lama, folhas e hastes no pântano, para em seguida se fundir na mata, suprimindo as fronteiras do barranco e do rio. As árvores mais próximas, os pés de arará e de embucha-veado, emergindo do charco, como que se prolongavam nas touceiras de tabua e de piri que sobre o rio se alastravam numa sucessão interminável de caniços verdes. As moitas de junco, enlaçadas pelas baronesas de folhas espalmadas em bandejas flutuantes, formavam inextricável rede de raízes submersas – maranha anfíbia represando a água, que ali terminava por apodrecer-se, na lenta maceração dos detritos vegetais trazidos da mata nas alagações. Com a iminência da noite, esfumando-se os contornos das árvores, tornava-se mais depressiva a solidão daquela ermo.

Herberto Sales
Além dos marimbus, 1965, p. 11-12

- Estou impressionado com as pastagens do senhor. Nunca vi terras tão boas para capim.

O fazendeiro encolheu os ombros:

- Ninguém dá valor a terras em Andaraí. O povo só acredita em garimpo e em diamante.

Sentou-se, cruzou meditativamente as mãos sobre a mesa, esboçou um sorriso cético:

- A começar pelo meu filho mais velho, Seu Sandoval, que o senhor conhece.

Havia nessas palavras um tom de indisfarçável ressentimento. Jenner notou-o, e de bom grado mudaria de assunto, mas o coronel insistiu:

- Seu Sandoval nunca demonstrou vontade de ficar na fazenda. A finada minha mulher queria que eu mandasse ele estudar na Capital. Fiz sacrifício, mandei. Mas ele deixou tudo no meio do caminho pra se meter no comércio de diamantes. Fiquei aqui só com Seu Laudelino.

- Eu pensei que o senhor também tivesse garimpos – observou Jenner.

- Para quem vem de fora, é difícil imaginar que exista alguma pessoa nas Lavras que não lide com diamantes.

O coronel piscou nervosamente os olhos:

- Tenho garimpos, sim senhor, meu amigo. Tenho garimpos. O senhor não se enganou, não se enganou, não senhor. Tenho garimpos de perder dinheiro neles. Os garimpos das Lavras estão no fim.

E mais veemente, como se acaso Jenner não lhe estivesse dando crédito:

- Fique o senhor sabendo de uma coisa: o tempo do diamante acabou.

Ergueu o dedo no ar:

- Aquelas serras de Andaraí não dão mais nada. Só na cabeça de Seu Sandoval é que não entra isso!

Herberto Sales
Além dos marimbus, 1965, p. 89-90

Instalado em terras incorporadas ao latifúndio do Coronel Moreira, numa área limítrofe com a fazenda de João Camilo, e tendo necessariamente de ser abandonado quando findasse o corte das árvores compradas por Abubakir, era o acampamento por assim dizer um amontoado de espeques, varas e cascas de pau, tudo muito precário, destinado a uma duração de dois anos. E no provisório daquelas instalações confundiam-se, em sua origem comum de atropelo e aventura, as habitações dos empregados e a do patrão. Jenner não descobriria o barraco de Abubakir se este não lho tivesse mostrado. Ao chegarem ali, foram os dois recebidos por um homenzinho de cabelos escorridos, rosto cheio de espinhas. Era Luís Amâncio, auxiliar do sírio na administração do serviço.

Herberto Sales
Além dos marimbus, 1965, p. 177

- Titina... você sabe o bem que lhe quero, o respeito que lhe devo... mas é coisa nossa, que me interessa, como se fosse de minha família... você me compreende...é uma coisa muito séria...

Diga meu filho, por amor de Deus, digo o que é, o que é?

- É verdade...o que eu...ouvi dizer...de Bugrinha?

Fez a sertaneja um gesto aflito, tomada de pavor:

- Virgem Mãe de Deus!...Será possível? Alguém já sabe disto? Que

vai ser de nós, Santíssima Virgem Maria?... Que será de nós, se o pai vier a saber? Meu filho, eu não quis, eu não quis acreditar, quando ela me contou, por meias palavras, quando me deu a entender... Mas diga, diga, como você soube...? quem lhe disse?

- Ela, que me disse não ser mais digna de mim... porque... porque... E como eu duvidasse, não quisesse crer, mandou que lhe perguntasse... você sabia...

A boa velha respirou amplamente:

- Não me faltava mais nada, meu filho, se depois disso, desse horror, em que não acredito ainda, ele viesse a ser conhecido, e alguma coisa chegasse aos ouvidos do pai... Era capaz de matá-la... com o gênio dele era capaz de matá-la. Pensei que você tinha sabido por outra pessoa. Ainda bem que não! Louvado seja Nosso Senhor Bom Jesus da Lapa... Ele que afaste de nós esse momento, pois que ela não teve juízo ou sorte, teve a má cabeça, se teve, desse horror... Há dois dias que tenho o coração agoniado dessa desgraça e amarrado, pequenino, do que pode suceder, se "seu" Manuel Alves suspeitar de qualquer coisa... Nem quero pensar... Meu filho, triste coisa é ser mãe de filho, mas de filha, a desgraça é maior... Quem está livre de uma "inclamidade" destas?...

Afrânio Peixoto
Bugrinha, 1972, p. 109

- A primeira folga que o patrão me der, vou passar uma semana no Veneno...

- Para que, Manuel Alves?

- Eu cá sei...

Fazia cara misteriosa, abaixava a voz, e chegava-se mais para perto do rapaz, num gesto de confidência:

- Vmcê. já ouviu falar num tempo em que o carbonato era pedra à-toa, sem valia? Pois bem, ouvi isto de meu pai, que me aconselhou nunca o esquecesse. Por volta de 48, um tal de José Martins da Rocha, dono de garimpo, achou um, de mais de quilo, que atirou pela serra abaixo, pois não servia pra nada... dizem que serviu pra moer pimentas...

Abaixou ainda mais a voz, e segredou quase ao rapaz:

- Pois não lhe dito nada, meu senhor, especulei daqui, especulei dacolá, e vim a descobrir no Veneno o serviço do tal de Rocha... Car-

bonato é pesado e não corre, "asseste" no fundo, lá há de estar, na Serra do Veneno...

- À sua espera, Manuel Alves...

- À espera de quem o vá buscar, "seu" Jorge... tomara que fosse eu!... mas é preciso ir lá, que ele não vem aqui...

[...]

- Vmcê., que é moço viajado, pode não crer, "seu" Jorge, mas estes nossos Lençóis ainda hão de dar pancas...

Afrânio Peixoto
Bugrinha, 1972, p. 130-131

José Henrique Vilas Boas, 2007.

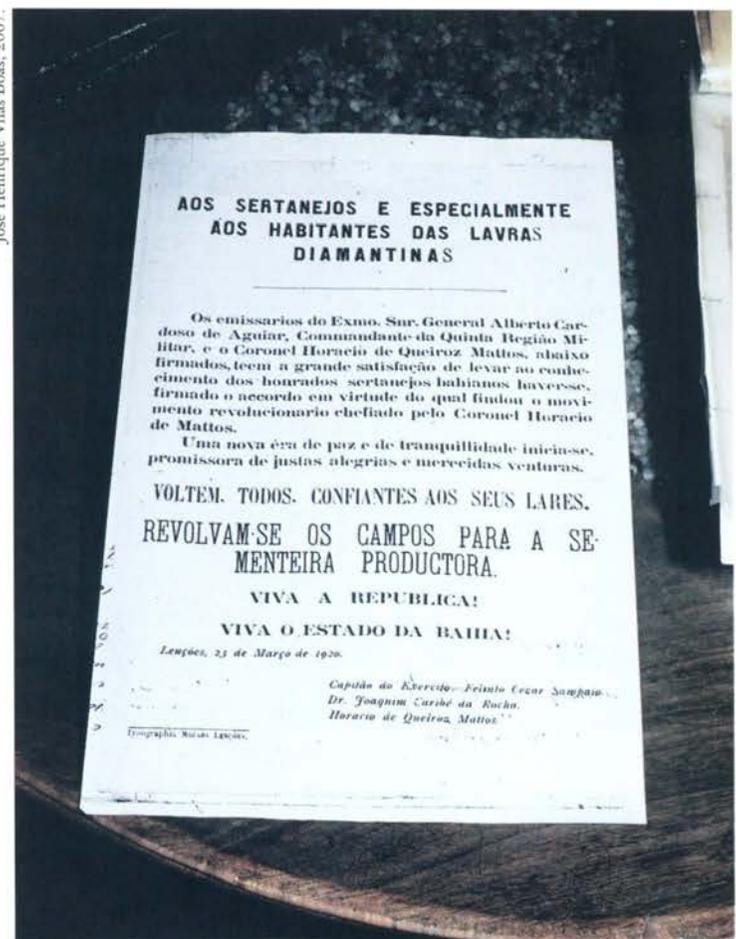


Foto 42: Termos do acordo assinado entre o coronel Horácio de Mattos e o governo da Bahia, para apaziguar o sertão, em 1920.

Acervo de Osvaldo Espíndola Pereira (mestre Osvaldo), 87 anos, filho de um comprador de diamantes ligado a Horácio de Mattos



Foto 43: Cabaceiras (PB).

María Amélia Vilanova Neta, 2007



Sertões nordestinos: Pariri Pereense, Sertão Do Rajeú e Pariri Paraibano

*Sertões Nordestinos:
Literatura e retórica da paisagem*

Caio Augusto Amorim Maciel¹

A extensa zona semiárida do Nordeste do Brasil é marcada secularmente pelo discurso trágico e onipresente das secas, bem como pelo seu mais perfeito inverso, o moderno paradigma hídrico, simbolizado pelas barragens, campos irrigados e transposições de bacias hidrográficas. As imagens contrastantes que surgem daí, ou que alimentam esses dois polos, são quase sempre reduzidas ao dualismo *atraso versus modernidade* e suas variações, sufocando quaisquer outras bases a partir das quais se tente pensar a região, inclusive no campo da literatura.

O domínio das caatingas ou o Nordeste seco de que fala o geógrafo Ab'Sáber (2003) consiste num espaço quase sempre referido seja como o *sertão nordestino*, seja como o *semiárido brasileiro*. Os termos alternam-se em meio a uma farta e sutil terminologia popular e científica, sendo que os sentidos de *sertão* foram historicamente impregnados pela noção de espaço dominado pela natureza.

Se alguns lugares e regiões perderam tal conotação de zonas incivilizadas, os sertões secos do Nordeste ainda a carregam, em grande medida pela fixação de sentidos operada pelos romances regionalistas e outras produções literária, cinematográfica e científica. Portanto, várias camadas de sentido produziram um mosaico de territórios a despeito da consagração de certos autores, como Euclides da Cunha, cujo livro *Os sertões* tornou-se “monumento” literário sobre o interior do Brasil.

A partir do Século XIX, verifica-se uma tendência de naturalizar a expressão *sertão* por parte da intelectualidade brasileira, fazendo-a remeter a um espaço físico delimitado (entre os quais o ambiente semiárido das “províncias do norte”). Lima (1999) assinala que tal pendor deixaria de levar em consideração a gênese e a alta carga de valores simbólicos associada ao termo, quando na verdade *sertão* era originalmente fundado em ideias sociopolíticas, tais como: *interior pouco povoado* ou *distância em relação ao poder público*.

Tal evolução de sentidos deixa-nos entrever a complexidade do exercício de conhecer e representar os sertões face ao imaginário geográfico nacional. A ideia de *sertão* como elemento fundador do imaginário brasileiro sugere-nos que é preciso compreender a correlação exis-

tente entre certas formas de pensar e aquelas paisagens a que se reporta a nossa imaginação.

O imaginário da natureza é um campo largamente reconhecido nas abordagens da geografia cultural contemporânea (CLAVAL, 1999) incluindo o estudo das relações entre literatura e espaço regional, objeto do presente volume. Constatamos uma preocupação crescente em enfatizar os processos de interpretação dos significados do mundo que estariam na base de comportamentos e ações concretas dos homens em relação ao meio, ou à paisagem.

A própria abundância e complexidade das denominações e qualificações do *sertão semiárido* é sintomática de que este é um campo rico em diferentes representações sociais, donde a naturalização do termo não enfraquece o debate, constituindo-se, antes, em mais um dos seus problemas. Enquanto *locus* de interações frequentes entre arte e ciência, atraindo o olhar, a reflexão acadêmica e a artística com surpreendente continuidade, o *sertão nordestino* evidencia o potencial narrativo de suas especificidades natural e humana no trabalho de compreensão do Brasil.

O *sertão semiárido* permanece uma peça-chave da identidade cultural e do regionalismo nordestino e por esta razão suas representações literárias marcantes devem ser estudadas a fundo. Hoje, além das dicotomias clássicas como litoral *versus* interior, progresso e atraso, seca e irrigação, a ideia de *sertão* apresenta ao pesquisador a possibilidade de entrar em contato com sistemas de pensamento mais sutis, desdobramentos das novas geografias existenciais que participam da *re-fundação simbólica* da região – ainda que sem destaque comparável às clássicas

oposições acima referidas. Em todo caso, os gêneros de discurso fundados no determinismo de uma natureza ingrata perdem evidência e atualidade, ou são veementemente contestados.

Assim, parece problemático falar em “Nordeste”, sendo preferível referirmo-nos a “Nordestes” – como sugerem Zaidan Filho (2001) e Araújo (2000) – tanto quanto a “Sertões”. Neste sentido, Euclides da Cunha foi premonitório. Permanece, então, a tarefa de indicar as condições e processos da reinvenção do caráter regional a partir de alguns textos fundadores, porém apontando fenômenos, autores e espaços reveladores das novas dinâmicas que se apresentam.

Para a geografia cultural, o *conhecimento* é tomado em sua acepção mais ampla, não se restringindo ao entendimento científico e à explicação teórica, mas abrangendo toda atividade existencial por meio da qual construímos um mundo na sua configuração característica, na sua ordem espacial. Isto propicia a interpretação dos sentidos das relações dos habitantes com o espaço através das narrativas literárias, privilegiando os recursos estilísticos reveladores das conexões específicas entre o imaginário geográfico-paisagístico e a estruturação de identidades territoriais.

A paisagem tem sido o objeto privilegiado do sentimento estético dos geógrafos e inspirador de sua curiosidade. Como problema filosófico, ela condensa uma preocupação longamente posta em termos da tensão entre construção social do visível e fisionomia concreta de um espaço que, apesar de dar-se a ver, não se resume a esta esfera do visível. Besse (2000) sugere que não se trata de recusar a perspectiva estética, mas tomar o desafio de analisar seu

conteúdo e suas razões, “reconciliando” conhecimento, sentimento e julgamento estético.

Como construção interpretativa, a paisagem é mediadora do entrecruzamento das experiências individual e coletiva de um espaço ao mesmo tempo material e simbólico, sedimentado pela sua historicidade. Decorre daí a importância dos aspectos argumentativos contidos nas descrições de paisagens como fios condutores para uma geografia imaginativa profundamente enraizada nas qualidades do meio físico e na biografia do autor que vivencia e/ou imagina o espaço, bem como do contexto histórico em que as obras foram escritas. É isto que podemos chamar de *retórica da paisagem*.

O discurso literário possibilita a equivalência entre viajar, ler e escrever na ideia de *contar* (narrar, descrever, relatar e inventar a partir de elementos reais). Presente tanto na estrutura comunicativa da “geografia-ciência” como na da “geografia-imaginação” dos indivíduos – embora de maneira diferente – a noção de paisagem e suas técnicas de descrição e análise apresenta ricas possibilidades de relacionar esses dois universos.

A identidade cultural para a geografia refere-se a singularidades e valores coletivos ligados às continuidade material e espiritual de um grupo que compartilha e articula experiências em diferentes escalas, refletindo tensões fundamentais entre o particular e o universal, o provinciano e o cosmopolita (BERDOULAY; ENTRIKIN, 1998). O resultado desse encontro nem sempre é harmonioso, sobretudo quando a *canonização* da paisagem é um vetor da construção identitária nacional,

chegando a configurar o que Meneses (2002) chamou de “guerras de paisagens”. Os repertórios de imagens e falas a que recorrem os diversos tipos de regionalismo e as correntes artísticas ilustram bem tal disputa, bastante clara na construção do sertão armorial de Ariano Suassuna, por exemplo.

Deve-se destacar, na literatura regionalista, a emergência de sentidos e significações profundamente ligados ao lugar, o que apela para a necessidade de incluir as formas materiais típicas da paisagem como uma vivência biográfica que antecede obrigatoriamente à interpretação. Longe de ser apenas um artifício estilístico de cada autor, a maneira de retratar/criar essas paisagens é uma chave para a compreensão da estruturação simbólica do território, ou uma maneira de chegar às relações entre experiência e representação da paisagem. O resultado objetivo dos discursos e narrativas da imaginação simbólica dos romancistas é uma ordenação culturalmente plausível do “fato do mundo” de modo a permitir a sua socialização com o público leitor – ou pelo menos delinear o campo para a colocação dos impasses, discordâncias e controvérsias.

O conhecimento geográfico é refinado pela experiência estética e vice-versa. Portanto, a geograficidade de escritos diversos pode ser tomada como fonte de análise privilegiada, uma vez que os escritores constroem suas cosmovisões a partir de *geosofias* (isto é, experiência e conhecimento do espaço) que incluem alusões ao ambiente e à paisagem (fisionomias, morfologias, cores e cenas).

No caso do sertão seco, a natureza e os gêneros de vida locais impregnam profundamente o imaginário social e

são por ele reforçados, donde sua requisição e reforço pelo trabalho discursivo do regionalismo político, da cultura popular e da mídia. Quer dizer, a paisagem literária é também uma experiência político-cultural e não pode ser referida como um conhecimento puramente intuitivo e livre de pressuposições e influências diversas. A apropriação paisagística e sua concomitante criação de sentidos entrelaçam processos histórico, político, social e biográfico.

Na gênese de uma narrativa literária regional os sentidos histórico e ordinário são impregnados de circunstâncias geográficas (concretas e imaginárias) precisas, além do estilo do autor. Como frequentemente a paisagem possui o poder de generalização de um sentido parcial em global, onde fragmentos extraídos de certas características básicas tornam-se representativos do todo (metonímia), evidencia-se sua potência comunicativa e o grande interesse de estudo dos processos mentais inerentes à sua instituição simbólica enquanto imagem da região (MACIEL, 2004).

Basta que se pense na força das imagens regionais produzidas por um Graciliano Ramos a partir de seu conhecimento de certos trechos do interior de Alagoas. Por conseguinte, antes de considerar tais representações artísticas como abreviaturas mortas de um quadro regional, é preciso atentar para o conteúdo, o sentido e a verdade intrínseca dessas “formas intelectuais” no sentido de Cassirer (2003), reconhecendo suas regras de criação e tendências de expressão.

Toda paisagem erigida como representante de um quadro regional é metonímica, isto é, visa representar um conjunto maior a partir de alguns elementos representativos. Daí o potencial retórico dos escritos regionalistas sobre

o semiárido aflorar positivamente em duas frentes: em primeiro lugar, na sua capacidade de transmitir e reforçar um conhecimento de mundo por meio de imagens-síntese, aproximações e analogias. Em segundo lugar, este potencial abre caminho para identificar re-interpretações criativas a partir da atividade dos sujeitos sociais,

colocando-se a ação e a reflexão frente ao preconceito e ao estigma. A própria escolha dos livros e autores para este volume é um processo metonímico, resultado da vontade de melhor representar as diversas nuances dos sertões nordestinos – e um convite à reflexão crítica sobre os seus próprios pressupostos..

Imagens do Sertão



Fontes: Mapa da série Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 2.500.000; Base cartográfica vetorial contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Escala 1: 1.000.000; e Blue Marble Next Generation. Washington, DC: NASA, Earth Observatory, 2004. Imagem de setembro. Disponível em: <<http://earthobservatory.nasa.gov/Features/BlueMarble/BlueMarble.php>>. Acesso em: jun. 2007.

Cariri Cearense, Sertão Do Pajeú e Cariri Paraibano

As três regiões apresentadas nesse capítulo de encerramento do Atlas de Representações Literárias das Regiões Brasileiras abrangem parte dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. São elas o Cariri Paraibano, o Sertão do Pajeú e o Cariri Cearense, áreas cujas identidades foram construídas a partir da introdução da pecuária no interior nordestino. A partir do Século XVI, toda uma extensa área do interior da colônia portuguesa começou a ser desbravada por conta dessa atividade. Essa extensa área era chamada, então, pelos colonizadores de ‘sertão’ ou ‘sertões’, terras sem lei ou sem fé, distantes do litoral e habitadas por índios considerados selvagens e por foragidos da lei, pouco conhecidas das autoridades portuguesas leigas ou religiosas.

O povoamento do interior brasileiro está intimamente ligado à existência do termo sertão e à evolução de seus sen-

tidos. Com o melhor conhecimento e o povoamento desse vasto interior brasileiro, o termo sertão, como construção social que é, foi também assumindo diferentes significados. De fato, são inúmeros os autores que apontam para a polissemia do termo, e também para sua importância no processo de construção da identidade nacional (LIMA, 1999; BARBOSA, 2000). Sua abrangência espacial e seus sentidos foram sendo gradativamente redefinidos, até chegarmos ao conhecimento atual de sertão como uma das áreas nas quais se subdivide o Nordeste brasileiro.

A associação entre um termo tão rico de significados e uma parcela espacial do Nordeste brasileiro caracterizada comumente pela semiaridez e pela economia pastoril reduziu a abrangência do termo a um espaço físico geograficamente delimitado, e fez com que no senso comum e no imaginário social os termos 'sertão' e 'nordeste' passassem a ser tomados praticamente como sinônimos. Por isso, Amado (1995, p. 145) diz que sertão, “entre os nordestinos, é algo tão crucial, tão preñado de significados, que sem ele, a própria noção de ‘Nordeste’ se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais”.

A área de estudo enquadra-se no sertão nordestino, espaço que é historicamente o centro de um acalorado e delicado debate sobre sua natureza semiárida hostil, o qual não pretendemos resgatar aqui, cabendo, como sugestão a esse respeito, ver Albuquerque Júnior (1999). Buscamos apenas contribuir para essa questão ao indicar que o sertão nordestino está longe de ser definido, aqui, pelas imagens reducionistas que geralmente lhe são atribuídas – aquelas de espaço atrasado, habitada por estereótipos humanos, dotada de uma paisagem específica de solos secos, sol inclemente, animais mortos, etc. Queremos mostrar que o

sertão nordestino é um mosaico socioeconômico e cultural, motivo pelo qual intitulamos o presente capítulo de Sertões Nordestinos, no plural.

Podemos ainda situar a área de estudo como um recorte espacial da área chamada por Diegues Júnior (1960) de *mediterrâneo pastoril* em seu projeto de divisão do Brasil em regiões culturais elaborado na década de 1960. Nesse projeto, o autor considera que diferentes entrelaçamentos de fatores físicos (naturais), econômicos e históricos originaram diferentes regiões culturais. Nessa perspectiva, o Brasil foi dividido em dez regiões culturais, dentre as quais o mediterrâneo pastoril corresponderia à área ocupada pela pecuária. Transformações de ordem social e econômica vivenciadas pelo País nas décadas seguintes à elaboração dessa classificação nos levam a relativizá-la; no entanto, algumas referências serão feitas a ela ao longo de nosso estudo, visto seu importante papel de valorizar as diferenças regionais existentes em nosso País e de ressaltar as diversidades natural e cultural de cada região definida.

Os Sertões Nordestinos na Geografia

O Cariri Paraibano e o Sertão do Pajeú se situam nos domínios do Planalto da Borborema, fundamental formação do relevo nordestino, caracterizado por uma vertente íngreme a leste, a partir da qual se estende uma superfície planáltica cujo limite ocidental é o Pediplano Sertanejo. Esta superfície possui uma grande variedade de formas de relevo de altimetrias variadas, nela podendo ser encontrados tanto vales encaixados como relevos residuais de dimensões variadas, a exemplo dos maciços, serras e inselbergues (Foto 44) (RODRIGUEZ, 2002; GRANDE..., 1960).



Foto 44: Inselbergue, em Cabaceiras (PB).

As características do relevo existentes em cada uma das áreas citadas se associam a suas condições climáticas e condicionam a ocorrência de biomas distintos, conforme a combinação de seus elementos. A extensão do Planalto da Borborema e sua configuração em degraus planálticos de orientação ligeiramente paralela à linha da costa funciona como uma barreira aos ventos úmidos que sopram do litoral em direção ao interior do continente. Por essa razão, as áreas situadas nas vertentes voltadas para o oceano apresentarão maiores precipitações, com vegetação e solo típicos de áreas úmidas (Foto 45). À medida que as áreas se localizam mais para o interior, as chuvas tornam-se cada vez mais escassas, o que favorecerá a ocorrência de solos e vegetação de condições intermediárias como o Agreste, ou semiáridas, como a Caatinga (Foto 46) (GRANDE..., 1960; ANDRADE, 1999; RODRIGUEZ, 2002).

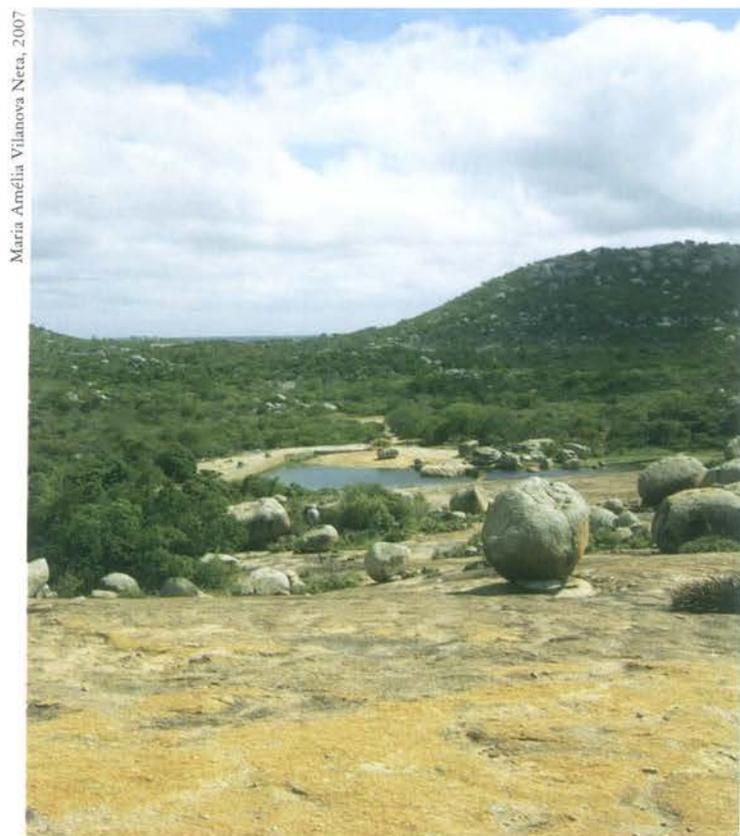


Foto 45: Vertente leste da Borborema, em Areias (PB).

O Cariri Cearense, por sua vez, situa-se na Chapada do Araripe, formação de relevo de origem sedimentar que estende-se, grosso modo, na direção leste-oeste por uma extensão aproximada de 180 km, entre os Estados do Ceará e Pernambuco (Foto 47). A existência de fósseis de peixes e de microorganismos marinhos na região indicam que esta área foi fundo de mar. Para Pinheiro (1950), a abundância de estudos a esse respeito permite concluir que a serra do Araripe é uma enorme jazida de peixes fossilizados incrustados nas rochas.

Com a altitude média de 800 m, este tabuleiro sedimentar é formado por camadas intercaladas de arenito e calcário altamente permeáveis, favorecendo a infiltração das águas pluviais e seu armazenamento em lençóis subterrâneos. Estas condições levam à existência de numerosas nascentes e riachos que drenam especialmente a vertente norte, cearense, orientados pela declividade do terreno.

Em virtude de sua disposição e altimetria, a Chapada do Araripe influencia também a circulação atmosférica local, favorecendo a ocorrência de chuvas orográficas responsáveis pelos altos índices pluviométricos desta área, especialmente se comparados a seu entorno (PINHEIRO, 1950; RELATÓRIO..., 1978). A vegetação típica da região se beneficia dessa umidade. Ainda segundo Pinheiro (1950), a floresta era a cobertura vegetal das áreas mais úmidas, tendo sido desmatada pelos colonizadores para a implantação dos currais. Dela sobraram como remanescentes os visgueiros, os jatobás, os paus d'óleo entre outros. Em áreas menos úmidas, como o topo da chapada, a vegetação é 'agreste', da qual são exemplos os araticuns, o pau-terra, a faveira, a maniçoba e o pequizeiro (Foto 48), entre outros.



Maria Amélia Vilanova Neta, 2007

Foto 46: Vertente oeste da Borborema, em Cabaceiras (PB).

Maria Amélia Vilanova Neta, 2007



Foto 47: Chapada do Araripe vista da BR-116, em Pena Forte (CE).

Maria Amélia Vilanova Neta, 2007



Foto 48: Pequizeiro, Chapada do Araripe, em Crato (CE).

A pecuária e a ocupação dos planaltos e pediplanos

A ocupação do interior nordestino teve na pecuária seu impulso inicial. Essa atividade, acessória à monocultura de cana-de-açúcar desenvolvida no litoral, deveria abastecer essas áreas com seus produtos derivados e com animais para a tração necessária nos engenhos. As duas atividades coexistiram no litoral até que o aumento da pressão sobre a terra fértil, decorrente do incremento das duas atividades, fez com que a pecuária fosse impelida a áreas cada vez mais distantes do litoral até chegar àquelas mais distanciadas e inexploradas, os sertões (VILAS BOAS, 2007).

Salvador e Olinda, os principais centros monocultores do litoral, foram os irradiadores das duas frentes pecuaristas mais importantes que, no Século XVI, rumaram para o interior e promoveram a ocupação de vasta extensão de terra, dentro da qual está inserida a nossa área de estudo (DIEGUES JÚNIOR, 1960). A expansão oriunda de Salvador, chamada por Caio Prado Júnior de “sertão baiano”, e por Capistrano de Abreu de “sertão de dentro” por ter sido a que mais se interiorizou, foi a maior e mais característica. A segunda frente mais importante foi a saída de Olinda, e por essa razão chamada pelo primeiro autor de “sertão pernambucano”, ou ainda de “sertão de fora” pelo segundo, por ter acompanhado, grosso modo, a linha da costa (ABREU, 1954; PRADO JÚNIOR, 1999). Alguns autores estudaram o trajeto e a abrangência dessas frentes (ABREU, 1954; PRADO JÚNIOR, 1999; ANDRADE, 2005), havendo pequenas divergências entre eles sobre os rumos tomados. Como observa, porém, Prado Júnior, ambos os trajetos se confundem e confluem, permitindo-nos descrevê-los em linhas gerais.

A frente baiana partiu de Salvador em direção ao norte, e, ao encontrar o rio São Francisco em seu médio curso, tomou dois rumos: o norte, atravessando-o e atingindo áreas dos atuais Estados do Piauí e Maranhão, e, num último avanço, o Ceará; e o sul, buscando o alto curso e tornando-se mais rápida ao atingir a barra do rio das Velhas (sobre a ocupação do norte de Minas, ler o segundo capítulo do presente Atlas). A frente pernambucana, por sua vez, partiu de Olinda inicialmente para o sul, mas, ao encontrar a frente baiana, mudou sua trajetória para o norte e o nordeste. Seguiu ao longo da costa adentrando-a apenas um pouco até atingir o atual litoral do Estado do Ceará, de onde rumou para o interior através do curso do rio Jaguaribe, convergindo com a frente baiana que já lá se encontrava (PRADO JÚNIOR, s/d; PRADO JÚNIOR, 1999).

A penetração do interior pela pecuária privilegiou os planaltos e pediplanos para a criação extensiva do gado (ANDRADE, 1973). A disseminação dos currais teve como principal referência os eixos fluviais. Além de servirem à orientação dos colonizadores, os rios sertanejos também foram utilizados como caminhos de penetração, seja através de seus leitos secos ou de suas margens, quando cheios (GUEDES, 2006). Eles foram a principal fonte de água, e por isso ao longo deles se instalaram fazendas, pousos de gado e pousos de venda, núcleos do povoamento que então se iniciava (GRANDE..., 1960). Nesse sentido, destacam-se rios de importância regional, tais quais os rios Paraíba, Piranhas e Piancó, na Paraíba; os rios Capibaribe, Ipojuca e Pajeú, em Pernambuco; e o rio Salgado, no Ceará, entre outros. Dessa opção por localizar as fazendas às margens dos rios, surgiu um termo que se tornou bastante comum na toponímia nordestina, a ‘ribeira’, pois a “fazenda se constitui

em regra com três léguas dispostas ao longo de um curso d'água, por uma de largura, sendo meia para cada margem” (PRADO JÚNIOR, s/d, p. 6).

A ocupação espacial dos sertões pelos currais assumiu um caráter bastante irregular, basicamente rural e com uma população escassa e rala. A própria natureza da atividade econômica que o sustentou levou a isso, visto que as fazendas de gado, os estabelecimentos mais importantes desse processo, não requisitavam mão de obra numerosa. A agricultura até então vicejava à sombra da pecuária, com exceção apenas das áreas mais úmidas, e o comércio era fraco, de forma que os núcleos urbanos existentes eram poucos, pouco desenvolvidos e muito distantes entre si (GRANDE..., 1960; PRADO JÚNIOR, 1999).

O povoamento dos planaltos e pediplanos pelos currais de gado criou um outro referencial para se pensar o termo ‘sertão’. Ele passaria a ser concebido como o conjunto de extensas áreas semiáridas onde se praticava a pecuária extensiva e onde se desenvolveu uma sociedade específica, chamada por Capistrano de Abreu de a “civilização do couro” (ABREU, 1954). Essa imagem se estabeleceu e se cristalizou ao longo do tempo, por meio de uma complexa produção discursiva que não vamos retomar aqui (LIMA, 1999; BARBOSA, 2000), de forma que muitas vezes até hoje é tomada como a representação do que seja ‘o sertão nordestino como um todo’. No entanto, os sertões semiáridos são apenas uma parcela do interior nordestino, e outras áreas também os integram, como veremos adiante. Antes, porém, de passarmos a essas outras áreas, apresentaremos o Cariri Paraibano, região ocupada pela pecuária no processo aqui descrito.

Cariri Paraibano

A região do Cariri Paraibano, também chamada de Cariris Velhos e Sertão do Cariri (SEIXAS, 1975; COELHO NETTO, 1999), assim como as outras duas regiões, era habitada por índios quando da chegada dos desbravadores. As frentes baiana e pernambucana atingiram a região em momentos distintos da expansão dos currais de gado no sertão paraibano (COELHO NETTO, 1999). O morgado da Casa da Torre teria sido a primeira a desbravá-la, numa rota oriunda do sertão do Pajeú (mais detalhes sobre o morgado da Casa da Torre podem ser encontrados no segundo capítulo deste volume), mas coube a Teodósio de Oliveira Ledo, rendeiro da referida Casa, o início da ocupação efetiva da região por meio do combate aos índios tapuias, dentre os quais destacam-se os cariris, e da consequente distribuição de currais na região (SEIXAS, 1975). Seguindo o curso do rio Paraíba, os pecuaristas instalaram “sucessivamente, currais em Boqueirão, Cabaceiras e São João do Cariri, atingindo, depois, as bacias secundárias e os campos centrais: Taperoá e Monteiro” (RODRIGUES, 2008).



Maria Amélia Vilanova Neta, 2007

Foto 49: Açude do Boqueirão, em Boqueirão (PB).

Desde Campina Grande, já é possível verificar uma certa identificação com a cultura *caririzeira*, o que também é verdadeiro para outros municípios que integram a mesorregião do Agreste Paraibano: Juazeirinho, Soledade, Boa Vista, Umbuzeiro e Pocinhos. Verifica-se que essa cultura estende-se desde Campina Grande, passando pela serra dos Cariris Velhos, a oeste, continuando na direção sul até os limites com Pernambuco. Manuel Correia de Andrade, em entrevista concedida à equipe de trabalho, argumentou que o Município de Monteiro, no limite sul do Cariri Paraibano, é considerado um importante centro de referência da cultura caririzeira, sendo que sua proximidade à região do Sertão do Pajeú lhe confere também elementos da cultura pajezeira.

A pecuária confere identidade ao Cariri Paraibano.

Vários são os autores que destacam a importância desta atividade para a economia regional, como Seixas (1975), Rodrigues (s/d), entre outros. Embora a pecuária tenha apresentado modificações ao longo dos séculos, perdendo sua característica ultraextensiva e se tornando uma atividade intensiva comercial (RODRIGUES, s/d) elementos característicos da pecuária tradicional ainda estão presentes na cultura caririzeira, de forma que esta região é a que mais se aproxima, dentre as regiões estudadas nesse capítulo, da ideia da civilização do couro. De acordo com Coelho Netto,

a pecuária é um dos principais contornadores da cultura dessa região. O boi, o vaqueiro e seus adereços de trabalho podem ser identificados nas diferentes manifestações folclóricas. A vaquejada, momento em que o cavalo, o vaqueiro e o boi bravo animam a festa, é onde o vaqueiro precisa mostrar sua destreza, força, valentia e habilidade para, pela cauda, derrubar o boi no limite da marca do cercado (COELHO NETTO, 1999, p. 128).

Os aspectos naturais do Cariri Paraibano também fornecem elementos importantes para a composição da identidade regional caririzeira. A região é apontada como a área de menores índices pluviométricos do semiárido nordestino (cerca de 250 mm ao ano) (ANDRADE, 1999). Suas chuvas irregulares se concentram no verão meteorológico, que corresponde ao 'inverno' do interior nordestino, e são conhecidas como chuvas de aguaceiro em virtude da intensidade com que caem. Além disso, suas elevadas médias anuais de temperatura contribuem para a estruturação de uma paisagem marcada por solos rasos e pedregosos e com rochas fortemente fragmentadas. Seu relevo se caracteriza por uma extensa área plana pontilhada de maciços, serras e morros isolados. Sua vegetação de Caatinga está também adaptada às condições rígidas da semiaridez, ao regime irregular das chuvas e à pouca profundidade dos solos (Foto 50). Em toda a área predomina a caatinga agrupada, rica em cactáceas (como em Cabaceiras, Soledade, Santana do Cariri e serra Branca) e em algumas poucas áreas com condições de solo mais favoráveis encontram-se elementos arbóreos (EGLER, 1957). Sua hidrografia também reflete as condições climáticas existentes, caracterizando-se pela existência de inúmeros rios temporários de leitos rasos e largos, dentre os quais se destacam os rios Taperoá e Paraíba. No limite oeste da região situam-se dois importantes conjuntos de serras, a serra dos Cariris Velhos e a serra de Teixeira, na qual se localiza o ponto mais alto do Estado da Paraíba, o Pico do Jabre, com 1 010 m de altitude (RODRIGUEZ, 2002). Dessa maneira, a referência à caatinga, ao xique-xique, à macambira e à jurema, ao umbuzeiro e à criação de bovinos e caprinos, e também à cultura do algodão iniciada posteriormente à pecuária, é fundamental para se compreender a identidade regional.



Foto 50: Macambira em solo pedregoso, em Cabaceiras (PB).

Além desses, outros elementos compõem a cultura caririzeira, tais quais a forte religiosidade manifesta em sua arquitetura sacra e nas festas de padroeiros embaladas pelo forró e xaxado, a culinária que congrega a influência indígena e da atividade pastoril, e a existência dos cantadores de viola, repentistas, emboladores de coco e cordelistas. Os cantadores de viola geralmente

contam histórias tristes, de secas castigantes, exaltam a bravura do vaqueiro, aspectos da paisagem e muitos outros símbolos que são alimentados pelo inconsciente coletivo (COELHO NETTO, 1999).

Seus habitantes, no entanto, não se identificam com o 'sertanejo típico e estereotipado', mas se dizem *caririzeiros*, detentores de uma cultura que os individualiza no contexto sertanejo paraibano.

Há semelhanças entre as culturas carizeira e pajezeira também no que se refere à presença de certos elementos, como a forte tradição dos cantadores e dos cordelistas, além da existência de algumas danças em comum, como o *xaxado*, cuja origem é pernambucana (Manuel Correia de Andrade, em entrevista concedida à equipe de trabalho). O Município de Monteiro, que se localiza no limite das duas regiões culturais, é caracterizado por uma certa 'dualidade cultural', e nos serve de exemplo de como as fronteiras culturais entre o Cariri Paraibano e o Sertão do Pajeú são mais fluidas do que se pode pensar.

O incremento da agricultura e o povoamento de novas áreas – as serras úmidas

A pecuária não foi a única atividade econômica a povoar o interior nordestino. Com o passar do tempo, essa vasta área foi sendo melhor conhecida e explorada em suas potencialidades. Dos diferentes relacionamentos possíveis do homem com os diversos ambientes naturais existentes, surgiu uma diferenciação de áreas dentro do mediterrâneo pastoril, que levou Diegues Júnior (1960) a subdividi-lo em quatro subáreas: os babaquais ou carnaubais, o agreste, os sertões e as serras úmidas. Após apresentarmos a região do Cariri Paraibano, que na referida classificação situa-se nos sertões, apresentaremos o Sertão do Pajeú e o Cariri Cearense, regiões localizadas em serras úmidas.

Essas serras podem ser compreendidas como enclaves de umidade no sertão. São áreas caracterizadas por temperaturas mais amenas e uma maior pluviosidade, em decorrência da altitude na qual se encontram, que geralmente excede os 600 metros. As serras úmidas receberam diversas

denominações, tais quais ‘ilhas de umidade’, ‘ilhas de verdura’ e ‘brejos de altitude’ (VASCONCELOS SOBRINHO, 1970; ANDRADE, 2005). Segundo Diegues Júnior (1960), tratam-se de áreas geográfica e culturalmente distintas dos planaltos sertanejos. Por ‘brejos de altitude’ entendem-se as áreas de serras e chapadas

que se elevam a 900 ou 1000 metros acima do nível do mar e cerca de 500 a 600 metros acima do planalto circundante. Aí, devido à altitude e, conseqüentemente à maior exposição aos ventos úmidos de Sudeste, os alísios oriundos do atlântico, forma-se uma paisagem natural bem diversa, uma paisagem de floresta tropical de altitude, que se beneficia quase sempre de uma maior quota anual de chuvas, de menos intensa evaporação e de uma grande condensação – chamada em alguns locais de ‘camboeiro’ – e que apresenta densidade e porte que a aproxima da floresta da região da Mata (ANDRADE, 1973, p. 127).

Para Vasconcelos Sobrinho (1970, p. 81), os brejos de altitude são áreas tipicamente sertanejas, “condicionadoras de unidades socioeconômicas de mais alta importância, tendo sido as matrizes de muitas comunidades nas regiões semiáridas do Nordeste”. Por essa razão, são considerados pelo autor como pólos de desenvolvimento, pois foram eles “os criadores da civilização agrícola da caatinga”, ao fomentarem o adensamento populacional e o desenvolvimento econômico, opinião também compartilhada por Manuel Correia de Andrade.

Os brejos ou serras úmidas tiveram sua ocupação incrementada a partir do Século XIX

à medida que as solicitações comerciais do litoral se tornaram maiores e as aglomerações urbanas sertanejas, em crescimento, exigiam maior produção para se manter (GRANDE..., 1960, p. 304).

No alto das formações cristalinas ou nas encostas das chapadas sedimentares se desenvolveu a agricultura

que incrementou a economia sertaneja. Se, até então, as aglomerações urbanas originadas no desenvolvimento da pecuária se mantiveram dispersas, coube à agricultura tanto aumentar seu contingente populacional quanto propiciar o desenvolvimento da rede urbana. O algodão, por exemplo, bastante requisitado não só nacionalmente como também internacionalmente, revigorou antigas vilas e cidades de origem pastoril. O desenvolvimento da agricultura desencadeou modificações diversas no quadro de ocupação até então existente. As propriedades se subdividiram para fazer frente às demandas de produtos agrícolas, e até a divisão político-administrativa mudou, verificando-se o surgimento de municípios novos em áreas agrícolas, em oposição à menor divisão da malha municipal em regiões onde a pecuária era a atividade mais importante da economia. Onde a agricultura florescia observava-se, portanto, o adensamento populacional, o incremento da rede urbana, o desenvolvimento do comércio e da indústria (GRANDE..., 1960).

Cariri Cearense

Não há consenso na delimitação dos limites do Cariri Cearense. Segundo Pinheiro (1950), Cariri Cearense englobaria todo o sul do Estado do Ceará em algumas perspectivas, enquanto em outras seus limites se resumiriam a alguns municípios específicos. Em qualquer delimitação da região, contudo, o conjunto formado por Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte é apontado unanimemente como o centro vital da mesma (RELATÓRIO..., 1978).

Igualmente difícil é a tentativa de estabelecer um marco fundador da ocupação do Cariri Cearense. Três correntes

argumentativas se destacam nesse intuito. De acordo com a primeira, o Cariri Cearense teria sido descoberto por bandeiras da Casa da Torre, argumento para o qual contribui a fama do referido **morgado**. Seixas (1975) nos diz que a Casa da Torre teria atravessado a região; uma segunda corrente atribui sua descoberta e povoamento à família alagoana Mendes Lobato Lira no período entre 1672 e 1678; e, finalmente, uma terceira corrente diz ter sido o **capitão-mor** Manuel Rodrigues de Ariosa, oriundo do Rio Grande do Norte, o verdadeiro povoador do Cariri, fato que teria se dado em 1703 (PINHEIRO, 1950).

Assim como ocorreu em todo o sertão brasileiro, os colonizadores que chegaram ao sul do Ceará encontraram uma área povoada por índios, que nesse caso pertenciam à família indígena cariri (PINHEIRO, 1950; ABREU, 1954). Esses moradores primitivos foram massacrados e seus remanescentes aldeados em missões religiosas da região, como, por exemplo, a que originou o Município de Missão Velha.

O Cariri Cearense também teve na pecuária o impulso para sua ocupação. Pinheiro (1950, p. 26) diz que se folhearmos os registros de concessões de sesmarias no Cariri, “veremos que, desde a primeira, eram elas requeridas para criação de gados”. A região foi tradicional refúgio para onde vaqueiros levavam o gado para passar o período de estiagem, fugindo da seca das áreas menos úmidas (PINHEIRO, 1950), porém, embora tenha cabido à pecuária o impulso inicial para a ocupação do Cariri Cearense, logo as condições naturais da região mostraram-se extremamente favoráveis ao desenvolvimento da agricultura. Já no Século XVIII essa era a principal atividade econômica da região, ao

aproveitar-se dos diversos quadros naturais para o desenvolvimento de diferentes tipos de cultura, tais como o feijão, o milho e o algodão nas encostas, a cana-de-açúcar e o arroz regadio nos sopés de serra e brejos úmidos. Além disso, a pecuária extensiva continuava a ser praticada no alto da chapada (REGIÃO..., 1992).

Os colonizadores provenientes da Zona da Mata perceberam o potencial da região para o plantio da cana-de-açúcar. Iniciaram, então, seu plantio nos brejos e pés de serra, deslocando as lavouras alimentares e o criatório até então desenvolvidos nessas áreas. A proliferação de engenhos para a produção de açúcar mascavo, aguardente e especialmente rapadura para consumos local e regional, transformou a Chapada do Araripe em uma ‘ilha açucareira’ (REGIÃO..., 1992). Esse ‘posto avançado da economia açucareira’ em meio sertanejo fez surgir uma sociedade açucareira muito diversa daquela existente na Zona da Mata monocultora: no Cariri Cearense, a organização social “não se estruturou no trinômio: latifúndio – escravocrata – monocultor”, mas montou uma economia baseada em

médias e pequenas propriedades, utilizando mais a mão-de-obra familiar que a escrava. Sua produção não se orientou para os mercados externos mas, sim, para o consumo regional (REGIÃO..., 1992, p. 104-105).

A prosperidade da economia açucareira fez com que o engenho se tornasse o elemento característico das fazendas caririenses (BRITO, 1984).

A economia e a sociedade do Cariri Cearense se desenvolveram, portanto, com base na agricultura canavieira. Crato, que concentrou o maior número dos engenhos e também da aristocracia rural, foi o primeiro centro a se destacar nesse processo. Em 1872, quando essa localidade

foi elevada à categoria de cidade, já era reconhecida como uma das mais importantes praças comerciais do interior cearense, além de importantes centros cultural e educacional da região (RELATÓRIO..., 1978).

A essa época, Juazeiro do Norte era apenas um pequeno povoado originado, em 1827, a partir da construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. A chegada de Padre Cícero Romão Batista, em 1872, para assumir a frente da referida capela, e, especialmente, a divulgação da ocorrência de um suposto milagre durante uma missa por ele celebrada, foi fundamental para o crescimento do povoado até sua transformação em cidade. Juazeiro do Norte tornava-se centro de peregrinação que atraía romeiros oriundos de locais cada vez mais distantes, e muitos desses romeiros, sem terra e recursos, passaram a residir no povoado, levando, assim, ao rápido crescimento de sua população e de sua importância regional. Os romeiros eram atraídos à região por motivações religiosas, mas também por acreditar que encontrariam nas palavras de Padre Cícero um conforto para as dificuldades por eles vividas. Nesse sentido, a crença na santidade do religioso associou-se ao conhecimento dos atributos naturais da Chapada do Araripe e fez com que muitos decidissem recomeçar sua vida na região. Padre Cícero logo mostrou-se importante líder social ao incentivar o assentamento dos romeiros em terras devolutas da Chapada do Araripe e em serras próximas. Parte do êxito da agricultura caririense e de sua projeção regional deveu-se a seu incentivo, especialmente no que se refere ao plantio de mandioca, de algodão e de lavouras de subsistência. A partir de sua vocação religiosa, Juazeiro do Norte cresceu rapidamente, e seu comércio, impulsionado pelo afluxo

crescente de romeiros, desenvolve-se sobremaneira, especialmente por conta da venda de artesanatos e artigos religiosos (RELATÓRIO..., 1978).

No início do Século XX, Crato e Juazeiro eram importantes centros urbanos regionais e rivalizavam entre si pela hegemonia no processo de construção da identidade regional. Atualmente, tal rivalidade foi superada e hoje verifica-se uma complementaridade funcional que as transformou no 'centro' da região, juntamente com Barbalha. Crato e Juazeiro do Norte concentram o comércio de bens rurais e de consumo, a prestação de serviços para os outros centros urbanos, além de serem centros industriais e de consumo que comandam o contínuo crescimento da produção rural e a redistribuição dos bens produzidos para fora da região (REGIÃO..., 1992).

A identidade caririense foi construída a partir da estrutura socioeconômica organizada em torno do engenho açucareiro e do peso político e religioso de Padre Cícero:

A devoção a Padre Cícero é o elo entre a região e o restante do Ceará, e, talvez, mesmo do Nordeste sertanejo [...] Padre Cícero representou uma oposição às oligarquias dominantes no Ceará, apoiadas pela Igreja Católica Romana" (REGIÃO..., 1992, p. 105).

Schröder (2000) aponta outros elementos que também contribuíram para a formação cultural da região, como um passado marcado pelo coronelismo, um histórico de movimentos camponeses, a influência da cultura rural sobre o ambiente urbano e a presença étnica de índios e escravos africanos. Segundo esse autor, tais elementos característicos da sociedade caririense ainda são pouco representados na historiografia da região.

Devido às suas características naturais já apresentadas, que lhes conferem o posto de oásis em meio ao sertão, a região é considerada por muitos um caso à parte no contexto sertanejo. Disso decorre o fato de os caririenses não terem uma autoimagem de sertanejos, como observa Pinheiro, visto que

em virtude de um certo orgulho nativista, talvez porque o termo sertão lhes dê a ideia de zona seca e estéril, acham que sua terra, muito bonita e fértil, não deve incluir-se naquela designação. O Cariri é lindo e rico, não pode ser sertão (PINHEIRO, 1950, p. 7).

O mesmo autor adverte, no entanto, que “queiram ou não, o cariri é puro sertão. Apenas um tracto mais feliz de nosso hinterland” (PINHEIRO, 1950, p. 8). O Cariri Cearense é, portanto, uma região cultural construída como um espaço vivido, sendo uma região brasileira das mais características e presentes no imaginário social por conta de sua tradição histórica e religiosa (REGIÃO..., 1992).

Sertão do Pajeú

A região do sertão do Pajeú é composta pelos municípios do alto vale do rio Pajeú que integram a microrregião do Sertão do Pajeú, e ainda por outros municípios pernambucanos e paraibanos, não coincidindo, assim, limites municipais ou interestaduais. Limita-se a leste com o Cariri Paraibano, sendo toda a área fronteira entre essas duas regiões caracterizada por um certo grau de ‘hibridez cultural’.

Situa-se nos limites ocidentais do Planalto da Borborema, onde serras de altitude elevada circundam o alto e médio vale do rio Pajeú (Foto 51 – Rio Pajeú). Dentre essas serras merecem destaque a serra Talhada e a serra da Baixa Verde, na qual está o ponto alto do Estado de Pernambuco, o Pico do Papagaio, com 1 175 m de altitude (ANDRADE,

1999). A presença dos referidos maciços favorece a ocorrência de brejos de altitude, dentre os quais se destaca o brejo da cidade de Triunfo, também localizado na serra da Baixa Verde. Poderíamos dizer que essa região corresponde ao que Ab’Sáber (2003) chamou de *semiárido modelado*, que corresponderia a áreas de condições de solo mais favoráveis e de maior ocorrência de chuvas de verão (inverno nortestino) do que seu entorno semiárido; e que por essa razão poderiam ainda ser chamadas de caatingas *agrestadas* ou *agrestes regionais*.



Foto 51: Rio Pajeú, BR-232, em Serra Talhada (PE).

O rio Pajeú é um dos elementos mais importantes para a identidade regional, rio que “mesmo intermitente, ocupa posição proeminente na vida dos sertanejos ali residentes” (MACIEL, 2004, p. 293). Foi em seu vale que se desenvolveu a região, a princípio a partir da presença dos currais e sob forte influência baiana (ABREU, 1954), e a partir do Século XIX com o desenvolvimento agrícola sobre colinas e maciços, e com um maior intercâmbio com espaços pernambucanos. Por essa razão, sua identidade cultural está muito ligada à vida pastoril e camponesa. Seus habitantes se identificam como sertanejos, porém, não são sertanejos

de qualquer lugar, mas 'do Pajeú'. São 'pajeuzeiros', ou seja, possuidores de uma identidade cultural e territorial e de um estilo de vida próprios. O termo pajeuzeiro abarca

portanto, desde uma conotação de origem, quanto uma qualidade específica de pessoas, lugares, atividades e atitudes. No geral, pode-se dizer que o sentido mais amplo de pajeuzeiro retrata o 'gênio do lugar', como se costumava dizer na geografia clássica (MACIEL, p. 2004, p. 297-298).

E esse estilo específico de viver, o 'gênio pajeuzeiro', está estruturado em torno da pequena propriedade fundiária, da pecuária semi-extensiva associada a uma lavoura alimentar e comercial e da organização dos trabalhadores rurais em sindicatos ou outras associações. Nas palavras de Maciel (MACIEL, 2004, p. 298-299), o gênio pajeuzeiro seria o "modelo ideal do sertanejo pequeno proprietário, consciente de seus direitos e necessidades, forte, lutador e corajoso", correspondendo a uma visão romântica na qual o sertanejo, um forte, superaria as agruras do meio e dele conseguiria extrair seu sustento. O autosustento, aliás, é indicado pelo autor como uma 'questão de honra' para os habitantes do Pajeú, que vêem sua identidade fortemente vinculada à posse de um torrão de terra e de um certo criatório. Ainda segundo o mesmo autor, o sertão do Pajeú seria o lar de cantadores, violeiros e artistas da terra, um sertão autêntico e tradicional, quase místico, onde a adaptação do homem à semiaridez teria gerado um modo de vida a ser seguido.

Os Sertões Nordestinos e a Literatura

O Cariri Cearense apresenta uma considerável produção ficcional representada sobretudo pelo cordel, pelo conto e pelo poema. Ainda que o romance não seja o gênero mais

apreciado na produção literária caririense, a obra *Caldeirão*, de Cláudio Aguiar, é apontada como uma das mais ricas representantes da tradição regionalista do romance nordestino (SCHRÖEDER, 2000). De fato, o autor do romance constrói um retrato fiel da sociedade caririense ao elaborar sua trama a partir da vida de relações dessa sociedade.

A linha narrativa escolhida por ele foi a da oralidade popular nordestina. A trajetória de vida do Beato José Lourenço é apresentada ao leitor por Mestre Vitalino, um de seus seguidores mais próximos. Essa opção narrativa é determinante para a orientação do romance (DEBS, 2007), e confere ao leitor uma visão privilegiada da realidade nordestina na qual viveram o Beato José Lourenço e seus seguidores na comunidade de Caldeirão.

Nascido em Pilões de Dentro (Paraíba), por volta do ano de 1870, e criado num ambiente rural de lida com a terra e com o gado, José Lourenço chegou a Juazeiro do Norte, por volta de 1890, à procura da família, da qual havia se separado ainda na adolescência. O ambiente de fervor religioso que se formou em torno da figura de Padre Cícero Romão Batista logo transformaria José Lourenço num de seus mais importantes beatos. Sob a orientação do religioso, em 1890, José Lourenço tornou-se o líder de uma comunidade rural no sítio da Baixa da Anta, onde permaneceu com inúmeros romeiros até 1926, quando foram obrigados a abandonar a propriedade (BRAGA, 2008). A forma de vida comunal que levavam já chamava a atenção das autoridades política e religiosa, que viam nela uma ameaça à estrutura de terra organizada em torno do latifúndio. Em 1926, o Beato José

Lourenço e mais centenas de famílias foram encaminhadas por Padre Cícero a uma propriedade distante e árida, pertencente à Ordem dos Jesuítas, para nela erigir uma nova comunidade. Essa comunidade seria chamada de Caldeirão, em virtude do poço natural que lhes serviu de fonte de água.

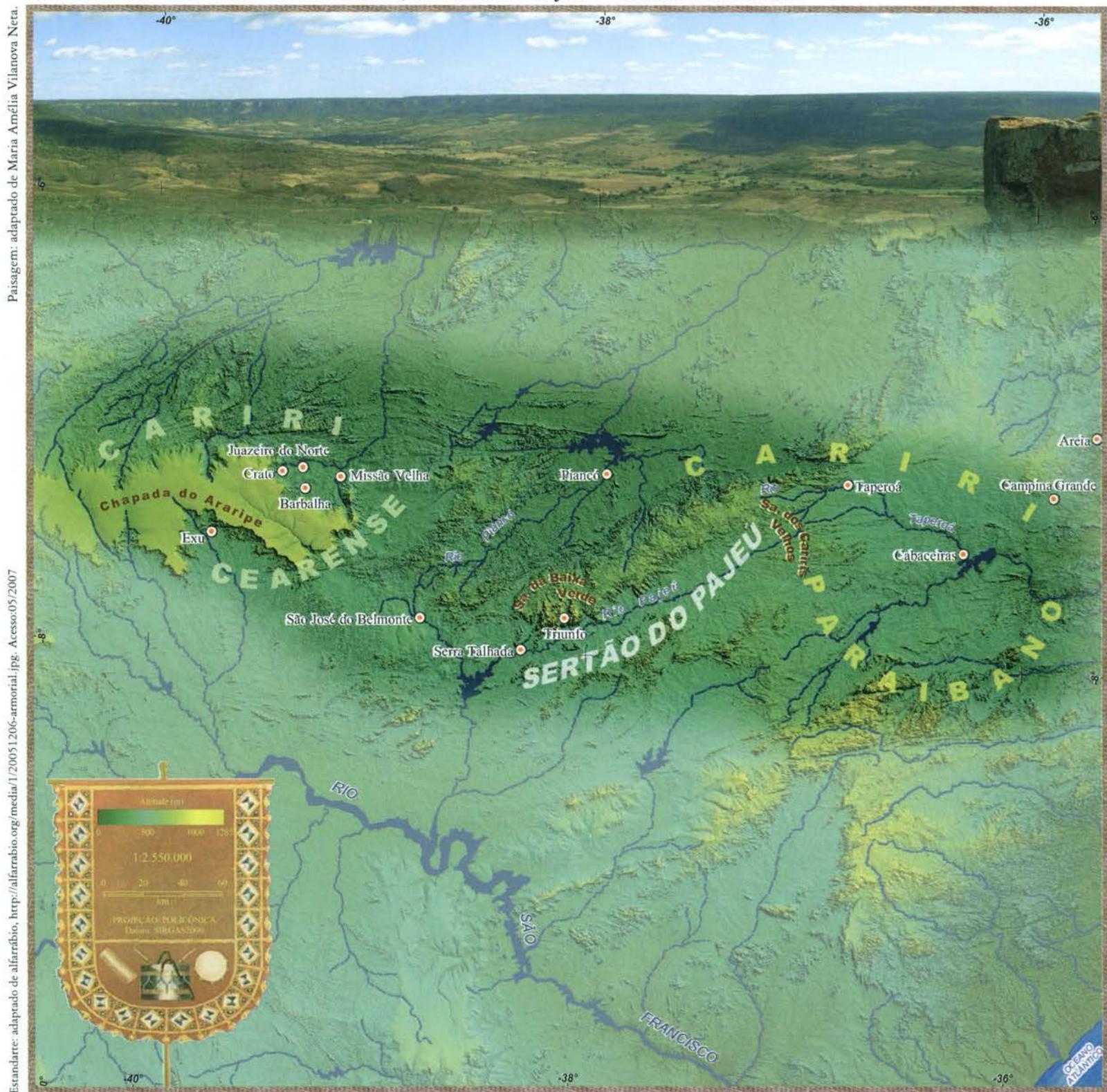
Esse é o pano de fundo sobre o qual Cláudio Aguiar apresenta elementos marcantes da natureza e sociedade caririenses. A histórica presença indígena na região e sua dizimação pelos pecuaristas da Casa da Torre e as características naturais peculiares do Cariri Cearense e sua fama de 'oásis' no sertão são os primeiros elementos apresentados. Além deles, apresenta-se a importância religiosa de Juazeiro do Norte como o foco de peregrinações de alcance regional, e a rivalidade ocorrida no início do Século XX entre esta cidade e a cidade do Crato pela hegemonia política da região. Por fim, Cláudio Aguiar fornece ao leitor uma visão muito ajustada da estreita relação entre os dois pilares sobre os quais se fundamentou a sociedade caririense: a Igreja Católica e a aristocracia rural com seu poder político. O autor registra a maneira como ambas combateram juntas a comunidade de Caldeirão até seu extermínio em 1936, no cenário político do Estado Novo de combate a qualquer forma de organização social que pudesse ser entendida como alusiva ao comunismo.

A obra *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue que vai e volta*, de Ariano Suassuna, foi utilizada para a representação das regiões do Cariri Paraibano e do Sertão do Pajeú. Foi escrita no contexto do Movimento Armo-

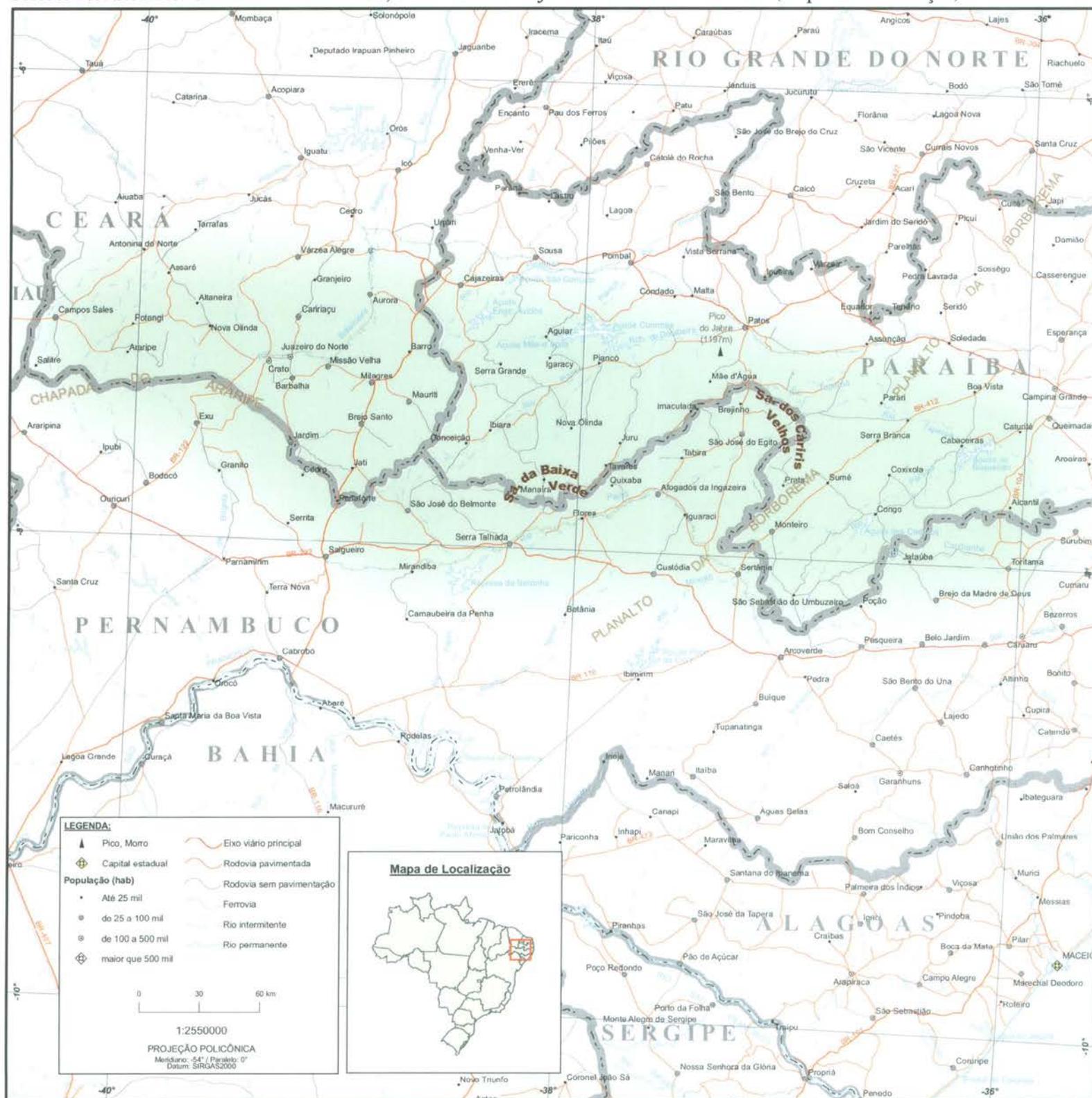
rial, cujo objetivo é a construção de uma arte popular erudita brasileira com base na cultura popular do País (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2007). Por essa razão, a trama de *A pedra do reino* desenvolve-se num universo que congrega diversos elementos característicos desse movimento, tais quais os folhetos do romanceiro nordestino, conhecidos como literatura de cordel, a xilogravura, as festas populares e os cantadores acompanhados por viola, rabecas e pífanos. Por conta de sua natureza 'armorial', são constantes no romance *A pedra do reino* as referências aos brasões e às bandeiras, em alusão às raízes ibéricas da cultura brasileira.

Todos esses elementos são apresentados ao leitor pelo personagem Dom Dinis Ferreira-Quaderna que, preso em uma cadeia de Taperoá na década de 1930, vê-se obrigado a apresentar sua própria defesa ao corregedor local. Para tal, elabora um memorial no qual conta a história de sua família, das desavenças, lutas e controvérsias política, literária e filosófica nas quais se viu envolvido. A história desenvolve-se na década de 1930, no período marcado pelo final da República Velha dos coronéis e da instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas. Esse contexto político, do qual a revolta de Princesa, ocorrida no Município de Princesa Isabel (Paraíba), é um exemplo, é relacionado aos eventos de cunho sebastianista ocorridos, em 1819, na serra do Rodeador (Pernambuco) e, entre 1836 e 1838, em Pedra Bonita ou na "serra do Reino" (Pernambuco), numa trama fantástica, não linear e complexa. Finalmente, o autor faz referências constantes ao quadro natural do Cariri Paraibano e do Sertão do Pajeú.

Sertões Nordestinos: CARIRI PARAIBANO, SERTÃO DO PAJEÚ E CARIRI CEARENSE



Sertões Nordestinos: CARIRI PARAIBANO, SERTÃO DO PAJEÚ E CARIRI CEARENSE (Mapa de Localização)



Fonte: Mapa da série Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 2.500.000; Malha municipal digital. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Região e Romance

À madrugada, quando a aurora já começava a clarear, lá longe, a Chapada do Araripe, contornando todo o Vale do Cariri, o grupo de romeiros cantou forte.[...] Enchiam-se de esperança, porque chegavam à terra prometida.

[...] Pareciam um mar, cobrindo tudo. Só à distância, lá nas alturas das nuvens, se via o fim das serras, que talvez fossem o começo de outras. No Cariri é assim: tudo é começo, porque lá nada tem fim. [...]

Desse olhar da Chapada, senhor, que dor não sofreram os nossos antepassados Cariris. Foram eles os povos que mais resistiram aos invasores brancos, plantadores, criadores de gado, dono de papéis que só falavam de astúcia, de violência e de traição contra o nativo. E nestes direitos divinos se assentavam as guerras permanentes aos invasores, acendedores de ferrões luzentes contra a pele cariri, luta cega pela propriedade privada. [...].

Cláudio Aguiar
Caldeirão, 1982, p. 35-36

São tantas as virtudes deste torrão cariri, senhor, que nem sei se arrisco o meu palavreado agora, em dizer-lhe alguns mistérios que nele há: as águas, a oiticica, o juazeiro e o pequizeiro.

As fontes são tantas que, a modo de veias, se escorregam pelos brejos, levando água a todos os lugares. Até nas épocas de seca as águas da

Chapada do Araripe, esse patamar que vai dos Inhamuns até a Ibiapaba, são fortes. [...] Esse derramar d'água, inundando as quebradas e os brejos, faz com que o verdor dos campos se prolongue durante todo o ano, lembrando, quase sempre, que temos um mar aos nossos pés... [...] Toda esta vasta região que o senhor vê, já foi fundo de mar. As pedras ainda seguram peixes nos rochedos e lajedos. Que espanto natural. Eita!

Cláudio Aguiar
Caldeirão, 1982, p. 38-39.

Os dias se passavam com o povo trabalhando em adjutório, como se fossem irmãos, limpando o mato, cortando madeira, carregando água, assituando plantas, fruteiras, canteiros de verduras, abrindo caminhos. Água não havia por perto. A seca ainda não deixava o céu receber água. Fazia dó a gente olhar o chão estorricado alevantando poeira até com a passagem do vento. [...]

No começo o Beato destacou umas pessoas para irem buscar água numa fonte em terras de Cariús, distante quase duas léguas dali. As mulheres saíram com o potinho e as bacias. Ficavam naquilo a manhã de todos os dias. Ah que trabalhadeira dos diabos, senhor. [...]

Um dia comeci a observar numa boca d'água de córrego a presença de verde. Saí a escavar e terminei descobrindo um olho d'água. A água chegava a desaparecer por dentro de umas pedras cobertas por folhas e um bocado de terra trazida pelas chuvas. Avisei ao Beato e levamos pra lá todos os homens.



Foto 52: Chapada do Araripe, em Santana do Cariri (CE). Montagem Regina Celi Toledo Gonçalves

Destampou-se toda a área e se deu o milagre: da fonte começou a correr água limpa, se juntando num tanque natural de pedras, formando assim uns vinte poucos metros de olho d'água. Com três dias o tanque encheu. Foi uma alegria muito grande. Para o povo aquilo não passava de um milagre. Daí com alguns meses, Nosso Senhor abriu os olhos do céu e deixou correr água para todos os riachos do Caldeirão. Nunca mais faltou água por ali.

Cláudio Aguiar
Caldeirão, 1982, p. 114-115.

Maria Amélia Vilanova Neta, 2007



Foto 53: Imagem de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte (CE).

Puxei Zaías pelo braço e larguei uma desculpa qualquer para roubá-lo daquela gente. [...] Compadre Zaías começou a dançar assunto com tanta certeza da contagem que eu até arrimei confiança nos boatos, imagine. Havia padres interessados em desmanchar o nosso trabalho em Caldeirão. Alguns diziam que o Beato Lourenço casava e batizava, retirando da Igreja o direito dos padres praticarem certos atos. Por soma de intrigas a maldade crescia entre uns políticos que se aproveitavam da

situação para inventar que o povo do Caldeirão não concordava com os novos ares dos vitoriosos de 30, os tenentes-gerais do poder. Compadre Zaías reservava o pior para os ouvidos do Beato, por ser segredo de grande volume: os revolucionários, a qualquer hora, invadiriam o Caldeirão à cata de armas. Caldeirão era considerado um lugar perigoso à nova ordem.

Bem sei que a novidade enrodilhada pelos homens da Igreja e da política do Crato e Juazeiro não cabia na cabeça de ninguém. Não passava de motivo erguido no vento por conta de língua ferina para desmanchar um trabalho construído com sacrifício por um povo que amava o trabalho”.

Cláudio Aguiar
Caldeirão, 1982, p. 150

José Firmiano da Silva, 2007



Foto 54: Caldeirão, na Chapada do Araripe (CE).

Os ares do mundo se achavam cobertos de temores. Eu acho que os políticos tocavam fogo nas cabeças do povo com ameaças de dias piores para todos. Cansei de ouvir relatos onde os boateiros, como Tião Grande, assombrados, me diziam:

- Não tenho nada com isso, não, Mestre Bernardinho, mas o Beato Lourenço com aquela arrumação com o povo do Caldeirão, com história de comissão, todo mundo igual, comendo num lugar só, tudo assim na mão de todos e ao mesmo tempo ninguém sendo dono de nada... Não sei não, Mestre, mas parece com essa quizília que os padres combatem. Com licença da palavra – o comunismo, Mestre Bernardino.

Cláudio Aguiar
Caldeirão, 1982, p. 185

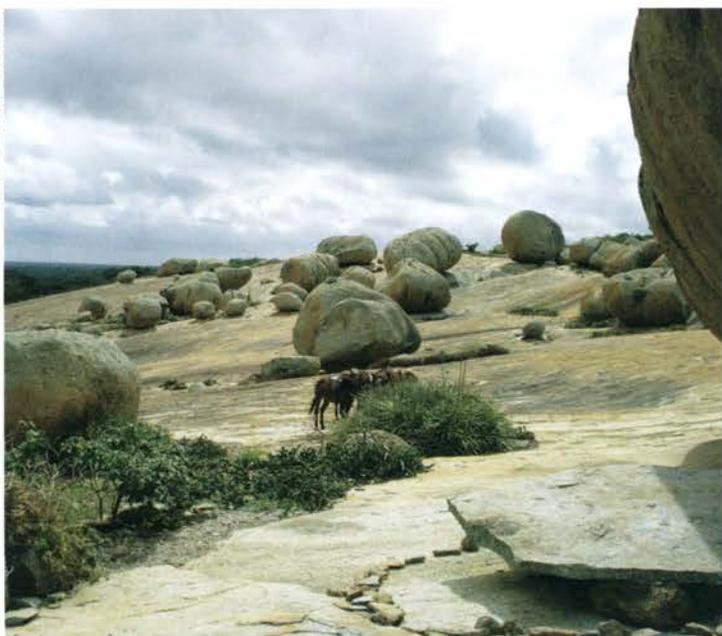


Foto 55: Lajedo do Pai Mateus, em Cabaceiras (PB).

Daqui de cima, porém, o que vejo agora é a tripla face, do Paraíso, Purgatório e Inferno, do Sertão. Para os lados do poente, longe, azulada pela distância, a Serra do Pico, com a enorme e alta pedra que lhe dá o nome. Perto, no leito seco do Rio Taperoá, cuja areia é cheia de cristais despedaçados que faíscam ao Sol, grandes Cajueiros, com seus frutos vermelhos e cor de ouro. Para o outro lado, o do nascente, o da estrada de Campina Grande e Estaca-Zero, vejo pedaços esparsos e agrestes de tabuleiro, cobertos de Marmeleiros e Xiquexiques. Finalmente, para os lados do norte, vejo pedras, lajedos e serrotes, cercando a nossa Vila e cercados, eles mesmos, por Favelas espinhentas e Urtigas, parecendo enormes lagartos cinzentos, malhados de negro e ferrugem; Lagartos venenosos, adormecidos, estirados ao Sol e abrigando Cobras, Gaviões e outros bichos ligados à crueldade da Onça do Mundo.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 31-32

Depois, porém, cheguei à conclusão de que, além de anunciar o tempo, eu devo ser claro também sobre o local onde sucederam todos os acontecimentos que me trouxeram à Cadeia. [...] “Uns doze graus abaixo da Linha Equinocial, aqui onde se encontra a Terra do Nordeste metida no Mar, mas entrando-se umas cinquenta léguas para o Sertão dos Cariris Velhos da Paraíba do Norte, num planalto pedregoso e es-

pinhento onde passeiam Bodes, Jumentos e Gaviões sem outro roteiro que os serrotes de pedra cobertos de coroas-de-frade e mandacarus; aqui, nesta bela Concha, sem água mas cheia de fósseis e velhos esqueletos petrificados, vê-se uma rica Pérola, engastada em fino Ouro, que é a muito nobre e sempre leal Vila da Ribeira do Taperoá, banhada pelo rio do mesmo nome.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 33

Como, ao que parece, tinha-se convencionado que ninguém se vestisse de maneira mais comum naquela tribo, o Rapaz-do-Cavalo-Branco usava um gibão mais artisticamente trabalhado do que os dos outros Cavaleiros. Assemelhava-se aos “gibões de honra e boniteza” que se usavam nos desfiles de Cavalhadas e puxadas-de-boi. Era feito de três qualidades diferentes de couro – de Bode, de Vaqueta e de Veado –, combinando de maneira variada o amarelo, o castanho, o vermelho e o negro. Tinha as mesmas joelheiras e ombreiras dos outros. As dele, porém, eram negras e costuradas ao couro castanho da véstia e das “guardas” por tiras de couro vermelho, de modo que, mais do que qualquer outro, seu gibão parecia a armadura de um Cavaleiro sertanejo, com os couros trançados em ouro, púrpura, goles e sable – para narrar com esmaltes heráldicos esta heráldica cena da mais armorial Cavalaria sertaneja. E o próprio Donzel, assim, com aquela roupa de couro predominantemente amarela e vermelha, parecia (todo ele ouro, sangue e coração) um Valete de Copas montado num cavalo branco e escoltado por uma tropa sertaneja de peninchas e valetes-de-pau ou de espadas.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 46

Nesse momento, um homem alto, magro e forte, de olhos castanhos, com a calma, a energia e a mansidão aparente dos Sertanejos mais corajosos, destacou-se do meio dos almocreves [...] e aproximou-se do Doutor. Era o Chefe e o Capitão-Mor da tropa, um homem cujo nome, quando depois se espalhou pela Vila, eletrizou todo mundo: porque ele era, nem mais nem menos, que o célebre Luís Pereira de Sousa, mais conhecido como Luís do Triângulo, por causa de sua pequena fazenda pajeuzeira “O Triângulo”. [...] O Outro fato importante, ligado a Luís do Triângulo, era de que ele possuía uma terra, situada exatamente na fronteira da Paraíba com Pernambuco, para os lados do Sertão do Piancó. Nessa terra, fica a famosa Serra do Reino, na qual se erguem

aquelas duas enormes pedras, estreitas, compridas e paralelas, que os nossos Sertanejos consideram sagradas, por serem as torres do Castelo, Fortaleza ou Catedral Encantada onde meu bisavô, Dom João Ferreira-Quaderna, foi Rei, ensinando, de uma vez para sempre, que o Castelo está ali, soterrado por um cruel encantamento, do qual somente o sangue nos poderia livrar, acabando de uma vez com a miséria do Sertão e fazendo todos nós felizes, ricos, belos, poderosos, eternamente jovens e imortais.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 57

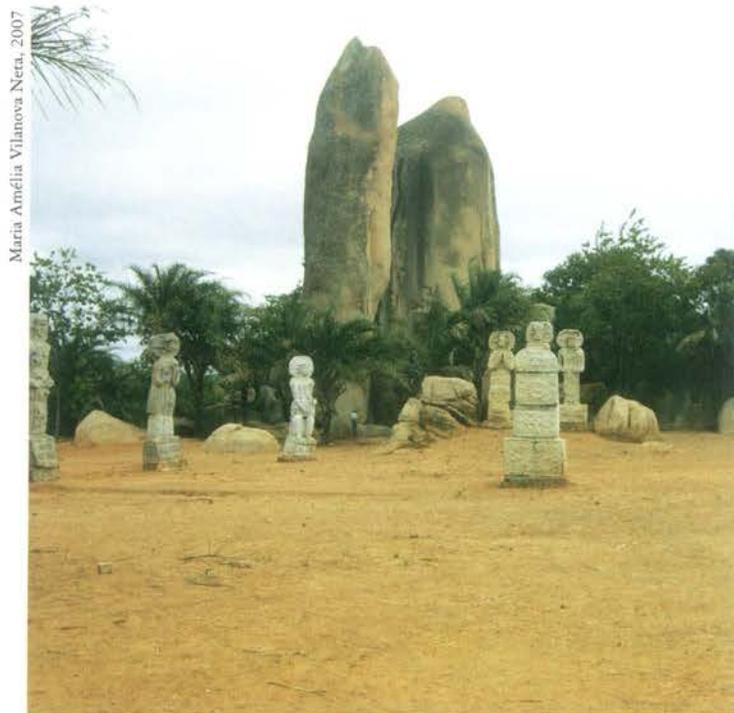


Foto 56: Pedras do Reino, em São José do Belmonte (PE).

Um dia, de noite, Tia Filipa ensinou às meninas uma cantiga de roda que, entre outras coisas, precisava de um menino-homem para se tomar parte no diálogo cantado. Eu já estava um pouco grande, mas disputei ferozmente o lugar, sem me incomodar com as galhofas dirigidas contra mim pelos filhos de moradores meus companheiros [...]. É que eu estava de olho, há muitos dias, na filha de um Vaqueiro, Rosa, menina morena, de cabelos lisos, já moça e interessada demais no que ainda não sabia.

[...] As meninas eram as filhas de La Condessa, a quem eu me dirigia, puxando o canto e dialogando com ela:

- La Condessa, La Condessa!
- Que queres com La Condessa?
- Quero uma dessas Moças para com ela casar! [...]

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 86-87

Tudo isso, porém, era a princípio apenas uma raiz do sangue, uma peçonha confusa que ficava dentro de mim suas raízes profundas e inarrancáveis. Só depois é que tudo iria se aclarando e se espalhando diante dos meus olhos, graças, principalmente, às lições de meu Padrinho, João Melchíades Ferreira. É que ele, seguindo o exemplo de seu antigo Mestre, o grande Francisco Romano, da Vila do Teixeira, instalara na “Onça Malhada” uma Escola-de-Cantoria, onde procurava nos ensinar “a Arte, a memória e o estro da poesia. Procurava, entre nós, os que ouviam com mais interesse seus romances e folhetos, verificava se “tinham vocação para a Arte”, e então tornava-os discípulos seus. Terminou escolhendo quatro entre os melhores: eu, Marcolino Arapuá, Severino Putridão e Lino Pedra-Verde.

[...] Lia para nós a História de Carlos Magno e os Doze Pares de França, um “romance desversado” que nos encantava pelo heroísmo de suas cavalarias, aquelas histórias de Coroas e batalhas, que eu, por causa da Pedra do Reino, via logo, com Princesas amorosas e desventuradas que, ou eram degoladas ou desonradas, mas disputadas sempre por Cavalheiros, em duelos mortais, travados a punhal, junto a enormes pedras e num Campo encantado, embebido de sangue inocente. Inúmeros Cantadores e Poetas sertanejos tinham, já, versado esse romance do Imperador Carlos Magno. Nós preferíamos as versões rimadas, não só porque eram mais fáceis de decorar, como porque a gente podia cantar os versos, acompanhando a solfa com o baião da Viola, coisa que João Melchíades também não se descuidou de nos ensinar.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 92

Acordei ao amanhecer, ouvindo os rumores familiares da fazenda, que me lembravam meus despertares de menino, na “Onça Malhada” e nas “Maravilhas”: urros do gado, no curral, conversas da criadagem na cozinha, brados e gargalhadas dos Vaqueiros, barulhos dos potes de flandres de leite, trazidos para casa pelos filhos-meninos dos moradores.

Dentro das regras da boa hospitalidade sertaneja, nosso quarto estava provido de lavatório de louça, quartinha d’água, copos, uma

penteadeira com espelho e pentes. Assim, foi bem lavados, barbeados e limpos que comparecemos à sala para o café, que veio farto, com muito leite, cuzcuz com manteiga, tapioca salgada, inhame, macaxeira, queijo de coalho e de fazenda.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 122-123

No dia seguinte, ainda na “Carnaúba”, comemos um almoço que só o Sertão poderia oferecer integralmente: carne de Tatu-verdadeiro cozinhado no casco; farofa de cuzcuz, enriquecida com ovos cozidos e pedaços esfiapados da mesma carne de Tatu; carne-de-sol assada; feijão-mulatinho, cozinhado com pedaços de cascão de queijo, lingüiça e jerimum; e, como sobremesa, primeiro a umbuzada, depois doce de goiaba feito em casa e comido com queijo de manteiga.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 131

Era, como Vossas Excelências bem se lembram, um tempo fatídico e perigoso, aquele. Do meu ponto de vista pessoal, porém, estávamos, ainda, dentro do “Século do Reino”. Desde 1935 que eu esperava que um acontecimento qualquer – uma guerra, um cometa, uma revolução, um milagre – me pusesse, de repente, no trono que minha família ocupara um século antes.

Por outro lado, do ponto de vista geral do Brasil, com o tenso e carregado ambiente político que estávamos vivendo desde a Revolução comunista de 1935 e o golpe de Estado de 10 de Novembro do ano passado, 1937, a nossa Vila estava subvertida por muitos ódios, ressentimentos, ambições e invejas, meio endoidecida por um ambiente inquisitorial de denúncias, suspeitas, cartas anônimas e traições, às vezes as mais inesperadas.

Ariano Suassuna
A pedra do reino, 2006, p. 245



Referências

ABREU, J. C. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 4. ed. rev., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. [Rio de Janeiro]: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1954. 386 p. (Publicações da Sociedade Capistrano de Abreu).

AB'SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. 159 p. (Natureza: textos de apoio, 1).

AB'SÁBER, A. N.; BERNARDES, N. *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958. 303 p. Guia da excursão n. 4, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

AGUIAR, L. C. *Caldeirão: romance*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. 282 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR., D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rego. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. 338 p. (Série estudos e pesquisas, 104).

ALENCAR, J. *O guarani*. São Paulo: Martin Claret, 2006. 280 p.

_____. *O tronco do ipê*. São Paulo. Martin Claret, 2005. 247p.

AMADO, J. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

ANASTASIA, C. M. J. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 159 p. (Humanitas, 100).

- ANDRADA, J. A. F. de. *Carta do governador de Minas, informando Diogo de Mendonça Corte Real acerca da devassa que mandou fazer sobre as pessoas que haviam entrado nos matos gerais do Caminho Novo do Rio de Janeiro*. Vila Rica, 6 jan. 1756. Arquivo Histórico Ultramarino/Brasil-Minas Gerais, Lisboa. cx. 69, doc. 41
- ANDRADE, M. C. de O. (Coord.). *Atlas escolar de Pernambuco*. João Pessoa: Grafset, 1999.
- ANGELIM, E. A. *No vale do capão*. Salvador: Fundação Cultural, 1998. 120 p. (Selo editorial letras da Bahia, n. 29).
- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. 239 p. Texto confrontado com o da edição de 1711. (Série reconquista do Brasil. Nova série, v. 70).
- ARANHA, G. *Canaã*. Ed. rev. e cotejada com a 1. ed. (Garnier, 1922) e a 11. ed. rev. (F. Brigueit, 1959). São Paulo: Martin Claret, 2005. 213 p.
- ARAÚJO, T. B. *Nordeste, nordestes: que nordeste?* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Observatório do Nordeste, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>>. Acesso em: out. 2004.
- BANDEIRA, L. A. M. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 695 p.
- BARBOSA, I. C. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. [Fortaleza]: Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto; Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 224 p.
- BARRETO, A. *Bello Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928. v. 1.
- BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, J. N. Lieu et sujet. Perspectives theoriques. *L'Espace Geographique*, Paris: Belin, n. 2, p. 111-121, 1998.
- BOLLE, W. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2004. 478 p. (Coleção espírito crítico).
- BRAGA, G. F. *O beato José Lourenço e a comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto*. Parte I. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3851>>. Acesso em: jun. 2009.
- BRAZ, P. *Serrano de Pilaõ Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006. 596 p.
- BRITO, M. S. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro cearense*. 1984. 142 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.
- BUENO, F. da S. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 6. ed. ver. ampl. São Paulo: Efeta, 1998. 690 p.
- CAMINHA, P. V. de. *A carta*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística, [2007]. Edição de base: Carta a El Rei D. Manuel, publicado em 1963, pela Editora Dominus. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-02136.html>>. Acesso em: fev 2009.
- CARRARA, A. A. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira: séculos XVIII e XIX*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, 1999. 101 p. (Estudos, 2).
- _____. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. 361 p.
- _____. *Diversidade econômica e continuismo: a Zona da Mata de Minas Gerais (1839-1909)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 127 p. (Debates, 50).
- CLAVAL, P. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 453 p.
- CÓDICE Costa Matoso: coleção dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. 2 v. (Coleção Mineiriana. Série obras de referência).
- COELHO NETTO. *Rei Negro*. Rio de Janeiro: Ediouro, [1987?]. 115 p. (Coleção Prestígio).
- COSTA, A. G. (Org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. 244 p. Acompanha 1 mapa da Estrada Real, com fotografias coloridas.
- CUNHA, A. M.; GODOY, M. M. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003, Caxambu; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. Disponível em: <http://www.abpche.org.br/congresso2003/Textos/Abpche_2003_07.pdf>. Acesso em: jun. 2009.
- DEBS, S. *Caldeirão, a guerra dos beatos* [estudo sobre romance de Cláudio Aguiar]. [Belo Horizonte, 2007]. Disponível em: <http://www.palavrarte.com/equipe/equipe_sylviedeb_s_articles.htm>. Acesso em: jun. 2009.
- DIEGUES JÚNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. [Rio de Janeiro]: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, [1960]. 535 p. (Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série 6: Sociedade e educação, v. 2).
- EGLER, W. A. O sertão da Paraíba: notas de uma excursão geográfica entre Campina Grande e Teixeira. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 140, p. 598-602, 1957.
- ELIS, B. O padre e um sujeitinho metido a rabequista. In: _____. *Veranico de janeiro*. Rio [de Janeiro]: J. Olympio, 1966.
- ESPINDOLA, H. S. *Sertão do rio Doce*. Governador Valadares: Ed. Univale; Bauru: EDUSC, 2005. 485 p. (História). Publicado em co-edição com o Instituto Terra.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário eletrônico Aurélio integral: versão 2.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1997]. 1 CD-ROM.
- _____. *Novo dicionário eletrônico Aurélio: versão 5.11a*. Coordenação e edição de Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira. Curitiba: Positivo Informática, 2004. 1 CD-ROM.

FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960. 302 p. Guia da excursão n. 3, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: jul. 2008.

GALDINO, L. *Peabiru: os incas no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2002. 189 p.

GRANDE Região Norte. In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. 5.

GUEDES, P. H. M. de Q. *A colonização do sertão da Paraíba: agente produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado)-Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 446 p. (Biblioteca geográfica brasileira. Série A, n. 21).

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 648 p.

GUIMARÃES, R. *Água funda: romance*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 238 p. Subtítulo retirado da capa.

_____. *Calidoscópio: a saga de Pedro Malazarte*. São José dos Campos: JAC, 2006. 328 p.

HERMANN, J. A cidade do paraíso terrestre: o movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX. In: ALMEIDA, A. M. de; ZILLY, B.; LIMA, E. N. de (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Mauad: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2001. p. 243-260.

LAMAS, F. G.; SARAIVA, L. F.; ALMICO, R. de C. da S. *A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia*. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de Empresas, Caxambu, set. 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_09.pdf>. Acesso em: jun. 2009.

LAMEGO, A. R. *O homem e a serra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963. 454 p.

LEÃO, M. V. *Cartas topográficas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil*. 1767. Biblioteca Nacional, Setor de Cartografia, Rio de Janeiro. cam. 02, 008.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes: Revan, 1999. 222 p.

LINS, W. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros*. 3. ed., definitiva. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983. 150 p. (Brasiliense, v. 377).

MACIEL, C. A. A. *Metonímias geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano*. 2004. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, A (Org.). *Dicionário de Geografia. Enciclopédia do Curso Secundário Globo*. Porto Alegre: Globo, 1970. 318 p.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999. 285 p. (Estudos históricos). Originalmente apresentada como tese de Doutorado à Universidade de São Paulo, em 1985.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64. (Turismo contexto).

MERCADANTE, P. *Os sertões do leste; estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 135 p.

MORAES, A. C. R. O sertão: um "outro" geográfico. *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo: Instituto Moreira Sales, n. 13-14, p. 360-368, dez. 2002. Euclides da Cunha. Edição especial de centenário de "Os Sertões".

MORAES, W. *Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. 212 p. (Retratos do Brasil, v. 14).

MOTTA SOBRINHO, A. *A civilização do café, 1820-1920*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 179 p.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Org.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007. 268 p.

NICOLA, J. de. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. 9. ed. São Paulo: Scipione, 1988. 326 p.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. ampl. e atual. Vitória: [Fundação Cultural do Espírito Santo], 1975. 596 p.

PEIXOTO, A. *Bugrinha*. 10. ed. Rio de Janeiro: Conquista; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972. 259 p.

PETRONE, P. A região de São Luiz do Paraitinga: estudo de geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 21, n. 3, p. 239-336, jul./set. 1959.

PICCININI, R. A. S. *O coronel: o poder falível de um semideus*. 2. ed. Rio de Janeiro: Litteris, 2001. 519 p.

PINHEIRO, I. N. *O cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: [s.n.], 1950. 288 p.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 390 p.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [19--]. 364 p.

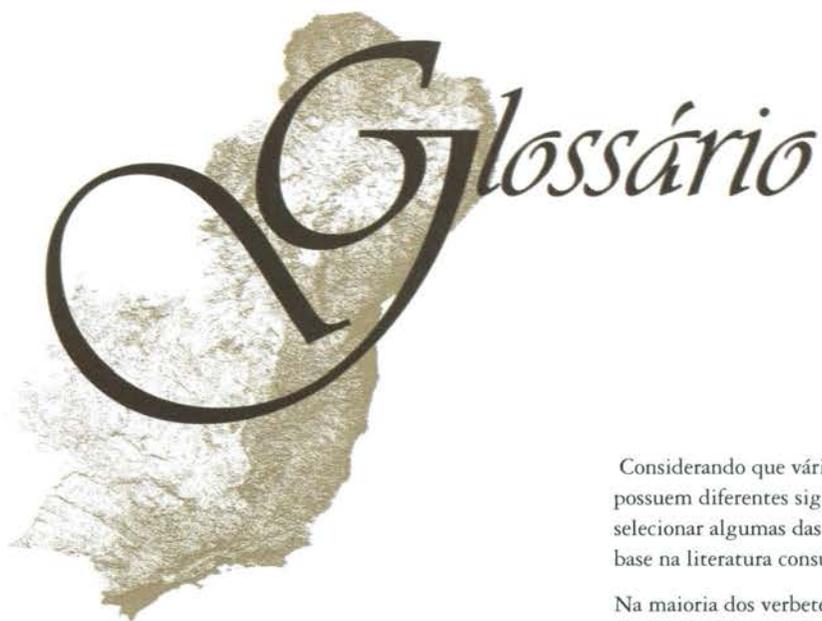
_____. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 364 p.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. ampl. e atual. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. 596 p.

QUEIROZ, D. S. de. *A muralha: romance*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 414 p.

REGIÃO nordeste. In: DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v. 2. t. 2.

- RELATÓRIO de excursão ao Cariri cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. *Comunicações...* Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978.
- RODRIGUES, A. F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n46/a11v2346.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.
- RODRIGUES, S. F. *O léxico do gado na região dos Cariris Velhos – PB*. [S.l., 20--]. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/2\(6\)8-17.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/2(6)8-17.html)>. Acesso em: jul. 2008.
- RODRIGUEZ, J. L. (Coord.). *Atlas escolar da Paraíba*. 3. ed. João Pessoa: Grafset, 2002.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 538 p.
- _____. *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 3. ed. [Belo Horizonte]: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 207 p.
- RUFFATO, L. Mamma, son tanto felice. In: _____. *Inferno provisório*. Rio de Janeiro: Record, 2005. v. 1.
- _____. O mundo inimigo. In: _____. *Inferno provisório*. Rio de Janeiro: Record, 2005. v. 2.
- _____. Vista parcial da noite. In: _____. *Inferno provisório*. Rio de Janeiro: Record, 2005. v. 3.
- SALES, H. *Além dos marimbus: romance*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965. 252 p.
- _____. *Cascalho: romance*. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 291 p.
- _____. *Garimpos da Babia*. Capa e ilustrações de Percy Lau. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955. 62 p. (Documentário da vida rural, n. 8).
- SAMPAIO, T. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Organização de José Carlos Barreto de Santana. [São Paulo]: Companhia das Letras, 2002. 352 p. (Retratos do Brasil, 22).
- SCHRÖDER, P. *Cultura e sociedade no Cariri: uma bibliografia anotada*. Fortaleza, 2000. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/bibliografia/peter.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.
- SEIXAS, W. Pesquisas para história do Sertão da Paraíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, n. 21, 1975.
- SETÚBAL, P. O romance [da] prata. In: PORTAL domínio público. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2007]. Romance originalmente publicado em 1935, pela Companhia Editora Nacional. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=2172>. Acesso em: maio 2007.
- SILVA, R. de A. e. A evolução econômica. In: AZEVEDO, A. de. *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Nacional, 1970. v. 2: A vida humana. p. 367-349.
- STEIN, S. J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1990]. 361 p.
- STRAFORINI, R. *Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- STRAUCH, N. *A bacia do Rio Doce: estudo geográfico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1955. 199 p.
- _____. *Zona metalúrgica de Minas Gerais e vale do rio Doce*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958. 192 p. Guia da excursão n. 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia.
- SUASSUNA, A. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. 754 p.
- TELLES, V. *Josefa do Furquim*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 448 p.
- TIPOS e aspectos do Brasil: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustração de Perci Lau e Barbosa Leite. 10. ed. Rio de Janeiro; IBGE, 1975. 506 p.
- TUFANO, D. *Estudos de literatura brasileira*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1988. 321 p.
- VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 20, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958.
- VASCONCELOS, A. *Fome em Canaã: romance do ciclo dos latifúndios nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966. 248 p. (Sagas do país das Gerais, 1).
- _____. *Gongo São: romance do ciclo do ouro nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966. 388 p. (Sagas do país das Gerais, 4).
- _____. *Sinhá braba: romance do ciclo agropecuário nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966. 373 p. (Sagas do país das Gerais, 2). Acima do título: Dona Joaquina do Pompéu.
- VASCONCELOS, D. L. de A. P. de. *História antiga das Minas Gerais*. Introdução de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1999. 428 p. (Coleção reconquista do Brasil. Nova série, v. 188).
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. Os brejos de altitude e as matas serranas. In: _____. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1970. 441 p.
- VILAS BOAS, J. H. *Levantamento sistemático de uso da terra, na escala de 1:250.000; Folhas SC.24-X-C, Paulo Afonso, e SC.24-Z-A, Jeremoabo. Desbravamento e povoamento*. Salvador: IBGE, Diretoria de Geociências, 2007.
- Z Aidan Filho, M. *O fim do Nordeste e outros mitos*. São Paulo: Cortez, 2001.



Glossário

Considerando que várias palavras ou locuções que constituem este glossário possuem diferentes significados, alguns deles não coincidentes, optou-se por selecionar algumas das principais definições ou interpretações existentes, com base na literatura consultada.

Na maioria dos verbetes, a fonte de informação utilizada está indicada ao final da citação. No caso de acepções múltiplas, estas estão separadas, no verbete, por meio de um numeral, em negrito.

alferes Oficial militar de primeiro posto dentre os chamados oficiais superiores. É o oficial que porta a bandeira e substitui o capitão (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

cabeços Cumes de montes arredondados; outeiro (MAGALHÃES, 1970).

caminho novo ou caminho novo de Garcia Pais Caminho oficial do ouro projetado para substituir o Caminho Velho. Construído em fins do Século XVII, passava a conectar sem desvios a Guanabara ao território das minas, eliminando, assim, os percursos marítimo e em território paulista. Ao longo desta via, foram instalados os registros do ouro para a cobrança de impostos (LAMEGO, 1963).

caminho velho Primeiro caminho oficial do ouro que ligava a Guanabara às minas. Composto por percurso marítimo até Parati, de lá seguia a antiga trilha dos Guaianás até Cunha (São Paulo) e alcançava o vale do Paraíba do Sul, passando por Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Ao transpor a

serra da Mantiqueira, através da Garganta do Embaú, desembocava no planalto mineiro (LAMEGO, 1963).

capitão-mor Oficial militar com jurisdição sobre todas as companhias de ordenanças de um distrito. Deve manter a ordem, vigiando indivíduos suspeitos e prendendo criminosos. É cargo vitalício e quase sempre sucedido pelo parente mais próximo (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

civilização do couro Sociedade que se desenvolveu no contexto da economia pecuária, a partir do Século XVI, no interior brasileiro. Foi designada assim pois o gado foi seu principal recurso, caracterizando vários aspectos de seu desenvolvimento (ABREU, 1954).

descimento do gentio Transporte dos indígenas capturados nos sertões para posterior comercialização como mão-de-obra escrava (ESPÍNDOLA, 2005, p. 41).

descobertos Termo outrora utilizado para designar os depósitos auríferos (ESPÍNDOLA, 2005, p. 40).

dízimo Imposto cobrado pela Igreja Católica pela prestação de serviços religiosos onde a instituição estivesse presente. Geralmente, a arrecadação era feita pelas estruturas de cobrança da Coroa portuguesa, ou por terceiros, e repassada aos cofres da Igreja.

estrada real Rede viária oficial composta por diversos caminhos, entre eles os caminhos Velho e Novo, através dos quais eram escoadas para o litoral as riquezas produzidas nos centros mineradores (COSTA, 2005).

frente Dirigente de trabalho no garimpo (ANGELIM, 1998, p. 119).

garganta do Embaú Passagem através das elevações da Mantiqueira, que liga os Municípios de Cruzeiro (São Paulo) e Passa Quatro (Minas Gerais). Principal via de acesso ao território das minas utilizada pelos bandeirantes paulistas (MAGALHÃES, 1970).

guarda-mor Oficial auxiliar do superintendente de terras e águas minerais na administração dos distritos mineradores. É responsável por dar licença aos descobridores; distribuir datas; colocá-las em pregão; controlar os descaminhos do ouro; controlar a entrada de pessoas e mercadorias; fazer justiça nos casos de descumprimento do regimento das terras minerais; e assentar os mineiros e seus escravos nas lavras demarcadas. A partir de 1720, tem poder para distribuir águas aos mineradores (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

grupiara Cascalho ralo, coberto de terra (ANGELIM, 1998, p. 119).

húmus ou humo Camada superficial do solo, arável e fértil, formada a partir da decomposição de matéria orgânica (MAGALHÃES, 1970).

inselbergue Elevações ilhadas que aparecem em regiões de clima árido (GUERRA, 1978, p. 236).

intendente [do ouro] Ministro provido pelo rei, subordinado ao governador, responsável pela casa de intendência do ouro. Tem poder de justiça para punir os sonegadores, podendo tirar devassas, prender pessoas com certidões falsas e confiscar os escravos sonegados. Fiscaliza as balanças e os marcos da casa da intendência, as lavras e os livros de registro (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

intendente [dos diamantes] Cargo criado em 1733 para regularizar e controlar as lavras de diamantes. Pode tirar devassas, conceder licenças a

lavradores e comerciantes e servir como juiz na demarcação diamantina, tendo alçada no crime e no cível (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

Itatiaiuçu Ita – pedra; tiaia – que sua: era nome comum a todas as serras de vertentes por um e por outro lado – suando os rios (VASCONCELOS, 1999, p. 117).

Itaverava Pedra brilhante ou ita-berab – pedra relâmpago (VASCONCELOS, 1999, p. 117, p. 122).

lajedo Afloramento de rocha sã na superfície do solo, constituindo uma área de extensão variável (GUERRA; GUERRA, 1997, p. 256).

mamelonar Aspecto típico dos morros de formas arredondadas (GUERRA; GUERRA, 1997).

mar de morros Níveis de colinas arredondadas típicos do sudeste brasileiro (GUERRA; GUERRA, 1997).

marimbus 1. [...] ondulante bosque aquático aglutinando lama, folhas e hastes no pântano, para em seguida se fundir na mata, suprimindo as fronteiras do barranco e do rio (SALES, 1965, p. 11).

2. [...] Várzeas alagadas pela junção dos rios. Nas lavras Diamantinas, os mais famosos e extensos são os dos rios Santo Antônio e Utinga (Lençóis) e do Paraguaçu (Andaraí) (MORAES, 1963, p. 4).

meias-laranjas Formas de relevo arredondadas características de rochas graníticas (GUERRA; GUERRA, 1997).

morgado Morgado existia quando a instituição contiver encargos os administradores ou possuidores dos ditos bens cumpram certas missas ou encargos (ou de outras obras pias), e o que mais renderem hajam para si, isto é, quando o vínculo tinha certo encargo pio, mas toda renda era do Administrador (CARRARA, 2007, p. 172).

ouvidor [de comarca] Ministro provido pelo rei para exercer a Justiça de segunda instância na comarca. Para ele são remetidas por apelação as causas do juízo ordinário (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

Paranapiacaba Trecho da serra do Mar onde se avista o mar. Distrito do Município de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo (BUENO, 1998).

Pitanguí Pitang-i, rio das crianças (VASCONCELOS, 1999, p. 131).

provedor (da Real Fazenda) Ministro que se ocupa da arrecadação dos tributos e das despesas da Coroa com obras, pagamento de ordenados e gastos extras na capitania. Deve fazer cumprir os contratos, dando condição aos contratadores de pagar suas dívidas. É juiz privativo nas causas envolvendo a arrecadação de renda real, com alçada no cível e no crime (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

quinto Imposto que deveria ser pago à Coroa portuguesa, correspondendo à quinta parte de todo metal depois de fundido e que fosse retirado na colônia.

registros Postos de arrecadação de impostos sobre o ouro extraído das minas, instalados ao longo do Caminho Novo, onde se fazia o recolhimento do “quinto” (COSTA, 2005).

Sabará-buçú Sabarabossú – Saberabossú – taberabossú – itaberabossú. E mais: itaberabossú itá+ beráb + ossú. Itá é pedra, beráb é brilhante e ossú é

grande, penedo resplandecente, serra resplandecente, serra fulgida, montanha-grande-que-resplende v. diz – exactissimamente! (SETÚBAL, 2007).

sable A cor preta dos brasões (FERREIRA, 1997).

sargento-mor Oficial de maior patente das tropas de auxiliares e de ordenanças com jurisdição sobre todas as companhias. Supervisiona as companhias, examinando o bom estado das armas, ensinando o ofício ao tambor, os exercícios de tiro e os exercícios militares aos capitães, oficiais e soldados (CÓDICE..., 1999, v. 2, p. 73-127).

sebastianismo Movimento místico surgido em Portugal, na segunda metade do Século XVI, que pregava que o rei português D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir, retornaria ao trono. Tal crença chegou até o Brasil e incentivou a ocorrência de vários movimentos sebastianistas, que acreditavam na volta do rei e de seu exército “para a fundação de um reino de fartura, imortalidade e abundância em pleno sertão pernambucano” (HERMANN, 2001).

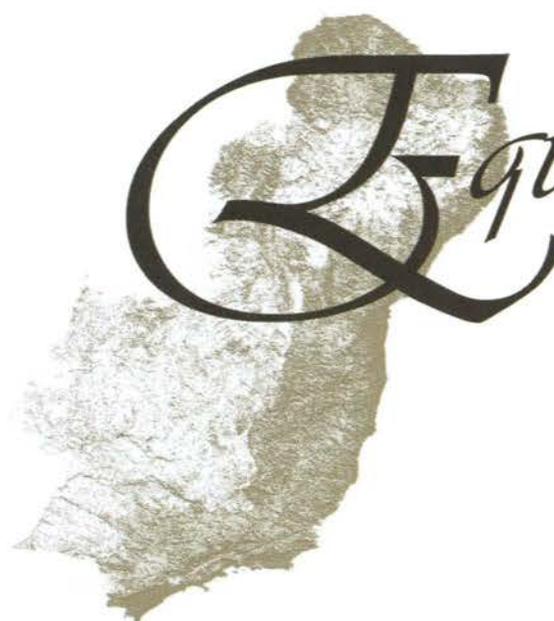
sertões do leste Recorte que reúne as áreas do vale do rio Paraíba do Sul, a Zona da Mata mineira e o vale do rio Doce, por apresentarem características ambientais e processos históricos semelhantes.

tabuleiro Forma de relevo que se assemelha a planaltos, terminando geralmente de forma abrupta (GUERRA, 1978, p. 404).

vereda Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas. São vales de chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas veredas, há sempre o buriti. De longe, a gente avista os buritis, e já sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros.

As encostas que descem das chapadas para as veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado do chão claro), porejando aguüinhas: chamam-se resfriados. O resfriado tem só uma grama rasteira, é nítida a mudança de aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a vereda. Em geral, as estradas, na região, preferem ou precisam de ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas, pelos resfriados, de vereda em vereda. (Aí, talvez, a etimologia da designação: vereda).

Há veredas grandes e pequenas, compridas ou largas. Veredas com uma lagoa; com um brejo ou pântano; com pântanos de onde se formam e vão escoando e crescendo as nascentes dos rios; com brejo-grande, sujo, emaranhado de mata-gal (marimbú); com córrego, ribeirão ou riacho. Por isso, também, em certas partes da região, passaram a chamar também de veredas os ribeirões, riachos ou córregos – para aumentar nossa confusão. (No começo do “Grande Sertão: Veredas” Riobaldo explica) (ROSA, 2003, p. 40-41).



Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Maria Luisa Gomes Castello Branco

Coordenação e planejamento geral do estudo

Cláudio Stenner

Ethel Guedes Vieites

Maria Amélia Vilanova Neta

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Concepção e elaboração

Cláudio Stenner

Ethel Guedes Vieites

Maria Amélia Vilanova Neta

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Maurício Gonçalves e Silva

Regina Celi Toledo Gonçalves

Apoio técnico

Cleber Fernandes

Cristiane Moreira Rodrigues

Paulo Afonso Melo da Silva

Elaboração dos textos e organização do glossário

Ethel Guedes Vieites

Maria Amélia Vilanova Neta

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Elaboração dos mapas

Maurício Gonçalves e Silva

Confecção e adaptação dos elementos artísticos dos mapas

Regina Celi Toledo Gonçalves

Colaboradores**Diretoria de Geociências****Coordenação de Geografia**

Adma Hamam Figueiredo
 Alan Jeferson de Oliveira da Silva (estagiário)
 Ana Maria Fernandes da Costa
 Cláudio Stenner
 Cristiane Moreira Rodrigues
 Denise Maria Penna Kronemberger
 Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira
 Ivete Oliveira Rodrigues
 Marco Antônio Brito
 Marco Antônio de Carvalho Oliveira
 Maria Luisa Gomes Castello Branco
 Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill
 Pedro Henrique Braga Moreira Lima (estagiário)
 Vera Maria d'Ávila Cavalcanti

Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais

José Eduardo Bezerra da Silva

Gerência de Documentação e Informação

Amauri da Silva
 Rodolpho Alves Simas

Unidade Estadual e Agências do IBGE**Unidade Estadual/PB**

Aniberto Mendonça Melo
 José de Andrade Martins

Agência Crato/CE

José Firmino da Silva

Gerência de Recursos Naturais/BA

Bernardo Thadeu de Almeida Nunes
 Helge Henriete Sokolonski
 José Henrique Vilas Boas
 Roberval Matos Rocha

Agência Montes Claros/MG

Maria Lúcia Laender Pita

Agência Serra Talhada/PE

Adelmo Costa Estima

Diretoria de Pesquisas**Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Centro de Documentação e Disseminação de Informações**Coordenação de Marketing**

André Uesato

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual**

Katia Vaz Cavalcanti

Consolidação de arquivos

Evilmerodac Domingos da Silva

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
 Cristina R. C. de Carvalho
 Kátia Domingos Vieira

Programação visual, diagramação e tratamento de imagens

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação**Normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
 Bruno Klein
 Carlos Roberto de Alcantara Corrêa (estagiário)
 Catia Vasconcellos Marques
 Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas e padronização de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Em 2006, com o lançamento do volume *Brasil Meridional*, o IBGE deu início à coleção *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, que tem por objetivo identificar e representar, através de mapas em diferentes escalas, fotos e imagens de satélite, regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de algumas das grandes obras da Literatura nacional, construindo, dessa forma, um mapeamento onde a identidade é o elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais que compõem o quadro nacional.

Dando continuidade a esse projeto pioneiro na Instituição, o IBGE tem a satisfação de trazer ao público seu novo trabalho, em que estão apresentadas algumas das regiões que se formaram ao longo do processo de ocupação do Território Nacional, desde o Século XVI, particularmente em segmentos aos quais foi atribuída, um dia, a condição de sertão. Confirmando a proposta de trabalho assumida desde o primeiro volume da coleção, os recortes territoriais ora propostos - *Sertões do Leste*, *Sertões do Ouro* e *Sertões dos Currais*, *Sertão de Cima* e *Sertões Nordestinos* - não estão orientados pelas divisões político-administrativas, mas, sim, pelas características e extensões definidas a partir das dinâmicas econômica, populacional, cultural e ambiental que lhes deram origem e que a Literatura consagrou.

A publicação configura, inicialmente, por meio de textos e mapas, cada um dos segmentos selecionados em sua dimensão geográfica, com base na regionalização definida tanto pelo IBGE quanto por outras Instituições, enfocando, a seguir, a dimensão cultural dessas unidades territoriais com base na percepção da região pela Literatura. Essa abordagem é expressa em passagens selecionadas de José de Alencar, Coelho Netto, Agripa Vasconcelos, João Guimarães Rosa, Herberto Sales, Afrânio Peixoto, Pláudio Aguiar, Ariano Suassuna, entre outros importantes romancistas que dão visibilidade ao sertão, objeto do presente volume. São apresentados, ainda, mapas localizando a região que emerge dos romances, bem assim fotos ou imagens. Em todos os textos, foram destacados em negrito alguns termos regionais referentes ao território e seu processo de apropriação, os quais integram um glossário, ao final da obra.

Ao oferecer à sociedade brasileira este Atlas, o IBGE alinha-se às tendências mais recentes dos estudos geográficos e das Ciências Humanas em geral, que buscam incorporar a dimensão cultural à agenda das pesquisas sobre dinâmica da população e do território.

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

978-85-240-4074-0



9 788524 040740